

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUIZ AUGUSTO CARNEIRO

Estatismo e antiestatismo em Lênin: *O Estado e a revolução* nos debates de seu tempo

Maringá

2016

LUIZ AUGUSTO CARNEIRO

Estatismo e antiestatismo em Lênin: *O Estado e a revolução* nos debates de seu tempo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Instituições e Processo Políticos

Orientadora: Prof^a Dra. Eide Sandra Azevêdo Abrêu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

C289e Carneiro, Luiz Augusto
Estatismo e antiestatismo em Lênin: O Estado e a
revolução nos debates de seu tempo / Luiz Augusto
Carneiro. -- Maringá, 2017.
103 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eide Sandra Azevêdo
Abrêu.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Lênin, Vladimir Ilich, 1870-1924. 2. Lênin -
Marxismo - Estado. 3. Lênin - Marxismo - Revolução.
4. Antiestatismo. I. Abreu, Eide Sandra Azevedo,
1969-, orient. II. Universidade Estadual de Maringá.
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 320.532

MN-004018

LUIZ AUGUSTO CARNEIRO

Estatismo e antiestatismo em Lênin: *O Estado e a revolução* nos debates de seu tempo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Prof. Dr. Eide Sandra Azevêdo Abrêu

(UEM)

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

(UEM)

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues Cunha

(UNESP)

Pro. Dr. Antônio Ozaí da Silva

(UEM)

Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada

(UNESP)

Dedico este trabalho aos cem anos da Revolução Russa.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e à minha mãe pelo apoio material e espiritual; à família como um todo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM e à Capes pela oportunidade.

Aos professores Dr. Antônio Ozaí da Silva e Dr. Reginaldo Benedito Dias pelas orientações e valiosos conselhos recebidos na qualificação e que foram fundamentais.

Ao prof. Dr. Paulo R.R. Cunha, por ter aceitado o convite de participar da defesa.

À Prof. Dr. Meire Mathias pela ajuda e amizade.

Aos professores da graduação que foram significativos para meu percurso intelectual, em especial ao Prof. Dr. Pedro Jorge de Freitas e à Prof. Maria da Anunciação Madureira.

Aos camaradas da UJC.

À Beatriz M. Lima que acompanhou grande parte deste percurso da dissertação e da minha vida, aos seus pais e irmãs que me ajudaram muito. Em especial, à Dona Maely Alexandre que sempre me incentivou à vida acadêmica.

À Priscila Cruz que mesmo de longe, sem sua existência esse projeto não seria iniciado.

Em especial à prof. Dr. Eide Sandra Azevêdo Abrêu, por aceitar a orientar o meu projeto e pelos ensinamentos que proporcionaram essa experiência da pesquisa.

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. (Karl Marx em *Glosa críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano, 1844)*

Estatismo e antiestatismo em Lênin: *O Estado e a revolução* nos debates de seu tempo

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a análise e problematização da construção da “doutrina” marxista do Estado por Lênin em seu livro *O Estado e a Revolução* de 1917, com atenção particular aos modos pelos quais o autor instrumentaliza, na formulação de seus argumentos, as obras de Marx e Engels. O primeiro capítulo apresenta uma análise sobre o percurso da social-democracia no interior de suas polêmicas, que se dividiu em duas propostas inconciliáveis entre reforma e revolução, mostrando o significado da obra de Lênin em relação a estas polêmicas e tentando analisar a origem do livro. No segundo e terceiro capítulo trabalhamos a questão do Estado no livro, em que o problema central estaria na forma que Lênin apresenta a fórmula de Marx, encontrada no prefácio de 1872 do Manifesto Comunista: não basta que a classe trabalhadora se apodere do Estado para servir aos seus próprios fins. Nossa hipótese é de que Lênin se apoia nas concepções de Marx e Engels de 1848 para realizar sua leitura sobre a Comuna de Paris, com enviesamentos de seus objetivos políticos em 1917.

Palavras-chave: marxismo; Lênin; estado; revolução.

State and anti-statism in Lenin: *The state and the revolution* in the debates of its time

ABSTRACT

This work has as its objective, the analysis and problematization of the construction of the Marxist doctrine of State by Lenin in his book 1917's *The State and Revolution*, with particular attention on the ways by which the author instrumentalizes, in the formulations of his arguments, the works of Marx and Engels. The first chapter features an analysis on the Social-Democracy's course in the interior of its controversy, which divided itself in two incompatible proposals between reform and revolution, showing us the meaning behind Lenin's work in relation to these controversies and trying to analyse the origin of the book. The second and third chapters debate the question of the State in the book, in which the main problem would be on the form that Lenin presents Marx's formula, found in 1872's Communist Manifesto's preface: the insufficiency of the working class taking hold of the State to serve its own needs. Our hypothesis is that Lenin supports himself on Marx and Engel's 1848's conceptions to accomplish his reading on the Paris Commune, biased by his political objectives in 1917.

Keywords: Marxism; Lenin; state; revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - O DEBATE SOCIAL-DEMOCRATA E A TRAJETÓRIA DE LÊNIN	
1. Reforma e Revolução	14
2. Lênin e a revolução russa	20
CAPÍTULO II - O “DEFINHAMENTO” DO ESTADO	
1. A necessidade do Estado	43
2. O definhamento do Estado em 1848 - 1851	48
CAPÍTULO III - O NOVO ESTADO	
1. A Comuna de Paris	73
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

Introdução

A proposta deste trabalho é estudar a obra *O Estado e a Revolução*, de Lênin, tendo em vista problematizar e buscar os sentidos políticos do modo pelo qual o autor trabalha em seu livro com os textos de Marx e Engels e também com os de seus adversários políticos, na elaboração de seus argumentos e propostas. Pretendemos a compreensão dessa obra como uma intervenção de Lênin na luta teórico-política que se travava em 1917 no movimento da Segunda Internacional e com o movimento anarquista.

Marx nunca escreveu um trabalho sistematizado sobre o Estado e justamente por tratar-se de algo que aparece apenas em alguns momentos na sua produção intelectual, e por esse autor tratar do tema diretamente em poucas passagens, gera enormes dificuldades em definir o modo como Marx trabalha e o local que ocupa esse tema no conjunto de sua obra. Além da vastidão de obras em que o tema se espraia na produção do autor, dificultando o delineamento claro de uma “teoria marxista do Estado”, há ainda o fato de que parte da obra foi escrita juntamente com Engels, o que torna imprecisa muitas vezes a identificação exata da autoria de certas concepções. Há diversas formas e métodos de organizar esses textos em relação ao percurso intelectual dos autores, e há, nessas reinterpretações, diferentes linhas de pensamento e correntes políticas que explicitam formas diferentes de conceber essas obras. Nessa diversidade que se constitui o marxismo, existem diversas disputas sobre o conteúdo e o sentido das ideias de Marx¹, que também aparecem como uma luta política e teórica entre aqueles que se consideram herdeiros de sua obra e da luta pelo socialismo². É no interior desse campo de debates que se situa a nossa investigação.

Algumas obras de Marx e de Engels foram amplamente difundidas, principalmente, pelo partido social-democrata alemão e pela segunda internacional. Esta difusão, porém, possuiu um caráter problemático com um percurso de cisões e polêmicas, emergindo diversas concepções estranhas às formulações desses autores “fundadores”, que é tratado no primeiro capítulo desse trabalho.

Importante militante do partido social-democrata russo e grande pensador do movimento revolucionário, a obra de Lênin é conceituada por muitos estudiosos como de grande relevância teórica

¹ Ver por exemplo a análise sobre a polêmica a respeito dessa questão, em que se envolveu o cientista político Norberto Bobbio em *Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo*, de Alvaro Bianchi. (BIANCHI, 2014)

² Ver *Marxismo(s) no plural* de Antônio Ozaí da Silva < <http://www.espacoacademico.com.br/086/86ozai.htm> > (acessado em 07/01/2017, 14h)

e prática³. Em relação ao nosso tema, escreveu a obra *O Estado e a revolução*, consagrada de uma posição política decisiva nos desdobramentos da política no século XX.

Lênin realiza uma crítica ao marxismo da segunda internacional a qual era vinculado. Deste modo, o presente trabalho aborda *O Estado e a revolução* a fim de analisar como o autor concebe a “doutrina” acerca do Estado em Marx ao desenvolver essa crítica. Buscaremos identificar os procedimentos que assume o autor diante do legado do marxismo, o que seleciona, o que descarta e como trabalha ao conceber seus argumentos, com o objetivo de descobrir a estratégia e finalidade que contém essa elaboração não só para o marxismo, mas para o movimento revolucionário.

A fim de constituir as possíveis ligações desse contexto com a construção da “doutrina” de seu autor, o objetivo deste trabalho é analisar *O Estado e a revolução* como uma obra política, como um instrumento de intervenção na realidade que Lênin concebe, entre outros, para preparar “a conquista revolucionária”. (TROTSKY, 2007, p. 896) Neste sentido, o exame que realizamos dos recursos de produção do texto se vincula à busca de investigação aprofundada dos objetivos políticos visados pelo autor. De acordo com o sentido do nosso trabalho, a proposta de abordagem de textos políticos apresentada por Renato Janine Ribeiro nos parece adequada. Segundo o autor, o texto político possui uma característica que deve ser levada em consideração, se quisermos apanhar a relação entre o texto e o seu tempo: a intenção de intervenção. Ribeiro ainda nos chama a atenção para a necessidade de testar todas as ligações possíveis que pode ter o texto, “desenvolver na linguagem as *metáforas e figuras*, em vez de subordiná-las aos conceitos” (RIBEIRO; 1987, p.119), e para a importância de saber a quem o autor se dirige, pois senão “nada alcançaremos além de uma contextualização de boa qualidade” (*Idem*, p. 119). Não se trata mais de pensar o que o texto reflete, “ou como ele refrata uma realidade ou problema, [mas sim] pensar o que ele concebe” (*Idem*, p. 121), qual a sua finalidade política. De natureza bibliográfica/documental, nossa análise do texto político considera-o como uma ação, um produto para a leitura, um produto das ações que são ler e escrever. Lênin se propõe a ampliar a reflexão política no seu tempo diante das “deturpações” que se propõe a demonstrar dentro do marxismo. Talvez a busca do líder russo seja determinar, também, com o que ou com quem não deveriam os leitores de pretensões revolucionárias filosofar.

A obra *O Estado e a revolução*, publicada em 1918, após a vitória de Outubro⁴, foi escrita entre agosto e setembro de 1917, momento de clandestinidade na vida de Lênin. Segundo Trotsky (2007, p.

³ Ver *Atualidade de Lênin* de Antônio Ozaí da Silva, sobre o livro de Lênin “O Imperialismo, fase superior do capitalismo”: < http://www.espacoacademico.com.br/080/80res_ozai.htm > (Acesso 07/01/2017)

⁴ Em 25 de outubro de 1917, o soviete de Petrogrado promove uma insurreição organizada pelo seu Comitê Militar Revolucionário, sob a liderança de Trotsky, contra o governo provisório.

895), “Lênin foi obrigado, por 111 dias - de 6 de julho a 25 de outubro - a cortar suas reuniões [políticas], até com os membros do Comitê Central”.

São dois períodos diferentes, o de exílio (1907-1917, quando volta para Rússia em abril, após a revolução de Fevereiro) e o de clandestinidade de Lênin (indicado acima). Durante os primeiros meses da clandestinidade (agosto e setembro de 1917), foi escrito *O Estado e a revolução*, cujo material de preparação teria sido recolhido no estrangeiro por Lênin durante seu exílio, em 1916. Voltando à Rússia em 1917, o líder bolchevique apresenta as famosas *Teses de Abril*, em que defende, entre outras coisas, que a revolução democrático-burguesa foi concluída na Rússia e o papel do partido então seria tomar o poder e realizar a revolução socialista. Estas teses causaram grande polêmica e uma crise no partido bolchevique. Segundo Florestan Fernandes, a obra *O Estado e a revolução* faz parte deste momento de “fermentação histórica”:

A localização na história torna-se vital. Lênin chega a Petrogrado na noite de 3 para 4 de abril de 1917. E para começar, divulga o resumo de suas Teses, as quais subverteram a posição do seu partido diante da revolução russa. Negando a viabilidade do controle revolucionário do poder pela burguesia, ele suscita o problema da transformação do partido, do papel do proletariado na revolução e da tomada do poder pelas classes trabalhadoras. Na verdade, um vulcão desabou sobre a Rússia com a sua chegada, vergando-a sob o peso do marxismo, resgatado em toda a sua pureza como força revolucionária. A primeira versão desse avanço está contida nas *Teses* e na forma mais elaborada que elas tomam na brochura *As Tarefas do Proletariado em nossa Revolução*. A outra expressão entrelaçada do mesmo avanço é esta obra, escrita alguns meses depois e sob o impacto da mesma fermentação histórica. No auge das lutas políticas, Lênin vê-se compelido a proceder àquele resgate, libertando o marxismo de uma longa tradição oportunista, que ia diretamente de Lassalle a Bernstein, Kautsky e Plekhânov, ou travando um combate teórico necessário com os anarquistas. (FERNANDES, 1978, p. X)

Fernandes destaca o cenário russo, mas também faz referência aos “oportunistas” alemães Lassalle, Bernstein e Kautsky. Estes, como Lênin, em seus respectivos países, faziam parte do partido social-democrata, que se organizava pela Segunda Internacional. Segundo Fernandes, *O Estado e a revolução* foi escrito no auge das lutas políticas travadas pelo autor contra a social-democracia russa e a sua própria fração bolchevique, e também contra a Segunda Internacional. Nas palavras de José Paulo Netto, esse “último grande texto teórico de Lênin” foi

Redigido na clandestinidade, [e] tem um eixo temático que reponta em vários outros trabalhos lenineanos do período, e não pode ser divorciado das polêmicas que Lênin deflagra logo que reingressa na Rússia, a propósito da *tática* a ser implementada pelos bolcheviques nos desdobramentos da revolução de fevereiro.

Tais polêmicas, abertas aliás no dia seguinte ao seu retorno à pátria, com as “Teses de Abril”, inserem-se tanto no debate particular dos bolcheviques - quer entre as diferenciadas correntes do partido, quer na sua relação com os outros segmentos revolucionários - quanto no marco das discussões que, desde a emergência da guerra, polarizavam o conjunto do movimento socialista. No primeiro caso, situa-se o confronto com o *velho bolchevismo*, sobretudo representado por Kamenev, e com os mencheviques e social-revolucionários; no segundo, a denúncia das posições capitulacionistas da Segunda Internacional, tipificadas por Kautsky. A gênese próxima de *O Estado...*, porém, é um pouco anterior aos problemas postos na ordem do dia pelos desenvolvimentos que sucedem aos eventos de fevereiro - data, com efeito, do verão de 1916. (NETTO, 2004, p. 111-2)

Essa “gênese próxima” do livro, apontada por Netto, anterior ao período de elaboração da obra em 1917, seria o contato de Lênin com um ensaio de Bukhárin⁵, intitulado “*Contribuição à teoria do Estado imperialista*”. Na ocasião, Lênin recomendara a ele que amadurecesse suas ideias antes da publicação do texto. Mas Bukhárin o contraria, e “sob a firma *Nota bene*, inseriu o trabalho na revista Internacional Juvenil Socialista, *Die Jugend Internationale*”(NETTO, 2004, p. 112). Depois do ocorrido, Lênin passou a coletar materiais - entre eles textos de Marx e Engels - que, junto com diversas anotações, reuniu num volume que ficou conhecido como “caderno azul” em razão da cor da capa, e foi publicado com o título *O Marxismo e o Estado* em 1931. O “caderno azul” foi um esforço de Lênin para replicar esse artigo, mas através dos seus estudos acaba concordando com muitas das teses nele defendidas por Bukhárin. Com isto, Lênin modifica seu alvo para Kautsky e Bernstein. Seu “caderno azul” foi preparado em janeiro e fevereiro de 1916 em Zurique, e seus materiais utilizados para a produção de *O Estado e a revolução*.

Para compreender o contexto e a gênese do livro, trataremos a seguir da difusão do marxismo realizada pela Segunda Internacional, principalmente pelo Partido Operário Social-Democrata Alemão (POSDA) - que era o grupo mais importante nessa organização -, como também a que ocorre na Rússia, tentando apreender o desenvolvimento do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR)⁶. O objetivo deste primeiro capítulo é expor, de forma geral, o percurso do marxismo no interior das principais polêmicas teórico-políticas engendradas nessa sua difusão, de modo a situar a obra em questão dentro dessa tradição.

⁵ N. I. Bukhárin foi um líder revolucionário bolchevique, tomou posições antileninistas e encabeçou o grupo “comunistas de esquerda” na Rússia. Os dois artigos com que Lênin teve contato e sentiu necessidade de replicar, foram esses: *Contribuição a teoria do Estado Imperialista* e o *O Estado bandidesco imperialista* - estes constituíram-se em ideias bases para Bukhárin em seu livro *O Imperialismo e a economia mundial*, escrito entre 1915-1916. Viria a se tornar um bolchevique de direita; foi julgado e condenado à morte por traição em 1938. (JOHNSTONE, 1990, p.37-8)

⁶ Ver Dias, R.B.; *As esquerdas e as ortodoxias marxistas*. Maringá: EDUEM, 2008.

CAPÍTULO I – O ESCRITOR E A OBRA: O DEBATE SOCIAL-DEMOCRATA E A TRAJETÓRIA DE LÊNIN

1. Reforma e revolução

O POSDA foi criado em 1875 com a fusão de organizações através do congresso de Gotha, cuja unidade programática foi severamente criticada por Marx. Foi um centro de organização socialista, o mais importante partido de massas, modelou e estruturou a criação dos diversos partidos social-democratas no último quartel do século XIX em toda a Europa. Tanto o POSDA quanto o POSDR estavam sob a orientação da Internacional socialista⁷, que tinha influência ideológica e organizativa sobre esses partidos, não só por meio de congressos e publicações, mas também pela formação de um movimento de massas (partidário, sindical, de mulheres).

Diferentemente da época de Marx, constituíram-se diversos partidos nacionais socialistas, o que aumentava e unia as fronteiras do socialismo na Europa⁸. A razão para a emergência dessas organizações foi o desenvolvimento industrial em países que ainda não haviam se industrializado, o que representava um novo momento do movimento socialista depois de 1871, ano da Comuna de Paris⁹. Perry Anderson, em *Considerações sobre o marxismo ocidental* (1976), ao caracterizar os teóricos da geração posterior a Marx, responsáveis pela criação da tradição clássica do marxismo, afirma:

Nos últimos anos do século dezanove deu-se um crescimento económico impetuoso nos países industriais mais importantes, os monopólios fixaram-se nas metrópoles e a expansão imperialista acelerou-se no estrangeiro, abrindo uma era plena de tensões e de impetuosas inovações tecnológicas, elevando as taxas de lucro, aumentando a acumulação do capital e fazendo crescer a rivalidade entre as grandes potências. Estas condições objectivas eram comparativamente muito diferentes das da fase relativamente tranquila de desenvolvimento capitalista durante a longa recessão de 1874 a 1894, depois da derrota da Comuna e antes da eclosão dos primeiros conflitos inter-imperialistas na Guerra Anglo-Boer e na Guerra Hispano-Americana (em breve

⁷Fundada em Paris, em 14 de Julho de 1889, era conhecida como a II Internacional, pois julgava-se herdeira da “primeira” internacional, a AIT (Associação Internacional dos Trabalhos) fundada em 1864.

⁸ Ver Andreucci, *A difusão e a vulgarização do marxismo* (ANDREUCCI, 1982, p. 26); e Steimberg *O partido e a formação da ortodoxia marxista* (STEIMBERG, 1982, p. 203).

⁹ Sobre a Comuna de Paris ver *140 anos da Comuna de Paris*, organizado por Milton Pinheiro(2011).

seguidas pela Guerra Russo-Japonesa). Os herdeiros de Marx e de Engels tinham sido formados num período de calma relativa. (ANDERSON, 1986, p. 16)

Esse período de “calma relativa”, de desenvolvimento industrial com ritmos e características específicas passíveis de serem verificadas em cada país, esse novo quadro econômico seria o capitalismo em um novo patamar, diferente do capitalismo de livre concorrência analisado por Marx: o do monopólio¹⁰. Segundo Andreucci,

Diversos foram, na Europa, os tempos da industrialização; diversos os ritmos e as características em que ela se verificou em cada país. Apesar dessas diferenças, contudo, o processo de formação dos partidos social-democráticos se concentrou substancialmente nos aproximadamente quinze anos que vieram da metade dos anos 70 ao final dos anos 80. As motivações objetivas do processo foram, certamente, gerais, na medida em que ele se realizou em meio a uma profunda depressão econômica que golpeou entre 1873 e 1896 toda a economia mundial: as formas anteriores de existência do movimento operário, associações culturais, sociedades de socorro mútuo, corporações sindicais e toda uma riquíssima variedade de núcleos associativos que reunia os trabalhadores das novas indústrias junto com os trabalhadores das velhas manufaturas foram impelidas em direção a formas de unificação, seja pela formação de estados nacionais, seja pelo desenvolvimento industrial, seja, finalmente, pela piora geral das condições de vida e de trabalho em toda a Europa. (ANDREUCCI, 1982, p.26)

No caso da Alemanha, verifica-se um rápido desenvolvimento industrial, mas com características específicas: foi grande o aumento no número de trabalhadores industriais na Alemanha, registrando-se de 1882 a 1895 um aumento de 40% (KRIEGEL, p. 17). Esse desenvolvimento capitalista fará da Alemanha portadora de um movimento socialista fortemente atuante naquela passagem de século. Nessas condições é que irá se desenvolver a social-democracia alemã e a Segunda Internacional com sua difusão da teoria marxista.

Difusora do pensamento de Marx e Engels, a Segunda Internacional, junto com as editoras e jornais que foram criados pelo POSDA (centro de gravitação daquela organização), a partir de seus projetos editoriais com publicações de livros e revistas, tinha a intenção de levar a grandes contingentes dos trabalhadores em todo o mundo o pensamento de Marx. Entretanto, como afirma Andreucci, “As vias de afirmação” do marxismo levaram também à “sua sistematização; os mecanismos da sua difusão acabaram por empobrecer o seu patrimônio originário” (ANDEUCCI,

¹⁰ Lênin caracteriza esse “estágio” do capitalismo da seguinte maneira: “1) A concentração da produção e capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 2011, p.218)

1982, p.25) Essa difusão, portanto, no que toca ao domínio teórico, foi extremamente problemática, por diversas razões: boa parte da obra de Marx não foi publicada durante o período de existência da Segunda Internacional e Kautsky e Bernstein eram reconhecidos como testamentários da obra de Marx e Engels; os teóricos da Segunda Internacional se formaram no período posterior a 1848, momento de negação da dialética hegeliana, o que explicaria a forte influência, entre eles, do positivismo e do evolucionismo; além de *O Capital* de Marx e do *Manifesto Comunista*, de coautoria com Engels, a Segunda Internacional vincula-se ao legado de Marx pelo ensaio de Engels *Anti-Düring* (1878), que era expressamente considerado uma introdução ao estudo do socialismo. A fragilização dos suportes teóricos, que está na base dessa difusão do pensamento de Marx e Engels, é um dos grandes fatores da influência, entre os socialistas, do cientificismo e outros matizes filosóficos presentes na cultura europeia da época. Alguns foram buscar fundamentos filosóficos em Kant (Bernstein), outros liam Marx à luz de Darwin (Kautsky) e alguns entendiam Hegel através de um materialismo do século XVIII (Plekhanov)¹¹.

Devido a essa expansão simplificadora, não foi casual a identificação da teoria social de Karl Marx com uma concepção de mundo, como os antigos sistemas filosóficos fechados. Encontramos concepções teóricas e políticas limitadas e bem particulares, na Segunda Internacional. A bibliografia com que trabalhamos mostra que algumas correntes teórico-políticas nelas presentes com grande adesão, como o “social-patriotismo”, o “gradualismo” e o “evolucionismo” - concepções deterministas da passagem do capitalismo para o socialismo como mera indução do desenvolvimento capitalista -, possuem raízes nessa vinculação débil com a obra de Marx e Engels.(SANTOS, 1998)

Essas concepções teórico-políticas peculiares da Segunda Internacional surgiram fundamentalmente no POSDA, que era o seu partido mais nuclear. Como demonstra Przeworski(1995), diferentemente dos anarquistas, a opção pela participação política foi o que caracterizou a social-democracia, mas que demonstrava uma atitude ambivalente já que entraram no jogo político cautelosos, utilizando os direitos políticos e as instituições apenas como meios para chegar a revolução.

Os que tornaram socialistas foram aqueles que decidiram utilizar os direitos políticos dos trabalhadores nas sociedades onde estes os possuíam, e lutar por tais direitos onde ainda não haviam sido conquistados. A corrente abstencionista perdeu seu apoio na Primeira Internacional após 1873, e os recém-criados partidos socialistas, em sua maioria fundados entre 1884 e 1892, adotaram os princípios da ação política e da autonomia dos trabalhadores.

Todavia, a atitude dos partidos socialistas com relação à participação eleitoral foi, na melhor das hipóteses, ambivalente. Tal ambivalência não era de

¹¹ Sobre Plekhanov ver Kolakowski, *Las principales corrientes del marxismo*, vol. 2 (p. 333, 1982); sobre Kautsky ver Salvadori, *Kautsky entre ortodoxia e revisionismo* (SALVADORI, 1982, p. 299); sobre a relação do marxismo e Kant, ver Arato (ARATO, 1982, p. 122)

cunho teórico(...). A questão fundamental - jamais respondida pela história, porque não pode ser solucionada definitivamente - era se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória socialismo.(PRZEWORSKI, 1995,p.21)

Apesar dessa ambivalência que os partidos socialista carregavam, na medida em que se ampliava a organização da social-democracia reacendiam as controversas sobre a participação ou não na política e no Estado capitalista. A influência da social-democracia alemã no movimento operário é intensa a partir de 1890, segundo Andreucci: “todos os partidos socialistas criados após essa data declararam expressamente que assumiam os modos de ser, o programa e a doutrina da social democracia alemã”. De acordo com a periodização realizada por este autor, é o momento da primeira cesura importante do marxismo e “de sua difusão e expansão através da social-democracia alemã” (ANDREUCCI, 1982, p.28). O início da divisão e revisão das linhas fundamentais do marxismo, e o surgimento do grande debate teórico-político que se estende por todo o movimento socialista, se dá com um conjunto de artigos de Bernstein, publicados entre 1896 e 1898 no principal órgão teórico do POSDA, o *Die Neue Zeit*, e reunidos em 1899 sob o título “*As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*”. Tamanho foi o impacto dessas publicações no conjunto do movimento socialista internacional que o dividiu em dois polos: reformistas e revolucionários. Bernstein é o autor de maior expressão das tendências consideradas reformistas/revisionistas que se desenvolviam dentro do movimento social-democrata. Segundo Fetscher (1982, p.257-298) Bernstein foi um marxista ortodoxo que defendia Marx contra as críticas de intelectuais burgueses entre 1891 e 1893, e a partir dessa atividade passara a ter dúvidas sobre as respostas que empregava nessa defesa dos princípios do socialismo. Assim, revisando a teoria marxista entre 1888 a 1901, durante seu exílio na Inglaterra, parte do pressuposto de que há uma defasagem entre teoria e prática dos partidos social-democratas: uma antiga teoria, a de Marx, não conseguiria explicar o momento e a prática da social-democracia. De acordo com Gustafsson(1975), Bernstein cria uma fragmentação da teoria social de Marx - por exemplo, em: teoria materialista da história, teoria da luta de classes, teoria da mais-valia, teoria dos modos de produção e das tendências do desenvolvimento capitalista - e tenta romper com a dialética dentro do marxismo, utilizando-se da filosofia kantiana. Em sua visão, a luta de classes e as transformações econômicas não deveriam ser o único motor da história.

Bernstein criticaba la concepción materialista de la historia, la dialéctica, la creencia en la importancia de la revoluciones, la teoria de la plusvalía, la teoría de la concentración creciente de las rentas, del capital y de las empresas en el capitalismo, la teoría de la crisis y la teoría del estado. A todo esto oponía la creencia en la realización gradual del socialismo por medio de las cooperativas de

consumo, el movimiento sindical y la política local. Así, Bernstein se vio motivado con inexorable consecuencia a derribar la totalidad del edificio levantado por Marx y a construir uno nuevo en su lugar. (GUSTAFSSON, 1975, p.104)

Em sua concepção política, Bernstein entendia a democracia como um meio e um fim. E para ele democracia “é, em princípio, a supressão do governo de classe, embora não seja ainda a verdadeira supressão das classes” (BERNSTEIN, 1997, p.113). O desenvolvimento capitalista, através das cooperativas de produção e de consumo, resolveria os antagonismos de classe. As contradições do capitalismo e a revolução proletária não seriam mais determinantes para a superação do capitalismo pelo socialismo; o determinante seriam as ideias e imperativos éticos que, desenvolvidos dentro e através da democracia, permitiriam gradualmente a superação socialista. Deste modo, o autor rompe definitivamente com a perspectiva revolucionária e afirma o socialismo como uma possibilidade, e não como uma necessidade histórica.

Toda atividade prática da democracia social está dirigida no sentido de criar circunstâncias e condições que tornem *possível* e garantam uma transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída. (BERNSTEIN, p. 115. Grifo nosso)

Bernstein considera o procedimento político burguês como ético, situa a social-democracia como sucessora do liberalismo em sua “essência espiritual e humana”, argumentando que não há ideias liberais que não pertençam ao conteúdo ideal socialista (BERNSTEIN, 1997, p.114). Sua proposta evolucionária, de crença no gradualismo de reformas que levariam ao socialismo, concebe que a acumulação dos ganhos imediatos dentro capitalismo promoveria sua passagem para o socialismo. Por isso afirmou que a única luta realista era o reformismo, com o mote: “O movimento é tudo, o objetivo final é nada”. A respeito do dilema entre reforma e revolução, parece-nos apropriada a análise feita por Przeworski

Esse dilema acentuou-se ainda mais quando a democracia - a democracia representativa característica da sociedade burguesa - deixou de ser meramente uma tática e foi adotada como princípio básico da futura sociedade socialista. Partidos social-democratas reconheceram na democracia política um valor que transcende diferentes formas de organização de produção. Jen Jaurès afirmou que “o triunfo do socialismo não será um rompimento com a Revolução Francesa, e sim a efetivação daquela revolução em novas condições econômicas”. Eduard Bernstein via no socialismo simplesmente “ a democracia levada à sua conclusão lógica”. A democracia representativa, para os social-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo. (PRZEWORSKI, 1989, p.29)

O mote do reformismo e do socialismo evolucionário de Bernstein foi respondido e atacado por vários intelectuais de vários matizes teóricos socialistas. A problemática levantada pelo revisionista afetava o movimento socialista seriamente, pois suas respostas e saídas teóricas eram estranhas ao pensamento de Marx e Engels, e tocavam em questões e problemas de extrema importância para o movimento socialista. Dentro do POSDA, Kautsky (representando a ortodoxia do partido) e Rosa Luxemburgo (representando uma posição de “esquerda” no partido, que apresentou o contra-mote “objetivo final é tudo, o movimento é nada”) foram os mais expressivos intelectuais que responderam a Bernstein.

Se para Bernstein os “fatores de adaptação” do capitalismo tornaram a insurreição inviável, a social-Democracia deveria chegar ao controle do Parlamento, através do sufrágio universal, transformando o Estado burguês em proletário; as cooperativas poderiam acabar com o lucro comercial e os sindicatos assumiriam o controle de gestão das indústrias. Luxemburgo(1986), ao contrário, compreende o pensamento de Bernstein como uma grosseira redução do socialismo a um ideal a ser alcançado. Contrapõe, aos “fatores de adaptação”, a “teoria da catástrofe”¹²: o sistema de crédito e de sociedade anônimas não seriam um atenuador dos antagonismos de classe, mas sim desencadeador de crises; o sistema de crédito seria uma tentativa de corrigir e dar fluidez a tudo que tem rigidez no capitalismo e não uma forma de acabar com a exploração capitalista. A reforma não ultrapassaria os limites da legalidade burguesa e capitalista, como também não poderia ser entendida como uma revolução diluída no tempo; e muito menos a revolução poderia ser concebida como várias reformas condensadas em curto período de tempo. O revisionismo,

Excluindo a necessidade histórica, não deixa de se enraizar no desenvolvimento material da sociedade. A teoria revisionista é obrigada a uma alternativa: ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como anteriormente, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o acerbamento das suas contradições, acabando necessariamente um dia ou outro na derrocada sob uma ou outra forma e, nesse caso, os "fatores de adaptação" são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os "fatores de adaptação" são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas contradições e, nesse caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, exceto o resultado do desenvolvimento material da sociedade. Este dilema engendra um outro: ou o revisionismo tem razão quanto à evolução do capitalismo - e nesse caso a transformação socialista da sociedade é uma utopia - ou o socialismo não é uma utopia e, nesse caso, a teoria dos "fatores de adaptação" perde a sua base. (LUXEMBURGO, 1986, p.31)

Luxemburgo revela o dilema dos revisionistas, que querem acabar com o capitalismo sem destruir suas bases. Vemos duas propostas de revolução e de capitalismo antagônicas, que resultam da prática da social-democracia e de sua vinculação com a obra de Marx e Engels. O debate na social-democracia alemã entre reforma e revolução representava tendências que já se desdobravam no conjunto do movimento operário, e no desenvolvimento da social-democracia na Rússia não era diferente. O desenvolvimento específico do capitalismo na Rússia fez durar até 1917 o absolutismo do Império Russo, e nesse ano, um conjunto de fatores externos e internos fizeram ruir esse país símbolo do conservadorismo em toda Europa.

2. Lênin e a revolução russa

A Rússia era o maior império em terras contínuas, “uma área equivalente a um sexto das terras emersas do planeta”(WOOD, 1987, p.13). Segundo Alan Wood, a maior e mais duradoura realização do Império Russo, que desde o século XVII já possuía essa grande extensão, foi a de estabelecer-se como uma potência dominante no norte e no leste da Europa, fruto de sua vitória na Grande Guerra do Norte (1700-21) contra o Império Sueco. Essa influência da Rússia sobre a Europa, marcariam o seu desenvolvimento até o final século XIX, mas de origem remota, essa influência aparece claramente já com as reformas na administração civil e militar empreendidas por Pedro I (1696-1725), que permitiram ao Império atingir o padrão europeu da época. Um dos efeitos dessas reformas foi a divisão entre duas Rússias: de um lado uma nobreza que possuía servos, terras e que gozava de praticamente todos os privilégios de uma nobreza européia; e de outro lado o povo russo (*narod*), os camponeses imersos na ignorância, na fome, na miséria e na superstição. Para este autor:

O abismo social e intelectual que separava a nobreza do *narod* era uma manifestação da natureza complexa e ambivalente da relação entre a Europa “moderna” e a Rússia “atrasada”, que se constituiu em um grande *leitmotiv* da história do país durante todo o século XIX. (WOOD, 1987, p.14)

Essas contradições e contrastes são reconhecíveis na estrutura política, econômica, militar e cultural do país. O Imperador, por exemplo, era um autocrata absolutista, não havia restrições legais para o exercício de seu poder, e durante o século XVIII até o século XIX foram inúmeros os esforços para propor uma constituição para limitá-lo, foi só com os distúrbios sociais de amplos setores da população em 1905, como veremos a frente, conseguiram forçar Nicolau II (1894-1917) a autorizar a constituição da Duma (assembleia nacional consultiva e legislativa), permitindo a legalização de partidos e a participação política. Ainda com todas essas reformas, permaneceria a “autocracia

constitucional” até 1917, que atribuía ao imperador poderes suficientes para dissolver a Duma quando lhe interessasse.

Dentro da economia, as contradições se fizeram aparecer após a derrota militar na Guerra da Criméia (1853-6). Em 1905 com a derrota para o Japão, a Rússia revelava que ainda operava com um Estado desorganizado e ineficiente, que não poderia mais vencer uma guerra sem uma indústria atualizada. A ineficiência da direção do estado russo e a estagnação econômica fizeram com que se abrisse um período de intensiva industrialização. As reformas introduzidas ainda em 1861, com a abolição da servidão, com os métodos e técnicas ocidentais desenvolviam ainda mais o abismo social que existia na Rússia; na verdade, trouxeram transformações que conservaram a monopolização do poder pela aristocracia e por sua burocracia, ao mesmo tempo que modernizavam o país. Sintetizando o resultado do desenvolvimento da Rússia até a virada do século XX, afirma Wood:

O Império Russo do começo do século XX, portanto, continha uma mistura extremamente volátil de riqueza ostensiva e dolorosa pobreza, de força e fraqueza, de atraso e modernidade, de despotismo e uma urgente exigência de mudanças. Por toda parte, conviviam exemplos de barbarismo e sofisticação, de tecnologia e técnicas primitivas de esclarecimento e ignorância, de tradições europeias e asiáticas (WOOD, 1987, p.19)

* * *

Durante os séculos XVIII e XIX muitos dos movimentos populares insurrecionais tinham a característica de serem comandadas por um pretendente ao trono, já que Pedro I não havia apontado um sucessor antes da sua morte - ocorrida em 1725 - , o que gerou um período de golpes militares, conhecido como “Era das revoluções palacianas”. Essa tradição de golpes, segundo Wood, demonstrou “a importância de se preservar a lealdade dos antigos militares, particularmente dos regimentos da guarda palaciana, que amiúde surgiam no papel de ‘fazedores de soberanos’” (WOOD, 1987, p.20). A primeira tentativa revolucionária de combinar as técnicas de golpe militar com uma oposição intelectual, mas sem participação popular, foi a revolta Decembrista de 1825¹³, que se propunha a implantar uma monarquia constitucional ou uma forma republicana. Esse movimento pode ser considerado como o início do movimento revolucionário na Rússia, pois não se tratava de reivindicação de título de imperador mas de acabar com a monarquia absoluta.

O movimento político com ideias liberais não se desenvolve na Rússia como no Ocidente, onde essas ideias já estavam sendo questionadas. Os movimentos políticos só podiam vir de intelectuais - de

¹³ Conhecida assim pelo dia 14 de Dezembro, em que ocorreu a insurreição.

uma nobreza mais sensível e inteligente - que no começo das reformas criticavam o industrialismo e seus efeitos perversos. Os mais conservadores tentavam mostrar a evolução da Rússia, comparada com o Ocidente, como uma conservação dos bons costumes. Uma corrente mais democrática, conhecida por Populistas (*Narodniks*¹⁴), acreditava que o campesinato redimiria o povo russo pela comuna rural, levando a Rússia diretamente ao socialismo, sem precisar pagar os malefícios do capitalismo. Foi a partir dos Populistas, que mantiveram contato com Marx e introduziram sua obra na Rússia, que surgiu o grupo que deu origem à social-democracia naquele país. Utilizaremos a síntese de Walicki(1984) em demonstra uma periodização geral do período do século XIX para o movimento político na Rússia

Nos anos [de 18]40, os eslavófilos romântico-conservadores estavam empenhados em discussões filosóficas e culturais com os liberais ou democratas ocidentalizantes, que se inspiravam sobretudo no hegelianismo, filtrado através do prisma da filosofia hegeliana do direito (no caso de liberais como K. Kavelin), ou da “filosofia da ação” da esquerda hegeliana (no caso da esquerda democrática, representada por V. Belinski e A. Herzen). Nos anos 50 e 60, com a afirmação do primeiro populismo (e sobretudo do “socialismo russo” de Herzen), o debate sofreu uma reviravolta, porque a crítica do Ocidente ficou reduzida ao problema do capitalismo; e a recusa do desenvolvimento capitalista tornou-se um dogma para a juventude russa. Desde o início dos anos 80, os primeiros marxistas russos, representados pela *Libertação do Trabalho*, o grupo de Plekhânov, passaram a defender o progresso capitalista como fase necessária da evolução, e lançaram-se em acesa polêmica com os populistas. Mais tarde ainda, nos anos 90, inseriram-se na polêmica, de um lado, os chamados “populista legais”, e, de outro, os “marxistas legais”. As obras de Lênin acrescentaram uma nova dimensão a tal polêmica, mas também se opunham à ideia populista de “saltar” a fase capitalista do desenvolvimento, bem como à confiança populista na potencialidades socialistas da comuna camponesa (WALICKI, 1984, p.53-4)

O populismo era um movimento político composto por intelectuais, com diversos grupos autônomos e de diversas tendências, em centros rurais e urbanos. A tendência destacada por Wood(1987) é a do “jacobinismo”, defendida por Pedro Tkachev (1844-86), que

com impaciência, exortava a *intelligentsia* a se organizar para a ação revolucionária e para *conduzir* as massas tanto na destruição da antiga ordem quanto na construção da nova. Alguns autores têm afirmado que a ênfase de Tkachev na disciplina, liderança e organização prenuncia algumas das opiniões de Lênin quanto à organização partidária e à relação entre o partido revolucionário e o proletariado.(WOOD, 1987, p. 33-4)

Não era só um movimento importante pelos enfrentamentos que realizava contra o czarismo, foi também a origem daquele grupo que veio a se tornar a social-democracia russa. O fracasso do

¹⁴ *Narod* significa povo em russo.

movimento “indo ao povo”¹⁵, iniciado em 1874, traz um marco para a reflexão sobre a prática dos revolucionários na Rússia, devido à baixa receptividade por parte do povo. Em consequência é fundado um outro partido, *Zemlya i Volya*, e em 1879 ocorre uma cisão no congresso desse grupo:

Por fim, em 1879, o partido se dividiu em duas facções. Uma delas chamada Cherny peredel (Divisão Negra), se opunha ao uso da violência política por ser ela contraproducente, uma traição aos princípios populistas e não levar aos objetivos máximos da revolução. A outra, a *Narodnaya volya* (A Vontade do Povo), se dedicou à continuidade da campanha de terror, argumentando que isso enfraqueceria o Estado e apressaria o início de uma situação revolucionária. Em 26 de agosto de 1879, o Comitê Executivo da *Narodnaya volya* condenava solenemente Alexandre II à morte, e, depois de várias tentativas fracassadas, o Czar Libertador foi finalmente feito em pedaços por um atentado terrorista a bomba em 1º de março de 1881. Os líderes da conspiração foram presos, julgados e enforcados em praça pública. (WOOD, 1987, p.35)

O que se desdobrou, durante o reinado de Alexandre III, foi o aumento da repressão e atribuição maior de poderes à polícia. Criado para ser um instrumento temporário, o “Estatuto das Medidas para a Preservação da Ordem Nacional e da Tranquilidade Pública (14 de agosto de 1881) acabou por ser sistematicamente renovado a cada três anos até 1917”(WOOD, 1987, p.37), e acabou transformando a Rússia em um Estado policial. Outro efeito do novo reinado foi a indicação de Sergei Witte como ministro das Finanças em 1893, cargo em que promoveu um programa de rápido desenvolvimento industrial, com profundas consequências para a Rússia, que até então havia deixado para iniciativa privada o desenvolvimento econômico. Conhecido como o “sistema Witte”, propunha

o papel de liderança assumido pelo governo no tocante ao planejamento e às finanças, a ênfase nas indústrias de bens de capital e não nas de bens de consumo, o levantamento de fundos através de crescente tributação imposta ao já sobrecarregado campesinato e o incentivo ao investimento maciço do capital estrangeiro - particularmente francês, belga e britânico. O ponto central do programa era notável expansão da construção de ferrovias - sendo o projeto mais espetacular a construção da Ferrovia Transiberiana, com 7 000 quilômetros de extensão e ligando a rede ferroviária da Rússia Européia à costa do Pacífico. (WOOD, 1987, p.39-40)

¹⁵ Segundo Alan Wood: “No verão de 1874, ocorreu um fenômeno espantoso. Sem liderança, sem organização e sem planejamento, milhares de jovens intelectuais, tanto homens quanto mulheres, deixaram suas casas, universidades e empregos para se juntar a um espontâneo movimento de massas, quase uma cruzada, a fim de se pregar o evangelho socialista através do campo russo. Esse movimento foi chamado de “indo para o povo” (*Khzhdenie y narod*). Não havia nenhum indício imediato do movimento. Ele representava uma curiosa mistura de teorias socialistas semidigeridas (tanto de lavrovistas quanto bakuninistas), uma simpatia genuína pelo sofrimento do campesinato e um entusiasmo juvenil de servir a uma causa nobre, e foi marcado por um compromisso e um zelo quase missionários. Mas tudo não passou de um mísero fiasco.” (WOOD, 1987, p.34)

Esse programa, pelas suas próprias necessidades em relação as grandes obras que devia promover, gerou um desenvolvimento industrial - principalmente em metalúrgicas e indústrias de carvão - que durou até 1901, quando diminui a demanda governamental e ocorre um recuo nesse crescimento industrial.

Essa rápida taxa de crescimento se caracterizou pela alta concentração da produção em regiões geográfica-chave - São Petersburgo, Moscou, a Ucrânia, os campos petrolíferos de Baku e os Urais - e por uma alta concentração de trabalhadores em indústrias de grande escala. (WOOD, 1987, p.40)

As condições insalubres e perigosas das condições de vida e de trabalho desses operários levou a uma situação de descontentamento entre as massas, que promoveram diversas organizações e grupos de solidariedade, greves e uma conscientização do proletariado. que mantinha uma receptividade maior em relação aos ativistas políticos. Para Wood, foi nesse processo de reação política popular e de um crescente desenvolvimento industrial que deu origem ao marxismo russo.

* * *

Um grupo de militantes que não concordava com a ações diretas de vanguarda defendia uma ação de agitação e propaganda para a transformação da consciência popular, um trabalho a longo prazo; entre eles estavam Plekhánov, Axelrod e Vera Zasulich. Mais tarde, tornaram-se marxistas e passaram a defender os princípios da social-democracia para a Rússia. Criaram um grupo chamado Emancipação do Trabalho e uma editora, a Biblioteca do Socialismo Contemporâneo, cujo papel era o de produzir textos para serem distribuídos de forma clandestina dentro do império russo. Esse grupo criticava o terrorismo e a prática dos populistas, queria se constituir em partido político e já não confiava ao campesinato e às comunas rurais as suas esperanças revolucionárias. (WOOD, 1987, p.42-3) A grande diferença, então, que se estabeleceu entre os marxistas e os populistas, foi a de que os primeiros propunham desenvolver o elemento urbano e capitalista, através de uma república democrática que substituiria o czarismo; assim, poderiam desenvolver o conflito entre a burguesia e o operariado urbano, para então realizarem a luta pelo socialismo. Já a proposta populista almejava o socialismo, também através de uma república, mas com bases na comuna rural e no campesinato, sem a necessidade de constituir o capitalismo na Rússia.

Em 1895 Lênin, que estava na Suíça, entra em contato com o grupo de Plekhánov, o Emancipação do Trabalho. Em 1894, ano anterior de seu encontro, Lênin já havia publicado um texto em que, como um pensador marxista, criticava os populistas¹⁶.

A década de 1890 na Rússia foi de uma intensa luta política e teórica, e também o momento em que se estabelecem alguns partidos marxistas:

Durante a década de 1890, enquanto a mão-de-obra russa crescia em número e força, começou a surgir um crescente número de organizações de trabalhadores, embriões de sindicatos, círculos de discussão marxista e outros grupos que tanto comandavam a agitação e a propaganda, como ajudavam a organizar greves nos maiores centros industriais. Em 1898, foi feita uma tentativa de reunião dessas várias células, organizações e comitês regionais em um único partido político marxista e revolucionário. Nesse ano aconteceu o primeiro “Congresso” do Partido Trabalhista Russo (PTRSD), precursor do atual Partido Comunista da União Soviética. Contudo, muito pouco foi obtido pelo Congresso (só havia nove delegados) e a liderança do nascente partido foi logo detida e encarcerada.(WOOD, 1987, p.43)

Nessa tentativa de fundação do partido social-democrata, em 1897, a maioria de seus integrantes foi presa após a assembleia pela polícia czarista. Lênin se encontrava exilado na Sibéria e, um ano depois, volta à Rússia quando o partido já não existia praticamente. Nesse momento, decide sair da Rússia para contribuir na fundação do jornal *Iskra* (*A Centelha*), junto com o Grupo Emancipação do Trabalho e alguns intelectuais marxistas¹⁷, com o objetivo de propagar e criar uma unidade de ideias e apresentar um programa partidário. O jornal contribuiria, assim, para a reorganização do partido, unindo os centros esparsos. Em 1903, o grupo fundador desse jornal decide realizar um novo congresso do partido social-democrata russo, cuja organização ficou sob sua responsabilidade (WOOD, p.43-4).

A contribuição de Lênin ao II congresso do POSDR foi com o texto *Que fazer?* (1902), que abriu algumas divergências com Martov sobre a organização partidária, divergências que definiram as duas facções do POSDR: Menchevique e Bolchevique.

Na década de 1890, Lênin entrara em polêmica contra os “economicistas”¹⁸ e “marxistas legais”, expondo sua visão sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia e sobre as possibilidades da revolução socialista. Segundo Gruppi, esse debate também expressava as tendências reformistas e revolucionárias que surgiram no movimento socialista na Alemanha ente 1896 e 1899, que ocorreram paralelamente ao debate russo.

¹⁶ O texto se intitulava “*Quem são os amigos do povo e como lutam contra a Social-democracia*”.

¹⁸ Esse termo foi cunhado por Lênin em 1899, em sua crítica a alguns grupos do movimento socialista que separavam a luta política da luta econômica, direcionando seus esforços para essa última. (BOTTOMORE, 2001, p.121).

Os “marxistas legais”¹⁹, que tinham como expoente principal Struve, buscavam apenas as possíveis vias de desenvolvimento econômico-social da Rússia. Eles e Lênin, como a maioria dos marxistas, diferentemente dos populistas, compartilhavam a ideia de que o capitalismo seria um “avanço” na Rússia czarista; mas Struve pregava o aceleração do capitalismo através do Estado, a integração do campesinato na produção mercantil e se opunha à posição de Marx contra o Estado e contra o liberalismo. Bernstein e Struve conferem ao Estado um papel defensor da ordem, papel que seria mantido inclusive em uma sociedade sem classes, e ainda afirmavam que os marxista russos não poderiam ter uma ação política independente e que deveriam estar a reboque do movimento operário e da burguesia liberal (GRUPPI, 1979, p.23). Lênin, além de conceber o Estado como um instrumento de dominação de classe, combatia os marxistas legais e os “economicistas”, em razão da ausência da luta de classes em suas análises e pelo fato de não escolherem a revolução como saída para os problemas econômicos da Rússia, chegando a negar a necessidade do partido. Nesse debate contra os “economicistas”, que representavam as mesmas ideia de Bernstein na Rússia, Lênin se alinha às posições de Kautsky, que nas palavras de Gruppi: Lênin “encontra em Kaustky o protagonista das posições fundamentais do marxismo” (1979, p.23). Ao mesmo tempo, mantinham uma aliança política com eles contra a posição dos Populistas, que concebiam a introdução do capitalismo na Rússia com um significado negativo. Essas polêmicas, entre outras, aparecem antes do II Congresso do POSDR de 1903, em Bruxelas.

A divergência mais importante neste momento se expressou na polêmica entre Martov (Menchevique) e Lênin (Bolchevique) sobre o estatuto e a filiação partidária, em que expressavam na verdade diferenças de concepções sobre a organização do partido.

O problema da relação entre consciência (direção) e espontaneidade, entre partido e massas, apresenta-se de modo pleno no II Congresso do POSDR (Bruxelas - Londres, 1903). Entram aqui em contrastes duas formulações do artigo primeiro dos estatutos do partido. A de Lênin diz: “Considerava-se membro do Partido Operário Social-Democrata Russo todo aquele que aceitar seu programa e apoiar o próprio Partido, seja com meios materiais, seja *participando* pessoalmente *em uma das suas organizações*” (v. 7, p.19) A de Martov propõe, no lugar das palavras

¹⁹ Sobre o “marxismo legal”, ler o verbete com esse título no dicionário do pensamento marxista organizado por Hobsbawm. O marxismo legal seria uma “interpretação crítica e acadêmica do marxismo, desenvolvido por P.B. Struve, M. I. Tugan-Baranovski, N.A. Berdiaev, S.N. Bulgakov e S.L. Frank, que teve influência na Rússia sobretudo no período entre 1891 e 1901. Preocupado basicamente com os méritos (e as deficiências) do marxismo como recurso heurístico e como explicação plausível da evolução histórica, o marxismo legal atribuía particular ênfase ao papel progressista do capitalismo e à sua significação modernizadora, ocidentalizadora e civilizadora para a Rússia contemporânea. O objetivo do marxismo legal, tal como expresso por Struve, era proporcionar ‘uma justificação do capitalismo’, e, para isso, não hesitou em chegar ao ponto de parecer pró-capitalista, tanto aos seus amigos como aos seus adversários populistas” (HARDING; org. Bottomore, 2001, p.245-6),

sublinhadas: “trabalhando *sob o controle e a direção de uma das suas organizações* (GRUPPI, 1979, p.38)

Lênin, cuja posição foi derrotada no II Congresso, defendia um partido mais disciplinado e centralizado, a que só poderia ser considerado filiado aquele que participasse regularmente em alguma de suas organizações. Martov defendia uma forma mais elástica e flexível, em que, de acordo com Gruppi e Lênin, “a diferença entre o aderente ao partido e o simpatizante é tão esfumada que termina por desaparecer” (GRUPPI, 1979, p.38). Lênin desenvolvia na Rússia a sua concepção de partido de acordo com as ideias de Kautsky, em que defendia ser a consciência dos trabalhadores trade-unista, isto é, limitada às reivindicações econômicas e sindicais: o partido levaria a consciência política aos trabalhadores, elevando-os da luta econômica à luta política da social-democracia (GRUPPI, 1979, p.37). O que mostra o alinhamento de Lênin com a ortodoxia marxista representada por Kaustky, a mesma tendência que criticou em 1917.

Essa concepção de partido enquanto organização que se constrói *de cima para baixo* deriva diretamente, em Lênin, da função decisiva que ele atribui ao momento da consciência, à compreensão teórica e à iniciativa política. Tratar essa concepção como autoritária ou burocrática significa, precisamente, privilegiar o movimento e a espontaneidade em relação à consciência crítica, diminuir o valor da iniciativa política e apegar-se a uma visão mecanicamente determinista do desenvolvimento social; e, ao mesmo tempo, abandonar-se à política das circunstâncias, do caso por caso, com a renúncia à autonomia política da classe operária (GRUPPI, 1979, p.42)

A proposta de Lênin foi recusada por uma escassa minoria, na votação decisiva para a composição da direção partidária e do comitê de redação do *Iskra*, a correlação de forças mudaram dentro do congresso. O grupo de Lênin se torna maioria com a saída, antes do término, de partidários de Martov, assumindo assim, com essa votação, a maioria também no comitê de redação e na direção partidária. A posição de Lênin então derrotada no congresso, acaba prevalecendo no final deste mesmo congresso, como afirma Wood

A posição de Lênin foi derrotada. Entretanto, num item posterior, que também dizia respeito à questão da liderança e da centralização do partido, sua opinião prevaleceu por estreita maioria - grande parte devido à abstenção de seus oponentes. Armado com essa frágil superioridade numérica, Lênin chamou seus seguidores de “majoritários”. A palavra russa para “maioria” é *bolshinstvo* - daí, bolchevique. Seus oponentes, comandados por Martov - apesar de na realidade constituírem a maior facção do partido -, foram chamados de “minoritários”, ou *mencheviques*. Apesar de, no momento, tecnicamente formarem duas facções de um único partido, e a despeito de várias tentativas posteriores de reunificação, a divisão entre menchevique e bolchevique acabou por ser permanente irreparável. (WOOD, 1987, p.45-6)

A social-democracia russa nasce rachada e essa divisão se aprofunda cada vez mais, de modo que os dois grupos, mencheviques e bolcheviques, passam a realizar congressos separados. Quando essas colisões mal haviam começado, estoura a revolução russa de 1905-1907, cuja causa mais significativa foi a derrota da Rússia na guerra contra o Japão. Neste momento não só o POSDR tentava se organizar, mas também o Partido Socialista Revolucionário fundado em 1900, cujo programa apresentava as aspirações dos Populistas (revolução social, distribuição da terra e preservação da comuna camponesa). Também os liberais que se opunham a Nicolau II criaram a organização União da Libertação, e exigiam o fim da autocracia e a constituição de uma república democrática, sem revolução (WOOD, 1987, p.47). A depressão econômica devido ao fim do programa Witte, o aumento das greves, a guerra com o Japão, se torna cada vez mais impopular, o descontentamento dos militares - tudo isso desemboca numa insatisfação generalizada, e em ódio e revolta contra o governo, depois do “Domingo Sangrento”²⁰. O czar não fez nada em relação ao descontentamento generalizado. Apenas depois do assassinato de seu tio, o grão-duque Sergei, em fevereiro de 1905, viu-se forçado a assinar um decreto autorizando a eleição de uma assembleia consultora. Segundo Alan Wood, tal decreto não conteve o anseio popular, na verdade fez com que todas as organizações de oposição ao czar ampliassem a luta por uma programa mínimo, como o voto universal, direitos constitucionais e liberdades civis. Em setembro e outubro, os operários realizaram grandes greves de maneira espontânea e sem uma grande liderança (WOOD, 1987, p.48-9).

Trótsky descreve a situação de 1905, brevemente, assim:

Os acontecimentos de 1905 foram o prólogo das duas revoluções de 1917: a de Fevereiro e a de Outubro. O prólogo já continha todos os elementos do drama, embora estes não se desenrolassem até o fim. A guerra russo-japonesa fez o tsarismo tremer. A burguesia liberal se valeu do movimento das massas para infundir um pouco de medo na monarquia. Mas os operários se emanciparam da burguesia, organizando-se separadamente e em oposição a ela os soviets, criados pela primeira vez. Levantes camponeses para a conquista da terra ocorriam em toda a gigantesca extensão do país. Os elementos revolucionários do Exército sentiam-se atraídos, tanto como os camponeses, pelos soviets, que, no auge do impulso revolucionário, disputaram abertamente o poder com a monarquia. Foi quando atuaram pela primeira vez na história da Rússia todas as forças revolucionárias: careciam de experiência e lhes faltava confiança em si mesmas. Os liberais retrocederam ostensivamente ante a revolução no preciso momento em que se demonstrava não ser suficiente abalar o tsarismo, mas que era preciso derrubá-lo. A brusca ruptura da burguesia com o povo, tanto mais que a burguesia arrastava consigo uma parte considerável da intelectualidade democrática, facilitou para a monarquia a obra de diferenciação dentro do Exército, permitiu-lhe selecionar as forças fiéis ao regime e organizar uma sangrenta repressão contra os operários e camponeses. E, apesar de algumas costelas

²⁰ No fatídico dia 9 de janeiro de 1905, os operários em greve de São Petersburgo e suas famílias, num protesto pacífico, almejaram entregar uma petição ao Czar, relatando seus problemas, mas foram recebidos a bala pela polícia e os cossacos; centenas de manifestantes morreram nesse dia.

quebradas, o tsarismo saiu vivo e relativamente forte de 1905. (TROTSKY, 2007, p. 27)

Nesses acontecimentos de 1905, que contou com a greve como a principal forma de mobilização contra a autocracia, surgiram os Sovietes como organização popular. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, disseminaram-se de uma cidade desconhecida ao norte de Moscou para toda a Rússia:

Os soviets tiveram enorme e imediato sucesso: formas de organização ágeis, flexíveis, informais, descentralizadas, com uma hierarquia interna frouxa e uma burocracia mínima, quando não inexistente, com um conceito de representação fluído, sem mandatos fixos, adaptada, nessa medida, aos rigores impostos por uma legislação altamente repressiva e por uma eficiente polícia política. Construídos para impulsionar a lutas sociais e políticas, não se limitaram a isso, desempenhando também, em situações críticas, determinadas funções governamentais (abastecimento, trânsito, iluminação, saúde pública etc.), ensaiando-se, assim, como poder paralelo alternativo. (REIS FILHO, 2003, p.42)

Lênin em 1905 refere-se aos soviets como “movimentos de massas” que possuem um caráter social democrático-burguês, mas com métodos de luta proletária - por exemplo as greves. Ao mesmo tempo, representavam para Lênin uma democracia das massas que era possível realizar em oposição ao czarismo. Neste momento, Lênin defendia a participação do partido num governo de coalizão democrático-revolucionário.

Para os Mencheviques, a revolução deveria dirigir-se no sentido da constituição de uma República parlamentar, implantando-se os parâmetros sociais e econômicos do capitalismo. Para eles, seria inviável o socialismo na Rússia, devido à inferioridade numérica dos operários; por isso não defendiam a participação do partido no governo, pois as medidas e mudanças a serem realizadas teriam um caráter capitalista e não socialista. O intuito seria, assim, conservar a força revolucionária da luta dos operários e não parecerem conciliadores diante deles, já que uma vez no governo o projeto socialista seria irrealizável. O que Lênin defendia era a participação do partido num governo de coalizão com operários e camponeses, num governo democrático-revolucionário, pois não só a propriedade privada e suas leis permaneceriam, mas também a possibilidade de aumentar a influência do partido e assim poderia retirar do poder grupos políticos adversários, quando necessário. Conforme Gruppi(1979,p.49), nesse momento a “preocupação dominante em Lênin é esta: colocar-se à cabeça de todo o processo de luta e de todas as forças que se voltam contra o tsarismo”. Para Joshstone,

“A idéia de ‘buscar a salvação para a classe operária em qualquer lugar que não o futuro desenvolvimento do capitalismo - insistia - é uma ideia reacionária’. Portanto, ele refutava o conceito de ‘revolução permanente’ avançado por Parvus e Trótski, que pretendiam substituir o czarismo por um governo operário”(JOSHSTONE, p. 119, 1985)

O que Lênin concebia era a ditadura democrático-revolucionária que desenvolvesse o capitalismo como preparação para o socialismo. Se antes Lênin, alinhado à sua grande referência na Rússia, que era Plekhánov, defendia que os operários não podiam tomar ou até mesmo participar do poder, a partir de 1905 o líder bolchevique muda de posição, rompendo com a perspectiva das “duas revoluções”²¹, e passa a defender a fórmula da ditadura democrático-revolucionária com operários e camponeses. Segundo Getzler, a nova perspectiva revolucionária assumida por Lênin estaria relacionada à constituição de um poder estatal com um governo provisório composto por quadros da social-democracia e de sua confiança a favor do programa mínimo do partido, que consistia nas reformas capitalistas e na conclamação do povo para a luta em favor de todas as liberdades republicanas; um poder estatal

“(…) assumido e exercido por um governo dotado de amplas bases e com as características de uma frente popular, em condições de constituir uma república democrática, que realizaria uma revolução agrária completa, e “burguesa”, uma vez que ‘minimalista’ e poria na ordem do dia o ‘programa capitalista’, ao invés do socialismo. Sua análise marxista da luta de classes o levava a prever a seguinte *ordre de bataille* das ‘forças sociais’ contrapostas. A questão em jogo seria a ‘república’, ou seja, ‘todas as liberdades democráticas (o programa mínimo do POSDR) e reformas profundas’” (GETZLER, 1985, p.29)

No final de 1905, Lênin previa um governo provisório com a composição que viu realizar-se nos soviets: a aliança entre os camponeses e os operários. Os soviets, com essa aliança, se tornam a principal organização da insurreição para Lênin. Algumas considerações de Getzler são fundamentais sobre essa revisão realizada por Lênin nesse período:

(…) então três eram as consequências importantes de sua teoria revolucionária: ela desrespeitava o tabu de Plekhanov sobre o poder e levava os social-democratas a participarem de um governo democrático revolucionário; “desburguesava” e radicalizava o conceito de revolução “burguesa”, tal como era aplicado à Rússia, eliminando dele a burguesia “constitucionalista” liberal para incluir os camponeses “revolucionários”; por fim, ligava a revolução democrático-burguesa na Rússia à possibilidade de uma revolução socialista na Europa, atribuindo-lhe desta forma um caráter de processo aberto. (GETZLER, 1985, p.30)

Embora as divergências sobre a questão do partido e da direção proletária sobre uma revolução burguesa, só levassem a uma ruptura formal entre bolcheviques e mencheviques em 1912, Lênin consegue o apoio declarado de Kautsky em 1909, a contragosto dos mencheviques Plekhanov e Martov. Tanto Getzler e Joshstone, quanto Michael Reiman, vêem o início da primeira guerra em 1914 como um período de grande transformação no bolchevismo e no pensamento de Lênin. Nesse mesmo ano, ocorre o alinhamento da social-democracia alemã com os interesses do estado alemão na guerra

²¹A concepção de Plekhanov de “duas revoluções” é a de que seria necessário a Rússia passar por uma revolução burguesa sob a direção da burguesia, para depois haver uma revolução socialista e proletária.

imperialista, contexto em que a posição capitulacionista de maior expressão na Segunda Internacional foi o POSDA (partido mais importante da organização) votar a favor dos créditos de guerra solicitado pelo Kaiser ao parlamento da Alemanha.

Devido à ruína da Segunda Internacional no mundo, Lênin passa a considerar ainda mais a importância da revolução russa para o cenário mundial, ainda na perspectiva de uma ditadura revolucionário-democrática de proletários e camponeses na Rússia e de uma revolução socialista na Europa; mas diferentemente do que pensava em 1905, Lênin passa a conceber que as duas revoluções, na Europa e na Rússia, deveriam ocorrer ao mesmo tempo. Nas palavras de Getzler:

Se, em 1905, a sequência necessária dos eventos, na versão otimista do esquema revolucionário de Lênin (ele próprio o definia como “o sonho” que todo social-democrata era obrigado a cultivar), previa em primeiro lugar a necessidade de “conduzir até o fim a revolução burguesa” na Rússia - só então poderia “atizar a revolução proletária no Ocidente” -, seu programa revolucionário para 1915 requeria que ambas eclodissem “ao mesmo tempo” (GEZTLER, 1985, p.32)

Segundo Getzler, com a guerra cai a popularidade do socialismo, pois foram poucos os que continuaram rigorosamente internacionalistas. Lênin e os bolcheviques tomaram a orientação de que só criariam laços agora com aqueles que se tivessem desligado dos “social-chauvinistas” (maioria dos socialistas na Rússia) e dos “kautskistas”. Situavam os soviets como o ponto de ligação da insurreição e do poder estatal revolucionário, mas naquele momento ainda como uma organização “pequeno-burguesa”. Interessante notar, como faz Getzler, que se antes a grande discussão dos revolucionários eram as “fases” ou as “vias” do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, com a iminência da revolução socialista na Europa e com a guerra esse debate se tornava supérfluo. A decisão bolchevique de 1917 era de se separarem de outros grupos que compunham o governo provisório e mobilizar os bolcheviques de Petrogrado para conquistarem o poder e derrubarem o governo. Nesse sentido, a decisão de Lênin de realizar outra revolução e instituir um “governo bolchevique restrito” vem de setembro de 1915, quando já estabelecia que não havia mais nada a fazer com os social-chauvinistas. Essa posição foi reforçada em abril de 1917.

Sua estratégia política visava a conseguir, antes de mais nada, a “autonomia” [dos bolcheviques em relação aos outros partidos] e uma sujeição inflexível aos interesses do partido, juntamente com uma campanha de *Entlarvung* [desmascaramento] sem tréguas, destinada a desacreditar o governo provisório e os dirigentes “pequeno-burgueses” dos soviets, os “social-patriotas” e, ainda piores a seus olhos, os “vacilantes”; o objetivo imediato consistia no controle e na consolidação de um Partido Bolchevique agressivo em sua independência, que conquistaria finalmente o apoio das massas (GETZLER, 1985, p.34)

Com Joshstone, podemos ver também que Lênin em 1915 propunha a “República democrática” como forma política da revolução. No ano seguinte vemos uma inflexão que, apesar de não representar uma modificação essencial no conjunto do pensamento do nosso autor, apresenta nele uma mudança significativa.

Esse é o período de 1916, que mencionamos na introdução, referente ao momento em que Lênin abre uma polêmica com Bukhárin, quanto à publicação de um artigo escrito pelo último sobre o Estado imperialista²². Lênin entra em contato com “novas ideias” dos textos de Marx e Engels que não seriam encontradas na literatura da Segunda Internacional, o que contribuiu muito para as críticas que pretendia realizar ao kautskismo. O “caderno azul” - mais conhecido como *O marxismo e o Estado*²³ - foi assim chamado por conta da cor da capa do volume manuscrito cheio de notas, citações e referências, que constituíram o material que Lênin utilizou para a elaboração de seu livro *O Estado e a Revolução*.

Entre Lênin e Bukhárin há uma relação de admiração mútua, mas também de tensões que permeiam até questões pessoais. O conteúdo da crítica de Lênin ao artigo de Bukhárin é interessante para mostrar a sua oposição a certas ideias com as quais concordará logo em seguida. Como afirma Stephen Cohen, no começo de 1916 Lênin decide publicar diversos artigos programáticos sob sua direção editorial e espera contar com Bukhárin para um tema econômico, mas este acaba lhe enviando um artigo sobre o Estado imperialista, que descrevia as novas funções que o Estado assumia com as modificações que ocorriam com os monopólios na sociedade capitalista, assim como tratava da diferença e semelhanças entre anarquistas e marxistas, e retomava o antiestatismo em Marx.

Mas Bukharin enviou-lhe o ensaio. “Para uma teoria do Estado imperialista”, no qual descreve o “Novo Leviatã”. Lenin enfureceu-se com os trechos onde Bukharin expunha a teoria marxista do Estado, incitava à “destruição revolucionária” do Estado burguês e chegava à provocante conclusão de que a diferença essencial entre marxistas e anarquistas referia-se à centralização econômica - “e não significa que os marxistas sejam estatistas, ou os anarquistas antiestatistas, como afirmam muitos”. A reabilitação do antiestatismo marxista original atendia a dois objetivos de Bukharin.

²² Como afirma Cohen(1990, p.45), Bukhárin propunha-se a reinterpretar de forma radical a concepção marxista do Estado: “Bukharin começou por resgatar a interpretação original de Estado feita por Marx e Engels. Explicou ser necessário reiterar essas “verdade antigas” porque os social-democratas revisionistas, decididos a colaborar com o Estado burguês e reformá-lo, haviam-nas esquecido ou apagado deliberadamente do marxismo.” Que é exatamente a proposta de Lênin em *O Estado e a revolução*.

²³ Reproduzimos aqui o início da primeira nota da edição de 1978 de *El estado y el marxismo* de Lênin, da editora Júcar, com que estamos trabalhando: “VI. Lenin escribió el trabajo **El marxismo y el Estado** en enero--febreo de 1917, en Zurich. La obra fue publicada por primera vez en 1930 en la Recopilación Leninista, t. XIV. El manuscrito de *El marxismo y el Estado*, utilizado en la preparación del libro *El Estado y la revolución*, es un cuaderno de tapas azules, de 48 páginas, escrito con letra menuda y apretada, con adiciones, acotaciones marginales y subrayados, prueba de que Lenin había vuelto más de una vez a estos materiales. Contiene las principales opiniones de Carlos Marx y Federico Engels acerca a *El Estado y la dictadura del proletariado* y extractos de artículos y libros de C. Kautsky, A. Panneckeok y E. Bernstein con observaciones, complementos, generalizaciones y conclusiones de Lenin.” (LENIN, 1978, p.119)

Decorria do seu horror ao “Novo Leviatã” e ia ao encontro de sua forte tendência libertária; além disso, era o ponto fundamental de sua tentativa de voltar a radicalizar a ideologia marxista, da qual vinham há muito sendo retirados os princípios militantes, por influência dos reformistas da linha de Bernstein e da escola ortodoxa de Kautsky. Alguns marxistas da ala esquerda - entre os quais se destacavam Anton Pannekoek e Zeth Höglund, jovem social-democrata russo - já haviam voltado a abordar o tema antiestatista. Mas Bukharin foi o primeiro bolchevique a fazê-lo, o que bastou para desagradar Lênin. (COHEN, 1990, p.56)

Lênin leva mais de dois meses para dar uma resposta sobre a possibilidade de publicação do artigo de Bukhárin, e acaba decidindo não publicá-lo, em setembro de 1916. Segundo Cohen, Lênin aprovava neste artigo a parte sobre o “capitalismo de Estado”, mas considerava que seu tratamento teórico sobre o Estado e o marxismo eram incorretos, chegando a afirmar que o autor era um “semianarquista”, pois afirmava que anarquistas e marxistas não possuem diferenças sobre a questão do Estado, mas sobre a centralização ou não da economia. O antiestatismo era na visão de Lênin incorreto. “As ideias de Bukharin não estavam ‘suficientemente elaboradas’, eram até infantis, segundo Lenin. Seu conselho era no sentido de que as ‘deixasse amadurecer’” (COHEN, 1990, p.56). Já em fevereiro de 1917, Lênin informava a outros bolcheviques que estava produzindo um artigo sobre o Estado e que chegara a mais conclusões contra Kautsky do que contra Bukhárin. Entretanto, segundo ele, apesar de Bukhárin estar mais próximo da verdade, os erros que apresentava poderiam atrapalhar a causa, que considerava justa, contra o “kautskismo”.

Acompanhemos a exposição de Cohen:

A prova mais cabal da mudança de Lenin foi dada ainda em 1917, quando ele terminou seu famoso ensaio *O Estado e a Revolução*, onde expõe raciocínios e conclusões idênticos aos de Bukharin. Lenin afirmava que “o ponto principal, básico, do ensinamento marxista do Estado” era que “a classe operária deveria *destruir, esmagar, fazer explodir* (...) toda máquina estatal”. Durante certo tempo, seria necessário haver um Estado novo, revolucionário, “constituído de forma a logo desaparecer...”. Portanto, “não discordamos em absoluto com os anarquistas acerca (...) da extinção do Estado como *objetivo*”. Imperturbável, concluía: “Nem os oportunistas nem os kautskistas querem ver a semelhança entre o marxismo e anarquismo, porque neste ponto afastaram-se do marxismo”.

Mesmo que após 1917 tal promessa não tenha sido cumprida, em *O Estado e a revolução* Lenin transformou o antiestatismo em parte integrante da ideologia bolchevique ortodoxa. (COHEN, 1990, p.59)

Depois de retomar seu “caderno azul”, Lênin chega a conclusões parecidas com as de Bukhárin. Para Bertelli, o “caderno azul” era um material que seria usado para um artigo de revista e Lênin não faria um livro sobre um tema tão complexo (*O Estado e a revolução*) apenas com anotações, mas um “artigo datado e circunstancial, historicamente situado nos meses finais de 1916 e nos meses finais de 1917.”(BERTELLI, 2005, p.16), ao mesmo tempo que esse autor não nega que ele utilizou o caderno

para a produção do livro. O autor se pergunta: o que motivou Lênin a retomar em julho de 1917, num período revolucionário, essas anotações, escrever seu conhecido livro e publicá-lo depois tão rapidamente? Utiliza o prefácio de Lênin para responder a essa questão, afirmando que ele não está interessado numa postura “histórico-teórica”, mas sim voltado para questões práticas, que seriam as tratadas em dois últimos capítulos projetados para a obra. Segundo Bertelli, a atenção dos estudos de Lênin estaria voltada para o último capítulo efetivamente escrito, intitulado “Aviltamento do marxismo pelos oportunistas”, e para um outro, que acabou por não ser escrito, mas que relacionaria as revoluções de 1905 e 1917 na Rússia com a Comuna de Paris²⁴. Ora, na visão de Bertelli, apesar de cinco capítulos da obra terem sido dedicados à questão “histórico-teórica”, apenas dois capítulos deveriam ser considerados importantes, por conta do tratamento das questões práticas, entre eles um capítulo que nem mesmo foi escrito? Não concordamos com tal forma de analisar o livro, pois como podemos observar com Cohen(1990) há uma motivação teórica ligada a uma questão política e prática que seria a crítica à segunda internacional e ao Kautskysmo. Não concordamos com a ideia de que não havia em Lênin motivações teóricas como o autor afirma no trecho a seguir:

A obra de Lênin, ao contrário, não tinha como objetivo específico destacar uma postura histórico-teórica, abstrata, filosófica, mas sim uma posição definida, historicamente concreta, na qual procurava analisar situações políticas perfeitamente identificadas. Se cinco dos seis capítulos do livro eram usados para estudar a posição histórico-teórica, os dois capítulos finais são aqueles que constituem o alvo principal de seus estudos: o sexto capítulo, “O aviltamento do marxismo pelos oportunistas”, no qual analisa exatamente o pensamento de Plekhánov e Kautsky sobre o tema (o que destaca, aliás, no “Prefácio”, como cito mais atrás); e o sétimo capítulo, que seria dedicado especificamente à trajetória do pensamento marxista russo quanto à questão do Estado - trata-se do capítulo que seria denominado “A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917” como sabemos não foi escrito. A meu juízo, estariam aqui, nesses dois capítulos, os objetivos essenciais de Lênin: mostrar que o movimento socialista de extração social-democrata, isto é, não-bolchevique, ao não compreender a questão do Estado no marxismo, se viu fragilizado e aderiu aos posicionamentos burgueses quanto ao novo Estado imperialista; e isso em níveis internacional e nacional (russo).

Assim, está correto José Paulo Netto quando mostra que Lênin procurava enfrentar questões de política prática, sendo, pois, suas propostas caracterizadas como de instrumentalidade para influir numa dada e determinada situação. Mas, apesar disso, continuo a acreditar que foi uma tentativa “fora do lugar”, pois suas conclusões - que, conforme afirma Cohen em sua obra citada, são estranhamente as mesmas de Bukhárin, ou seja, aquelas que ele rejeitara - não podem ser aplicadas à situação russa que enfrentava. Para ver isso basta consultar o texto de “As teses de abril” (sua primeira manifestação política tão logo desembarcou na Rússia, escrita

²⁴ No Posfácio à primeira edição, Lênin refere-se ao capítulo não escrito: “(...) Eu traçara, também, o plano de um capítulo VII: “A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917”; mas, fora o título, “impedido” que fiquei pela crise política que precipitou a revolução de outubro de 1917, não tive tempo de escrever uma linha, se quer.(LÊNIN, 1978, p.153)

em abril de 1917) e muitos outros textos que se seguiram, para verificar que a questão do Estado que enfocava nada tinha a ver com as posições sobre adormecimento, esmaecimento, explosão, etc. do Estado, colocadas em suas anotações de 1916 (“caderno azul”) e repetidas no livro escrito em agosto-setembro de 1917 e publicado em 1918.” (BERTELLI, 2005, p. 17-18)

Se Lênin rejeitara as ideias de Bukhárin inicialmente, é sabido também que depois concordara com ele e que afirmou isso em diversas oportunidades. Segundo Bertelli, como vimos acima, as ideias que encontramos em *O Estado e a revolução* foram “uma tentativa ‘fora do lugar’” e “a questão do Estado” apresentada por essa obra não poderia ser aplicada na Rússia; diz também que em nenhum momento posterior nosso autor retomou aquelas ideias. Nesse sentido, afirma que não havia motivações de ordem “histórico-teórica” para que o líder bolchevique publicasse essa obra, já que desde Abril com suas teses assumiu posturas bem diferentes das encontradas em *O Estado e a revolução*. As motivações, segundo Bertelli, seriam então de ordem política e prática, apesar do seu alvo ser o marxismo “não-bolchevique”, social-democrata, que não compreendendo “a questão do Estado no marxismo”, aderiu a posições burguesas “quanto ao novo Estado Imperialista”. Perguntamos, problematizando a interpretação de Bertelli: não foi a relação Lênin-Bukhárin que possibilitou um ganho teórico sobre a “questão do Estado” e que permitiu a Lênin realizar essa crítica aos social-democratas? Em outras palavras, não seria uma motivação teórica também sua crítica ou até mesmo o tratamento da “questão do Estado”? Se o líder bolchevique queria responder apenas questões práticas e políticas imediatas, por que escreveria, de seis capítulos, apenas um dedicado a tais questões? Sendo assim, afirmar que não havia motivação “histórico-teórica”, quando esta compõe a maior parte do livro, além de exagerado seria equivocado. A nosso ver o maior conteúdo do livro se refere a essa motivação que Bertelli chama de “histórico-teórica”, mas que efetivamente compõe também as questões políticas e práticas do momento em que Lênin escreveu. Se não fosse assim, por que então publicar esse conteúdo de teses que, segundo Bertelli, além de inaplicáveis à Rússia, não eram de interesse do próprio Lênin, pois já não concordava com elas? A resposta de Bertelli, fundamentada no “Prefácio” de *O Estado e a revolução*, nos parece insuficiente.

O que se torna claro com a exposição de Cohen, a radicalização realizada por Lênin teórica e politicamente a partir de 1917 contra o marxismo da Segunda Internacional e dentro do cenário russo, é a afirmação de que: “em *O Estado e a revolução*, Lenin transformou o antiestatismo em parte integrante da ideologia bolchevique ortodoxa” (COHEN, 1990, p.59). Entendemos que esse pode ser um dos motivos pelo qual Lênin decide publicar a obra em 1918; mesmo abandonando como afirma Bertelli, as ideias de *O Estado e revolução* posteriormente.

* * *

A guerra mundial (1914-1918) agravou as contradições internas que vinham se desenvolvendo na Rússia, que já antes de agosto de 1914 tinham atingido um ponto crítico:

A generalizada inquietação nas indústrias provocada pelo massacre nos campos auríferos do Lena, as deterioradas relações entre o governo e a Duma, a insatisfação política da classe média, as repercussões do caso Rasputin e a questão agrária não solucionada sugeriam que o Estado e a sociedade mais uma vez se precipitavam para algum tipo de confrontação dramática. (WOOD, 1987, p.56)

A guerra gerou uma crise momentaneamente conseguiu unir diversas frações em um nacionalismo em favor da “Mãe-Rússia”, com exceção de alguns social-democratas que eram contra a guerra imperialista. As indústrias foram direcionadas para a produção de material militar devido à grande demanda do governo para a guerra, o que gerou uma baixa produção de bens, que afetou a população civil. Houve falta de equipamentos no campo devido à utilização das ferrovias para carregar os materiais usados no front. A falta de matéria-prima produziu uma crise industrial entre 1915 e 1916, que segundo Alan Wood foi parcialmente superada pelo Comitê das Indústrias de Guerra, uma organização voluntária composta por comitês de trabalhadores, políticos da Duma e alguns negociantes, que tentavam suprir a ineficiência do governo diante dos problemas econômicos provocados pela guerra (WOOD, p.56-7).

A crise atingiu seu auge em fevereiro de 1917. Os distúrbios ocorridos nas filas para comprar alimentos, formadas por pessoas famintas, logo evoluíram para demonstrações violentas, choques com a polícia e, por fim, motim militar entre as tropas descontentes aquarteladas na capital. Em quatro dias conturbados, de 27 de fevereiro a 2 de março, a Duma teve seus trabalhos suspensos, o governo entrou em colapso, o czar foi forçado a abdicar e surgiram dois novos órgãos revolucionários de autoridade política, o primeiro Governo Provisório e o Soviete dos Deputados dos Trabalhadores e dos Soldados de Petrogrado. (WOOD, 1987, p.60)

Da revolução surgiram dois centros políticos fundamentais: o governo provisório, que era composto por intelectuais liberais e políticos das classes dominantes, e os soviets, sendo o soviete de Petrogrado, dos delegados operários e soldados, a referência principal. Entre junho e agosto já se constituíam órgãos interestatais eleitos pelos soviets, que possuíam influência enorme, já que qualquer governo precisaria de seu consenso para governar.

O soviete da capital nasceu por iniciativa dos expoentes socialistas, particularmente dos mencheviques. Por ele se modelaram os sovietes que se constituíram em outras cidades.

O soviete petrogradense tornou-se o órgão central do movimento popular, distinto das organizações das classes possuidoras. No verão de 1917, já havia órgãos interestatais eleitos pelos sovietes, de modo que o sistema destes adquiriu características organizativas mais estáveis. Sempre por iniciativa dos partidos socialistas, constituíram-se os sovietes dos camponeses, que também formaram um sistema interestatal com seus próprios órgãos centrais. Desde o início, os sovietes conquistaram no país uma extraordinária influência política; sem o seu consenso, nenhum governo central poderia operar. (REIMAN, 1985, p. 85).

Os mencheviques, como já expusemos num momento anterior, entre eles Plekhánov, conservavam o tabu de que não poderiam os socialistas participar do poder numa revolução que consideravam burguesa. Apoiaram assim a constituição do governo provisório, mas não participaram dele, como fez o partido socialista-revolucionário.

Pronunciaram-se assim em favor de um compromisso com os políticos liberais agrupados em torno da Duma de Estado: possibilitaram a constituição de um governo provisório liberal, que se empenhou em instaurar uma democracia política coerente. O príncipe liberal Gueorgui Evgnevitch Lvov tornou-se Primeiro-Ministro, ao passo que a personalidade política mais influente no governo é Pavel Nikolaevitch Miliukov, líder do partido dos constitucionalistas democratas (os “cadetes”). Os partidos socialistas estavam representados por um só ministro: Alexandr Fiodorovitch Kerenski, pertencente ao partido dos socialistas revolucionários, mas na realidade porta-voz das camadas médias e dos intelectuais de orientação democrática. (REIMAN, 1985, p.86)

A constituição do governo provisório e relação de poder ainda repousava num dualismo entre esta e os sovietes. Reiman salienta que era muito forte a concepção “pré-bélica” da revolução (que propõe o apoio ao governo democrático e a constituição de uma republica) entre todos os grupos socialistas, até mesmo entre os bolcheviques. Os socialistas revolucionários e os mencheviques, que compunham a maioria dos sovietes, firmaram compromisso com a Duma, e diante do conflito bélico passaram a apoiar a participação do país na guerra, com o argumento da defesa da “Rússia revolucionária” contra o “perigo alemão”. Segundo Reiman, justificavam essa posição com uma declaração de renúncia aos objetivos imperialistas na guerra, ou seja, de que a Rússia só agiria militarmente em sua própria defesa. Essa concepção da “democracia revolucionária” que surge antes da guerra, era ainda muito forte nos partidos então existentes, o que fez aparecer esse “defensismo revolucionário”, a defesa do estado da Rússia revolucionária contra a Alemanha:

A defesa daquela concepção [“do governo democrático-revolucionário”] em face da crescente pressão exercida à esquerda conduziu a política menchevique a uma renúncia parcial dos princípios socialistas, enquanto a maior parte dos socialistas revolucionários acabou por se ver fora dos limites de qualquer programa

socialista, constituindo simplesmente uma ala do campo democrático. (REIMAN, 1985, p. 89)

Os bolcheviques e seu grupo dirigente (Slipnikov, Molotov e Zlutski) até fevereiro mantinham o esquema e a perspectiva revolucionária de 1905, de um governo democrático revolucionário sem os liberais (kadetes) e, por um momento inicial, até subestimaram os soviets - o que, segundo Reiman, explicaria o seu insucesso nessas organizações. No dia 12 de março, chegaram a Petrogrado, de volta do exílio, Kamenev, Stalin e Muranov (“velho bolchevismo”²⁵), que sustentavam uma linha política que se assemelhava ao da esquerda não bolchevique (menchevique). Ao contrário das *Teses de Abril* defendida por Lênin, o “velho bolchevismo” afirmava que se o governo provisório, democrático-revolucionário, fosse considerado pelos bolcheviques como contra-revolucionário como queria Lênin, isso significaria que deveria ser derrubado; mas afirmavam que não era o caso, pois o partido não estava maduro para uma ditadura do proletariado. Para os velhos bolcheviques, não seria a política do partido que estaria errada, o problema estria na falta de compreensão das massas sobre ele. A luta contra o governo deveria ser pela paz imediata, pressionando-o para apresentar soluções nesse sentido (REIMAN,1985). Essa posição de apoiar o governo provisório foi assumida por todos os comitês bolcheviques, e nessas condições é que Lênin retorna à Rússia, no início de abril.

Lênin, que estivera no exílio, inicia então um conflito e uma crítica ao “velho bolchevismo”, apresentando suas *Teses de Abril*²⁶. Tomando novas posições, opôs-se ao Comitê Central do partido.

Em sua primeira tese, afirma que o Governo provisório, com o “seu caráter capitalista”, não deve ser defendido; perante a guerra não se deve fazer nenhuma concessão ao “defensismo revolucionário” (que, como vimos, era a posição da maioria dos socialistas, mencheviques e socialistas-revolucionários, que queriam defender o Governo provisório). Nesse sentido, para Lênin seria possível um “defensismo” se o “proletariado consciente” aceitasse uma guerra revolucionária na defesa de um Estado proletário assentado nos soviets. Afirma que os soviets com o proletariado e os camponeses, seria o Estado que deveria ser constituído e defendido naquele momento.

A segunda tese é sobre a etapa em que se encontrava a revolução russa: a primeira etapa, democrática e burguesa, havia-se completado. A revolução entrava na segunda etapa, que seria a

²⁵ São conhecidas como “velho bolchevismo” as concepções anteriores às *Teses de Abril* de Lênin, que marcam uma ruptura com as teses tradicionais do partido. Alguns autores vieram a denominar a nova concepção apresentada por Lênin como um “neobolchevismo”.

²⁶ Teses encontradas em:

<<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxsdXRhc29jaWFsaXN0YTIwMTV8Z3g6MWNkZmJkMTRkYzEyZjVlYg> > Acessado: 31/07/2016.

passagem do poder ao proletariado, caracterizada por uma ampla democracia e um momento relativo de paz. Nesse momento, seria necessária uma ação e uma capacidade do partido para dialogar com várias bases e grupos do proletariado que emergiram nesse contexto de democracia.

Na tese três, declara que nenhum apoio deve ser dado ao governo provisório. Na quarta afirma que o partido deve reconhecer que os bolcheviques eram a minoria nos Sovietes, e uma minoria diante de um bloco de “elementos pequeno-burgueses” que são influenciados pela burguesia (os partidos socialista-revolucionário e menchevique, que reconheciam o Governo provisório). Lênin continua afirmando que a atividade do partido deveria ser crítica e explicativa aos trabalhadores e a esses partidos, no sentido de demonstrar que os soviets são a única forma possível de governo e que este não pode ser influenciado pela burguesia; que todo poder do estado deveria ir para os soviets. Na tese cinco, expressa que seria um retrocesso voltar à república, diante da organização dos soviets: faz a defesa de que deveria ser instituída “uma república dos Sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, desde baixo até acima.” Já na tese oito, salientava que a introdução do socialismo não era a tarefa imediata a ser realizada pelo partido após assumirem o poder, mas sim a efetuação do controle da produção e da distribuição dos produtos pelos Sovietes de deputados operários. Sobre a Assembleia Constituinte proposta pelo Governo provisório e diante das acusações que o consideravam antidemocrático, Lênin afirma categoricamente:

Ataquei o Governo Provisório por *não* marcar um prazo próximo, nem nenhum prazo em geral, para a convocação da Assembleia Constituinte e se limitar a promessas. Demonstrei que *sem* os Sovietes de deputados operários e soldados não está garantida a convocação da Assembleia Constituinte, o seu êxito é impossível. (LÊNIN, 2016)

Kamenev e Rikov, dirigentes bolcheviques, recusaram o plano geral proposto por Lênin, pois consideravam que este se enquadrava mais na Europa industrializada do que na Rússia atrasada. Lênin contra-argumentava que a visão deles se ligava à perspectiva antiga da “ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses”. A proposta de Lênin também foi criticada pelos mencheviques (Plekhánov, Martov). A Conferência de Abril mostra o embate entre o “velho bolchevismo” e as posições de Lênin, mas suas resoluções permitiram uma ambiguidade que repousou não só na complexidade da realidade russa, mas na própria redação das teses. A vitória de Lênin foi parcial nessa conferência do partido, e a situação russa era tão complexa que a forma da redação das *Teses* aprovadas nessa conferência, permitiu este quadro ambíguo relatado por Getzler, em que radicais e moderados se viam contemplados de alguma maneira:

O primeiro embate entre o “neobolchevismo” de Lênin e o “bolchevismo tradicional” de Kamenev e Rikov pareceu concluir-se com um compromisso, que se refletiu na composição do comitê central eleito pela Conferência de Abril e nas resoluções então adotadas. Para os radicais, estas significaram talvez um incitamento à revolução socialista, mas para os moderados a ênfase posta na organização sistemática e no “longo trabalho” de educação, a insistência no atraso da Rússia e nos perigos da “realização imediata de uma transformação socialista”, podiam igualmente ser vistas como fatores que repisavam a necessidade da fase democrático-burguesa anterior à revolução socialista. (GETZLER,, 1985, p.38)

Na Conferência de Abril, Lênin e suas teses foram criticados pelos “velhos bolcheviques”, que insinuavam seu rompimento com a democracia. Mas Reiman assinala uma grande mudança desse posicionamento, em poucos dias: “Bastaram dez dias para que as propostas de Lênin se afirmassem na organização bolchevique petrogradense; e, pouco depois, ocorreu o mesmo na moscovita. Tratava-se de organizações decisivas.” (REIMAN, 1985, p.95).

O governo provisório, em abril, entrava numa crise com o surgimento de movimentos de libertação nacional, como na Polônia, Finlândia e Ucrânia (estados que até então faziam parte do império russo), o que revelava fragilidade ao governo, fazendo com que este dependesse ainda mais dos soviets para se sustentar. O dualismo do poder entre o governo provisório e o soviets mostrava para aqueles que tinham a posição defensiva da guerra contra a Alemanha, que a única solução era formar uma coalizão entre políticos liberais e socialistas. O governo provisório esforçava-se nas negociações de paz em separado com a Alemanha, mas “Sob pressão dos aliados, aprovaram a retomada das ações bélicas e, em junho de 1917, interrompendo o estado de armistício de fato, o exército russo passou à ofensiva”, o que logo se revelou desastroso para a Rússia, que acabou sofrendo graves derrotas. Internamente, o governo provisório não conseguia atender as diversas reivindicações populares e não conseguia dar ao povo uma perspectiva de paz, principalmente aos camponeses, que compunham a maioria do exército. Ao mesmo, haviam ministros liberais que se opunham a medidas de “providências econômicas e sociais”(REIMAN, 1985, p.98).

Mas quando, no princípio de julho, eles [os bolcheviques] tentaram explorar a situação provocando uma prova de força, buscando pressionar mencheviques e socialistas revolucionários para forçá-los a aceitar as soluções bolcheviques, o resultado foi o contrário do que esperavam: a pressão provocou a fratura aberta nos soviets, onde o grupo dirigente menchevique e socialista revolucionário - que continuava a controlar a maioria - decidiu livrar-se do assédio bolchevique, apoiando a ação do governo no sentido de sufocar a agitação dos bolcheviques e dos outros grupos radicais de esquerda. Dirigiram-se para Petrogrado unidades fiéis ao governo, principalmente cossacos. Começaram as detenções e a repressão. Contra Lênin e Zinoviev, acusados de colaboração com os alemães, foi aberto um processo, e ambos tiveram de voltar à clandestinidade, fora da capital; Kamenev e Trótsky foram presos (REIMAN,1985, p.100)

A política dos mencheviques e dos socialistas revolucionários na tentativa de resolver a crise foi realizar um governo forte com Kerensky²⁷ à frente e com vários ministros socialistas, o que para Reiman expressava uma virada à direita, “cujo objetivo era a autonomia em face dos soviets”. Se em julho há uma radicalização contra governo provisório, em agosto há a tentativa de um golpe da direita para instaurar a ditadura do General Kornilov (chefe do estado-maior do exército), que foi derrotada em pouco tempo, devido à fraqueza da direita no exército. Segundo a visão do autor, tanto a política menchevique e socialista-revolucionária quanto a bolchevique fracassaram nesse momento. Lênin a reavaliaria em seu livro *O Estado e a Revolução*.

Percebemos, nos autores tratados até o momento, vários sentidos atribuídos para o livro *O Estado e a Revolução* de Lênin. Para Reiman, o livro aparece como um desenvolvimento coerente das *Teses de Abril*:

Antes de mais nada, o ensaio [O Estado e a Revolução] surgia como o ponto de chegada da orientação já delineada nas *Teses de Abril* e, ao mesmo tempo, como a justificação e a confirmação da necessidade e da inelutabilidade da mudança social violenta como pressuposto para a passagem ao socialismo (REIMAN, in HOBSBAWM, org., vol.5, 1985, p. 104)

Reiman vê no *O Estado e a revolução* como um ponto de chegada das modificações operadas por Lênin nas *Teses de Abril*, ao contrário da visão de Bertelli, que sustenta que Lênin defende posições diferentes nas *Teses* em relação às encontradas no livro. Este autor não vê uma continuidade entre as *Teses de Abril* e o livro *O Estado e a Revolução*

Para ver isso basta consultar o texto “As teses de abril” (sua primeira manifestação política tão logo desembarcou na Rússia, escrito em abril de 1917) e muitos outros textos que se seguiram, para verificar que a questão do Estado que enfocava nada tinha a ver com as posições sobre adormecimento, esmaecimento, explosão, etc. do Estado, colocadas em suas anotações de 1916 (“caderno zul”) e repetidas no livro escrito em agosto-setembro de 1917 e publicado em 1918.

(...)

E, por outra parte, constata-se que Lênin jamais voltou a recolocar as teses defendidas no livro [O Estado e a Revolução] graças ao sentido tomado pela revolução soviética a partir de então. Ao contrário, aprofundaria constantemente a sua teoria do “capitalismo de Estado sob o poder soviético” como sendo a forma de Estado singular e ideal para, no caso da Rússia soviética, superar a sociedade capitalista e chegar à sociedade socialista. Para Lênin seria essa forma de Estado que marcaria todo o período de transição para o socialismo na Rússia. (BERTELLI, 2005, p. 18)

²⁷ Kerensky era do Grupo Trabalhista (Trudovik) e foi Ministro das Forças Armadas. Segundo Reiman, possuía ampla popularidade na Rússia.

Já Getzler considera a defesa de Lênin do “Estado-Comuna” nas *Teses de Abril*, assinalando algumas conexões e desenvolvimentos dessas teses no livro *O Estado e a revolução*, e afirma:

Esse mesmo “credo” - ou seja, que os bolcheviques devessem isolar-se dos “oportunistas”, tomar o poder e conduzir a Rússia à Comuna - informa também *O Estado e a Revolução* (escrito em agosto-setembro de 1917), que cita em apoio de suas teses os “esclarecimentos que Marx e Engels davam nos anos 70, com base na experiência da Comuna”: (...) (GETZLER, 1985, p. 40)

Para Gruppi, *O Estado e a revolução* é um acerto de contas com as posições da Segunda Internacional representada pelo pensamento de Kautsky, pois argumenta que dentro do debate revisionista de Bernstein sobre a questão do Estado, Lênin se alinhou com Kautsky até 1914. O mesmo autor afirma também que o capitalismo monopolista não é considerado por Lênin, “a problemática das alterações trazidas à concepção marxista do Estado pela fase do imperialismo não é enfrentada, salvo aquela referência”(GRUPPI, 1979, p.171) encontrada no prefácio do livro. Para Kautsky, e a segunda internacional em geral, o proletariado deveria assenhorar-se do Estado e Lênin concordava com essa posição até entrar em contato com o artigo de Bukhárin.

Isso é evidente no conjunto dos escritos de Kautsky, bem como em *O caminho para o poder* (de 1909), que Lênin traduziu para o russo e sempre elogiou como uma obra exemplar, contrapondo-a às posições posteriores de seu autor. Isso nos mostra que, de 1914 em diante, a reflexão crítica de Lênin sobre o pensamento kautskyano se aprofunda, descobrindo debilidades que não haviam sido percebidas no período em que Kautsky ainda lhe aparecia como um mestre da teoria marxista (GRUPPI, 1979, p. 172)

É no momento de clandestinidade - entre agosto e setembro de 1917, antes da revolução de outubro - que Lênin retoma seu “caderno azul” e produz seu último livro: *O Estado e a Revolução*. No próximo capítulo analisaremos esta obra, que já possui diversos sentidos atribuídos dentro da produção e do pensamento de seu autor, tendo como questão central a forma que Lênin apresenta a questão do Estado em Marx e como a utiliza para atacar seus adversários.

Capítulo II - O “DEFINHAMENTO” DO ESTADO

1. A necessidade do Estado

É de grande reconhecimento, por parte dos intelectuais que estudam o pensamento de Marx, o impacto que as experiências revolucionárias de 1848-1851 e a de 1871 na França produziram no pensamento do autor. É perceptível a importância de tais eventos na elaboração das formulações de Marx e Engels, importância que é destacada pelos próprios autores, por exemplo, quando, em prefácio de 1872, um ano depois da experiência da Comuna de Paris, afirmaram a necessidade de fazer algumas alterações no Manifesto Comunista, tendo em vista o desdobramento da experiência histórica de 1871:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. **Segundo o próprio Manifesto, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares, e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos.** Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses. **A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (ver *A Guerra Civil na França; Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1871, onde essa ideia é mais desenvolvida.) (...)***

Entretanto, o *Manifesto* tornou-se um documento histórico que não nos cabe mais alterar. Uma edição futura talvez apareça acompanhada de uma introdução que preencha a lacuna entre 1847 e os nossos dias; (...) (MARX; ENGELS, 2007, p.71-2, Negrito nosso)

Em consonância com essas afirmações de Marx e Engels, é como produtora de uma inflexão no pensamento dos autores que a luta revolucionária do proletariado e seus possíveis desdobramentos teóricos são analisados por Lênin, tornando-se um dos principais eixos de sua argumentação no livro *O Estado e a Revolução*. É uma análise que fundamenta seu ataque a adversários políticos, diante dos quais defende o que chama de verdadeira “doutrina” de Marx sobre o Estado.

A abordagem por nós aqui empreendida tem por objetivo problematizar a forma pela qual Lênin apresenta a ideia de Marx, contida na citação acima, de que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (MARX; ENGELS, 2007, p.71). Em outras palavras, interessa-nos descobrir e realizar uma reflexão sobre a leitura que Lênin faz dessa mudança significativa no pensamento de Marx, bem como sobre o modo como ele a utiliza nos argumentos de sua crítica ao marxismo da segunda internacional.

No primeiro capítulo de *O Estado e a revolução*, Lênin diz propor-se a “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (LÊNIN, 1978, p.8). Inicia com um ataque à burguesia e aos “oportunistas” do movimento operário, voltando-se contra a “castração”, que seria realizada por eles, da “substância” do “ensinamento revolucionário” de Marx. Refere-se claramente ao POSDA e, conseqüentemente, aos principais expoentes da Segunda Internacional:

(...)Todos os sociais-patriotas (não riam!) são, agora, marxistas. Os sábios burgueses, que ainda ontem, na Alemanha, se especializavam em refutar o marxismo, falam cada vez mais num Marx “nacional-alemão”, que, a dar-lhes ouvidos, teria educado os sindicatos operários, tão magnificamente organizados, para uma guerra de rapina.

Em tais circunstâncias, e uma vez que se logrou difundir tão amplamente o marxismo deformado, a nossa missão é, antes de mais nada, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, teremos de fazer longas citações das obras de Marx e de Engels. Essas longas citações tornarão pesada a exposição e não contribuirão para torná-la popular; mas, é absolutamente impossível dispensá-las. Todas as passagens de Marx e Engels, pelo menos as passagens essenciais que tratam do Estado, devem ser reproduzidas sob a forma mais completa possível, para que o leitor possa fazer uma ideia pessoal do conjunto e do desenvolvimento das concepções dos fundadores do socialismo científico. Assim, apoiados em provas, demonstraremos, à evidência, que o atual “kautskismo” as deturpou (LÊNIN, 1978, p.8)

Se Lênin procurava “reestabelecer” em suas bases a doutrina revolucionária de Marx, era no sentido de, ao dialogar com o leitor, atacar a corrente dominante do movimento operário: o “kautskismo”. Propõe-se fiel às obras de Marx e assim afirma-se como o portador do marxismo verdadeiro, contra o marxismo deturpado que, com as questões trabalhadas por Lênin juntamente com seu ganho teórico que demonstramos no capítulo anterior, se torna uma arma política para seu objetivo político: criar um consenso nos soviets para destruírem o governo provisório.

Mas se Lênin, propõe-se fiel a Marx, é por meio de Engels que vai caracterizar as ideias marxistas – aquelas que julga fundamentais, entre elas a de que o Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes, a concepção do definhamento do Estado e a da revolução violenta. Podemos já indicar a influência da Segunda Internacional sobre o marxismo de Lênin, a maioria das suas conclusões é feita em nome de Marx, e não no de Engels, ao tratar de suas considerações sobre o

Estado: o fato dele considerar como equivalentes os pensamento de Marx e Engels, compondo um único “marxismo”. Interessante, nesse sentido, é notar que no primeiro capítulo do livro somente são trabalhadas duas obras de Engels, e nenhuma de Marx²⁸. Lênin, primeiramente, faz apontamentos gerais sobre o Estado que atribui a textos diferentes estatutos iguais, e também apresenta um caráter evolucionista na sua concepção do desenvolvimento do Estado.

Nesse primeiro capítulo, o autor trata ainda de ideias fundamentais, que serão desenvolvidas ao longo do livro, entre elas, a que é mais destacada é a de definhamento e destruição do Estado. Citando as palavras de Engels em *Anti-Düring*, Lênin ataca a “falsificação oportunista do marxismo” e diferencia a concepção “de Marx” da concepção anarquista. Reproduzimos a seguir o trecho de Engels citado por Lênin nessa passagem:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classes, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escavidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; e Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e o Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as condições e os excessos que daí resultavam - não haverá mais nada a reprimir, e um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o último ato do próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tornando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é “abolido”: morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de “Estado livre do povo”, tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro (ENGELS *apud* LÊNIN, 1978, p. 20-1)

28 As obras de Engels citadas por Lênin no primeiro capítulo são: *Anti-Düring* (obra considerada oficialmente pela Segunda Internacional como uma introdução ao estudo do Socialismo) e *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*.

A partir desse raciocínio de Engels, Lênin critica a apropriação pelos partidos socialistas da concepção de “extinção” ou “definhamento” do Estado, como se ela implicasse uma negação da revolução

Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de um tal “comentário”, não fica senão a concepção de uma transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. A “extinção” do Estado, na concepção corrente, espalhada, popular por assim dizer, é, sem dúvida alguma, o esquecimento, senão a negação da revolução. (LÊNIN, 1978, p.21-2)

Advinda de uma “concepção lenta, igual, progressiva” da transição socialista, a “extinção” do Estado, nessa visão dominante nos partidos socialistas, seria a negação da revolução violenta. Lênin elenca e aprofunda cinco pontos, rebatendo esse posicionamento “oportunista”. O primeiro é: “1. Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, ‘por esse meio, abole o Estado como Estado’”. (LÊNIN, 1978, p.22.). Ora, se observarmos o começo do raciocínio de Engels, veremos que o ato que abole o Estado enquanto Estado não é o “ato de tomar poder”, como descreve Lênin, mas sim a transformação dos “meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, o proletariado se destrói como classe, abole, todas distinções e antagonismos de classes, e simultaneamente, também o Estado, como Estado” (ENGELS apud LÊNIN, 1978, p.20). Continuemos com Lênin e esse primeiro ponto. Argumentando ser a visão que atribui a Engels uma síntese da experiência da Comuna de Paris de 1871, afirma :

De fato, Engels fala da “abolição” do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e a “morte” do Estado se referem aos vestígios do Estado *proletário* que subsistem *depois* da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não “morre”; é “*aniquilado*” pelo proletariado na revolução. O que morre depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.(LÊNIN, 1978, p.22.)

Lênin introduz uma palavra em itálico - “*aniquilado*”- que não existe no trecho de Engels e não há nenhuma menção a ela em seu “caderno azul” quando trata do *Anti-Düring*²⁹. Segundo o líder bolchevique, Engels escreve sobre a morte do Estado tentando diferenciar sua visão da anarquista, que seria a de “abolir” o Estado de uma dia para outro. Pois bem, Engels não falava da abolição do Estado, mas dos antagonismos sociais; do último e único ato do Estado enquanto Estado, que “se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado”. (ENGELS apud LÊNIN, 1978, p. 20). Vejamos que esse único ato seria a supressão da condição do proletariado, a sua “abolição” e a do próprio Estado, já que este não teria mais necessidade de agir pela sociedade inteira, perdendo sua

29 Ver Lênin(1978) em *El marxismo y el estado*, p.66-7.

razão de existência e conseqüentemente de representação da sociedade. O que percebemos em Lênin, nessa interpretação que direciona para uma concepção do “aniquilamento” do “Estado burguês”, é a necessidade de um outro Estado, que chama de “Estado *proletário*”. Esse “Estado proletário” desapareceria ou morreria, quando não mais necessário. Para Lênin o fim do Estado seria parte de um desenvolvimento futuro, fruto desse novo Estado. A morte do Estado não seria o seu primeiro ato enquanto Estado, mas sim uma conseqüência futura.

O segundo ponto elencado por Lênin, na oposição aos “oportunistas”, refere-se a sua concepção de Estado como uma “uma força especial de repressão”(LÊNIN, 1978, p.22). Disso resultaria que para o proletariado existe a necessidade de enfrentar essa “força especial” de repressão contra a burguesia, substituindo-a por outra “força especial” do proletariado. Para Lênin,

É nisso que consiste a “abolição do Estado como Estado”. É nisso que consiste o “ato” de posse dos meios de produção em nome da sociedade. Conseqüentemente, *essa* substituição de uma “força especial” (a da burguesia) por outra “força especial” (a do proletariado) não pode equivaler para aquela a um “definhamento” (LÊNIN, 1978, p.23)

Como vemos, na concepção do autor, a “força especial de repressão” deveria ser substituída de burguesa por proletária, e isso não poderia significar seu “definhamento”. Em seguida, no ponto três, defende que o “definhamento” seria posterior à revolução socialista, pois nesta haveria a destruição do Estado burguês, mas não do “Estado em geral”. Nas próprias palavras de Lênin: “Só a Revolução pode ‘abolir’ o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode ‘definhar’”(LÊNIN, 1978, p.23). A plena democracia, identificada com o “Estado em geral”, só poderia definhar.

Já no quarto ponto, ainda sobre a mesma citação, Lênin ressalta a crítica de Engels aos “oportunistas”. Segundo nosso autor, aqueles que leram ou ouviram sobre o “definhamento” do Estado não entenderam corretamente o que essa teoria significa e nem sabem o que seria o “Estado livre do povo” que Engels criticava e, conseqüentemente, não compreenderam sua crítica ao “oportunismo”. Afirma que foram fixadas pelos marxistas as críticas direcionadas por Engels aos anarquistas, mas esquecidas aquelas direcionadas aos “oportunistas”.

O “Estado livre do povo” era o programa e a fórmula corrente dos social-democratas alemães de 1870. Essa fórmula não tem nenhum conteúdo político, não passando de uma pomposa expressão burguesa da idéia de democracia. Engels dispunha-se a “justificar momentaneamente” o seu emprego na agitação, na medida em que essa fórmula aludia legalmente à república democrática. Mas era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também a incompreensão da crítica socialista do Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república mais democrática. (LÊNIN, 1978, p.24)

Na Alemanha de Engels e Marx não existia uma república democrática, por esse motivo a expressão o “Estado livre do povo” era justificável na agitação da social-democracia, mas não possuía, para Lênin, conteúdo político, por não tocar na questão da exploração assalariada existente em qualquer república democrática. Afirma, nesse sentido, que nenhum Estado será livre e popular.

O quinto ponto sobre Engels diz respeito à definição de revolução violenta. Segundo Lênin, formariam um todo a concepção de “definhamento” do Estado e a de revolução violenta. Contrapunha-se assim à ideia de “definhamento” dos “oportunistas” (gradualistas, evolucionários, pacifistas), que a concebiam sem a revolução violenta. Segundo o líder bolchevique, essa foi defendida por Marx e Engels até ao final de suas vidas.

Após essas considerações críticas aos “oportunistas”, e contra a compreensão do marxismo difundido pela Segunda Internacional, e que foi absorvido pelo movimento proletário em geral naquele período, afirma categoricamente Lênin:

(...) a doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e *não* por meio do “definhamento”. (...) A essência de *toda* a doutrina de Marx e Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas *essa* idéia da revolução violenta. É a omissão *dessa* propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-patrióticas e kautskystas.

A substituição do Estado pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo “definhamento”. (LÊNIN, 1978, p. 26-7)

Vemos que a concepção de revolução de Lênin, diretamente ligada à ideia de “revolução violenta”, tem um sentido restrito ao “Estado burguês”, que seria substituído pelo “Estado proletário” por essa “revolução violenta” e não pelo “definhamento”. A abolição do “Estado proletário” é que se daria pelo definhamento. Definhamento que, como veremos, Lênin concebe como um produto do próprio Estado proletário ao ponto da sociedade socialista não necessitar mais dele.

2. A questão do definhamento em 1848-1851

No capítulo II, Lênin afirma que as obras do “marxismo adulto” que aparecem às “vésperas da revolução”(*Manifesto Comunista* de 1848 e *A Miséria da Filosofia* de 1847), “além da exposição dos princípios gerais do marxismo”, são “*até certo ponto, um reflexo da situação revolucionária de então*”.

Assim, segundo Lênin, seria “*mais acertado estudar o que os nossos autores dizem do Estado, antes de examinarmos as suas conclusões da experiência dos anos de 1848-1851*” (LÊNIN, 1978, p. 29). Nos perguntamos: por que seria “*mais acertado*” assumirmos esse percurso? Não seria esse o caminho inverso ao que propôs Marx e Engels em seu prefácio de 1872?³⁰

Voltando a *O Estado e a revolução*, o segundo capítulo da obra (LÊNIN, 1978, p. 29) é iniciado com uma citação da *A Miséria da Filosofia*, de um trecho em que Marx faz apontamentos sobre a instituição de uma associação, na qual não haveria mais classes e seus antagonismos, tampouco poder político. Nessa obra, Marx expressa quando esses antagonismos entre as classes sociais iriam desaparecer, após a destruição da “velha sociedade”:

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se um novo poder político? Não.

A condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e todas as ordens.

A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.

Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra a outra, a luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na *oposição* de classes, conduza à *contradição* brutal, a um choque corpo-a-corpo como derradeira solução?

Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social.

Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismo entre classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. (MARX, 1985, p. 156, Negrito nosso)

A parte em negrito na citação refere-se ao trecho citado por Lênin. Achamos oportuno apresentar um trecho maior já que Marx dá mais ênfase à ideia do desaparecimento do Estado. Marx declara que a luta de classes levada à sua mais “alta expressão, é uma revolução total”, e afirma claramente que não haverá “poder político” após a derrubada da “antiga sociedade civil”, pois esta será substituída pelo proletariado “*no curso do seu desenvolvimento*”, por uma “*associação que excluirá as classes e seu antagonismo*”. (Idem.). Dando ênfase à “revolução total” que aboliria as classes, Marx

³⁰ No “caderno azul”, há um capítulo sobre os planos de Lênin para a sua exposição. Qual caminho seguir, se perguntava. Havia dois caminhos, um dos quais denominou “histórico-dogmático” e o outro “lógico”. O primeiro consistia no desenvolvimento das concepções de Marx e Engels de forma cronológica de 1848 a 1895; o segundo consistia num ponto de vista mais evolutivo que mostrava o estado nas sociedades pré-capitalistas e o estado na sociedade de classes. Com essa informação podemos perceber que Lênin faz o caminho “lógico” no primeiro capítulo, para depois trabalhar, a partir do segundo capítulo, com o “histórico-dogmático”, que mostraria o desenvolvimento da “doutrina” sobre o Estado.

afirma que o “movimento social” e o “movimento político” não se excluem um ao outro, que só quando não existirem classes sociais “as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas”.

Lênin considera “instrutivo aproximar essa exposição geral da ideia do desaparecimento do Estado” à realizada por Marx e Engels no primeiro e no segundo capítulo do *Manifesto Comunista*³¹. Do primeiro capítulo, a ideia fundamental considerada por Lênin é a de que a luta de classes se desenvolve até “(...) *que o proletariado funda sua dominação pela derrubada violenta da burguesia...*” (MARX; ENGELS *apud* LÊNIN, 1978, p. 30). Acompanhando a mesma citação/compilação de que Lênin se utiliza, já na parte do segundo capítulo do *Manifesto Comunista*, ele destaca: “(...) a primeira etapa da revolução operária é a constituição do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia”; usando de sua supremacia política, o proletariado arrancaria “*todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante(...)*”. Diante disso, Lênin afirma que esta é

(...) uma das mais notáveis e importantes ideias do marxismo a propósito do Estado, ou seja, a da “ditadura do proletariado” (como Marx e Engels, depois da Comuna de Paris, iriam chamá-la); **encontramos**, depois, **uma definição altamente interessante do Estado**, que faz parte, também, das “palavras esquecidas” do marxismo: “o Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante”. (LÊNIN, 1987, p.30, **Negrito nosso**)

As passagens do *Manifesto*, que são fruto de uma reflexão imersa em um determinado momento revolucionário, são tomadas por Lênin mais como elementos para uma teoria geral da revolução, dentro de uma – conforme expressão do autor já citada antes - “exposição dos princípios gerais do marxismo”. O autor se interessa mais por essas obras de Marx e Engels como continentes de princípios teóricos gerais do marxismo do que como expressão de um momento revolucionário. A hipótese que defendemos é a de que Lênin fixa-se nas formulações elaboradas por Marx e Engels em 1848, sem considerar o problema apresentado pelos próprios autores, no prefácio que em 1872 adicionaram à mesma obra. Assim, díspar em relação ao proposto por Marx e Engels, o líder bolchevique pretende identificar a visão destes autores - sobre o Estado e a “ditadura do proletariado” - em 1848 com a visão por eles exposta em 1871, quando, por exemplo, afirma que os autores alemães

31 Assinalamos antes que Lênin iguala Marx e Engels, em vários trechos. Na passagem do livro que neste momento estamos considerando, entretanto, vemos uma referência clara aos dois autores para o *Manifesto Comunista* e a Marx sozinho, para *A Miséria da Filosofia*. O que nos faz pensar que o procedimento de equalização se realiza quando Engels é citado, ou quando Lênin se defende em oposição a outras posições, no sentido de usar autoridade de Marx.

se referem à Comuna de Paris como a “ditadura do proletariado”.³² A observação de Lênin aqui, é: “*encontramos, depois, uma definição altamente interessante do Estado [...] isto é, o proletariado organizado como classe dominante*”(Idem.). Essa definição de Estado, segundo as investidas do autor, seria inconciliável com o “reformismo” e o “oportunismo”, e é contraposta por ele à ideia de um possível “*desenvolvimento pacífico da democracia*”³³ (LÊNIN, 1978, p. 30). Argumenta Lênin que, para Marx, o proletariado tem a necessidade de um “Estado em definhamento”; parte fundamental da “doutrina” marxista, que seria negada pelos “oportunistas”

(...) O proletariado tem necessidade de um Estado, repisam todos os oportunistas, os social-patriotas e os kautskystas, afirmando ser essa a doutrina de Marx, mas “esquecendo-se” de acrescentar: primeiro, que o proletariado, segundo Marx, só tem necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar; depois, que o Estado de que os trabalhadores precisam não é outra coisa senão o proletariado organizado como classe dominante (LÊNIN, 1978, p.31)

Esta característica de “Estado em definhamento”, segundo Lênin: “nunca foi comentada na literatura de propaganda e agitação dos partidos social-democratas oficiais” (LÊNIN, 1978, p.30). Mas o que significaria definhar, para o líder bolchevique?

Acompanhando nosso autor, seria esse o momento em que a “classe dos exploradores” deveria ser subjugada pela ditadura do proletariado:

O Estado é a organização especial de **uma força, da força destinada a subjugar determinada classe**. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm a necessidade do Estado para **quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la**, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantarem definitivamente. (LÊNIN, 1978, p. 31, negrito nosso)

Trata-se de uma visão sobre o Estado que o qualifica como um instrumento de qualquer classe na luta de classes (“uma força”, “força destinada a”); na revolução um instrumento em definhamento,

32 Segundo Hobsbawm: “O único regime que Engels definiu efetivamente como “ditadura do proletariado” (Marx não o diz explicitamente) foi a Comuna de Paris, e as características políticas que ela pôs em destaque nada tinham de ditatoriais (na acepção literal do termo). Engels indicava como forma política específica tanto a “república democrática, como demonstrou a de Revolução Francesa, quanto a Comuna de Paris. Todavia, já que nem Marx nem Engels pensaram em construir um modelo universalmente aplicável de forma de ditadura do proletariado, nem propuseram prever os vários tipos de situação em que essa pudesse impor-se, a única conclusão que podemos tirar de suas observações é que cabe à ditadura do proletariado a tarefa de conciliar com a transformação democrática da vida política das massas as medidas necessárias a impedir uma contra-revolução da classe dominante” (HOBSBAWM, 1980, p. 312)

33 Como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a referência às correntes como “reformismo” e “oportunismo”, assim como a ideia de um “desenvolvimento pacífico da democracia”, dizem respeito aos revolucionários e gradualistas, como Bernstein.

num contexto em que só o proletariado é revolucionário. O percurso "histórico-dogmático" proposto por Lênin separa a resistência da burguesia por meio do Estado, que seria a "força destinada a" subjugar o proletariado, do Estado que seria a "ditadura do proletariado", usado contra a burguesia. Vejamos que a premissa que fundamenta a questão de Lênin é: O Estado é uma organização para subjugar "determinada classe"; conseqüentemente, questiona qual seria a classe que o proletariado deve subjugar através do Estado: se por um lado o Estado é usado pela "classe dos exploradores", uma minoria na sociedade, para a manutenção da exploração e opressão da imensa maioria; por outro lado, o proletariado necessitaria dominar o estado para "o completo aniquilamento de qualquer exploração", usando-o como um instrumento da maioria da sociedade para oprimir a minoria exploradora. Para Lênin, o Estado tem, portanto, também o papel de subjugar a ínfima minoria dos exploradores e de "quebrar" sua resistência durante a transformação "socialista" sob o comando do proletariado.

A essa ideia de Estado, Lênin contrapõe o que chama de ideias socialistas pequeno-burguesas, segundo as quais não se trataria de derrubar a dominação da classe exploradora, mas de "submeter paulatinamente à maioria a minoria consciente do seu papel". Noção essa que estaria "ligada a uma ideia de um Estado por cima das classes"(LÊNIN, 1978, p. 32), e que só teria levado à traição dos interesses dos trabalhadores, conforme as experiências francesa e russa evidenciariam. O proletariado é, para Lênin, a classe revolucionária devido a seu papel na grande produção; suas "condições econômicas de existência" o tornariam capaz de arrastar consigo as massas exploradas que não conseguem lutar de forma independente pela própria emancipação, derrubando a burguesia.

Lênin, afirmando que mencheviques e socialista-revolucionários ressuscitaram o socialismo burguês que Marx havia criticado, sustenta que o filósofo, conseqüente com sua crítica, aplicaria sua "doutrina" da luta de classes até na sua teoria do poder político e do Estado. Vejamos que Lênin usa a palavra "aplicada" quando se refere à relação entre a "doutrina" da luta de classes - considerada pertinente às condições econômicas -, e o Estado e o poder político - o que mostra, no texto do autor, a mesma fragmentação teórica das concepções de Marx que a operada pela segunda internacional:

A derrocada da dominação da burguesa só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar essa derrocada. O regime burguês, ao mesmo tempo que fraciona, dissemina os camponeses e todas as camadas da pequena burguesia, concentra, une e organiza o proletariado. Em virtude do seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação.

A doutrina da luta de classes, **aplicada** por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer sua *supremacia* política, a ditadura do

proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em *classe dominante*, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar *todas* as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico.

O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e *dirigir* a massa enorme da população – os camponeses, a pequena-burguesia, os semiproletários – na “edificação” da economia socialista.

Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e conduzir *todo o povo* ao socialismo, capaz de dirigir e organizar um novo regime, de ser o instrumento, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, todos os explorados, para a criação de uma sociedade sem burguesia, e isto contra a burguesia. O oportunismo, ao contrário, desliga da massa e educa apenas, no partido operário, os representantes dos trabalhadores bem retribuídos, (...) renunciam ao papel de guias revolucionários do povo contra a burguesia.” (LÊNIN, 1978, p. 33, grifos do autor)

Esta “doutrina da lutas de classes”, levaria necessariamente ao reconhecimento da “ditadura do proletariado”, sua “*supremacia política*”. A “supremacia política” seria um poder político “exercido sem partilha”, apoiado na “força das massas em armas” para “dominar a resistência inevitável” da burguesia e organizar “*todas* as massas laboriosas” para um outro regime econômico (Idem.). Portanto, a “supremacia política” é o proletariado organizado em classe dominante, e é representada pelo poder proletário no Estado, que supõe a função de destruir a reação da classe burguesa e organizar um outro regime econômico. Segundo Lênin, “o proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência”, quer dizer, do Estado moderno, para “*dirigir* a massa” ao socialismo.

Não só do Estado proletário necessitaria a revolução e as massas, mas também de um partido operário que soubesse dirigi-lo: o partido marxista. Para Lênin, o marxismo seria a vanguarda do movimento operário e educaria este partido, que seria “o único capaz de tomar o poder”, “dirigir e organizar”. Este é o papel, segundo Lênin, que os oportunistas se negam a cumprir.

Mas nos perguntamos: até que ponto o que Lênin chama de “a massa em armas”, seria a própria “ditadura do proletariado”, e não apenas uma base de um poder político estatal, separado das próprias massas? Que posição assumem as “massas” diante do partido e do Estado, já que este seria o “chefe”, “guia”, “instrumento”, até mesmo “o único capaz de tomar o poder” ?

Nesse momento, ainda na citação acima, aparece a figura do partido. Para Lênin, o marxismo educaria o partido operário e, nesse sentido, seria a “vanguarda do proletariado”; mas educaria o partido a tomar o Estado, que resultaria na “ditadura do proletariado”.

“O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante” - esta teoria de Marx está indissolúvelmente ligada a todo o seu ensinamento sobre o papel revolucionário do proletariado na história. Esse papel tem como ponto culminante a ditadura proletária, a dominação política do proletariado (LÊNIN, 1978, p. 33)

O líder bolchevique identifica “a dominação política do proletariado” com a vanguarda. A relação do partido com a nova organização estatal (soviets) não é teorizada por Lênin: a relação partidos-soviets ou Estado-soviets aparece poucas vezes e o partido é concebido como um instrumento da tomada do poder. O que seria “se dirigir ao Socialismo”, quando já instaurada a “ditadura do proletariado”? O que especificamente Lênin quer dizer com “dominação política do proletariado”?

O autor continua seu percurso levantando uma dúvida inserindo um desdobramento lógico que seria possível observar no *Manifesto*:

“Mas, se o proletariado precisa do Estado como de uma organização *particular* da violência *contra* a burguesia, **é natural que se pergunte se uma tal organização é realizável sem o prévio aniquilamento, a destruição prévia da máquina governamental que a burguesia criou para o seu próprio uso. O Manifesto Comunista conduz a essa conclusão**, e dela se ocupa Marx quando resume as lições da revolução de 1848-1851” (LÊNIN, 1978, p.34, Negrito nosso)

Em sua reflexão “sobre o que nossos autores dizem sobre o Estado”, Lênin faz uma afirmação, de que o “*Manifesto Comunista* conduz[iria] a essa conclusão” : a necessidade da destruição prévia do Estado. Ao mesmo tempo que Lênin afirma a necessidade de um Estado para o proletariado, porque precisaria do “Estado como de uma organização *particular* da violência *contra* a burguesia”, ele tenta desdobrar do pensamento do *Manifesto*, num direcionamento lógico para a fórmula elaborada e indicada por Marx em 1872 no prefácio do *Manifesto*, como indicamos anteriormente - de que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins (ver *A Guerra Civil na França (...)*” (MARX; ENGELS, 2007, p.71-2), ou, como quer Lênin, da necessária “destruição prévia do Estado”.

Mas no *Manifesto*, como veremos, não aparece como na proposta revolucionária dos autores a ideia de destruição prévia do Estado, como defende Lênin. Nossa hipótese é a de que o líder soviético elabora uma questão externa ao texto de Marx e Engels. Pressupõe uma “doutrina” sobre o Estado, situando a “questão sobre o Estado” dentro de um desenvolvimento acumulativo e lógico, que parte de sua premissa da necessidade da construção de um outro Estado, em substituição ao Estado burguês existente, que seria destruído. Expõe esse desdobramento como conclusão tirada do *Manifesto*.

Essa questão elaborada por Lênin, da destruição prévia, o fará olhar para as elaborações do *Manifesto* como abstratas e sem os meios concretos para resolvê-la. Ao nos dirigirmos ao próprio

Manifesto, e também ao já citado prefácio de 1872 de Marx e Engels, poderemos ver que a questão, apresentada por Lênin como tendo sido dali deduzida, não existe. No prefácio, é para a desatualização do conteúdo final do capítulo II do *Manifesto* e de seu programa que advertem Marx e Engels. A Comuna de Paris, em 1871, demonstrou ser necessária uma inflexão daquela antiga proposta geral de 1848. Ao atribuir ao *Manifesto* essa formulação de que para criar um Estado proletário seria necessário a “destruição prévia da máquina governamental que a burguesia criou para o seu próprio uso” (LÊNIN, 1978, p.34), o líder bolchevique indica no texto de Marx e Engels um sentido que não há. Podemos desdobrar essa reflexão a respeito dessa questão retomando os próprios textos de Marx e Engels citados por Lênin.

Um pensamento que Marx e Engels expressam sobre o Estado, e que não é citado por Lênin, está presente na formulação dos autores de um desenvolvimento geral da humanidade presidido pela luta de classes que culminaria no Estado, mais precisamente o executivo, como um comitê que gere os negócios comuns da burguesia. Marx e Engels destacam o papel revolucionário da burguesia, em cuja evolução cada etapa corresponde a um progresso político equivalente: partindo da opressão vivida sob o “despotismo feudal”, essa classe se desenvolve até atingir sua “soberania política exclusiva” no Estado representativo. Afirmam os autores do *Manifesto*:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX,ENGELS 1998., p.41-2)

Assim, cada momento do desenvolvimento da burguesia corresponderia a um progresso político próprio, conquistando ela por fim a “soberania política exclusiva do Estado representativo moderno” ao mesmo tempo que estabelecia o “mercado mundial” e a “grande indústria”. Neste contexto, o executivo é considerado um “comitê” onde a burguesia realiza a gerência de seus negócios comuns.

Continuando, afirmam os autores alemães:

Todas as classes que no passado conquistaram o poder trataram de consolidar a situação adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas

sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes.

Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial. (MARX;ENGELS, 1998, p.49-50, Negrito nosso)

Como vemos nessa passagem citada, os autores argumentam que, diferentemente das conquistas de poder anteriores, resultantes de “movimentos de minorias ou em proveito de minorias”, em que as classes ao chegarem ao poder submetem toda a sociedade à sua forma de apropriação, o proletariado, ao contrário, deveria abolir todos os modos de apropriação existentes até hoje; seu movimento é o “movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria”, e para tal precisa “fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial”. A expressão “fazer saltar” possui o sentido de derrubar os que estão “acima” na “sociedade oficial” para que o proletariado possa caminhar por conta própria rumo à emancipação. Lênin faz afirmações que são muito diferentes dessa dos autores do *Manifesto*. Para ele, o movimento operário, ao contrário, necessita de uma minoria – a “vanguarda” do partido - para ocupar o poder e o Estado, dirigindo “as massas” ao socialismo.

Continuando no *Manifesto*,

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia. (MARX; ENGELS, 1998, p.50)

Para Marx e Engels, existem “fases do desenvolvimento operário”, uma história da guerra civil, ou luta de classes, existente na sociedade que se tornaria uma “revolução aberta”. Nesta fase, o proletariado poderia estabelecer sua “dominação” derrubando violentamente a burguesia. E continuam os autores, já no final da segunda parte (a mesma a que se refere o já citado prefácio de 1872) :

Vimos que a primeira etapa da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas.

Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. (MARX;ENGELS, 1998, p.58)

A “conquista da democracia” é a “elevação do proletariado a classe dominante”. Para os autores, ela se daria pela derrubada de forma violenta da burguesia, tomando-se dela o capital e centralizando-se “todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante”, através de “intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas”. A insurreição, a conquista do poder e da democracia, é a primeira etapa para “transformar radicalmente todo o modo de produção”.

Continuam os comunistas alemães:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classe e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX;ENGELS, 1998, p.58-9)

O “poder público” perde seu “caráter político” quando desaparecem as classes sociais, sendo concentrada a produção “nas mãos dos indivíduos associados”; isso porque o “poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”. A organização do proletariado enquanto classe dominante destrói sua própria condição de classe, e também sua própria dominação. Portanto, o proletariado, ao conseguir destruir as relações burguesas de produção através da organização da produção dos “indivíduos associados”, destrói a si mesmo e a sua dominação. Esta associação perde seu “caráter político”, ou seja, de classe.

Como é visível na passagem citada, a proposta de 1848 é clara: violentamente derrubar a burguesia e conquistar a democracia, concentrando os meios de produção nas mãos do Estado - a classe organizada -, realizando a “democracia” e eliminando os antagonismos de classe, com os “indivíduos associados”. Perdendo a determinação real de sua existência, as classes sociais, o caráter político do poder público se dissolve.

Não há nesse texto o desdobramento lógico, expresso por Lênin em sua conclusão, para uma destruição prévia da máquina do Estado, mas sim a afirmação de uma conquista violenta do poder e da destruição das relações burguesas, através de ações despóticas contra a propriedade privada.

No *Manifesto*, Marx e Engels falam do “movimento autônomo” do proletariado, numa perspectiva de que a revolução será obra dos próprios trabalhadores. Os “comunistas não formam um partido à parte, oposto a outros partidos operários.” (MARX;ENGELS, 1998 p.51). Já Lênin, escreve que o “único capaz de tomar o poder” e dirigir a massa é o partido educado pelo marxismo, numa concepção de revolução que diverge da característica moderna da revolução proletária, tal como concebida no texto de Marx, que seria uma revolução da “imensa maioria” para o benefício da “imensa maioria”, não sendo uma revolução de “uma minoria” - a vanguarda. É também digno de observação que a imagem de Marx sobre o executivo como um “comitê” gestor dos negócios burgueses, tão conhecida, não é utilizada por Lênin. Cabe indagar: por qual motivo? Poderíamos pensar que pelo fato de existir até certo ponto uma contradição ou incoerência no texto de Marx e Engels, mas também podemos pensar que a ausência de referência a tal concepção se explica por ela possuir um sentido diferente do que Lênin propõe em sua concepção de Estado, concepção que, como veremos à frente, exalta o poder executivo.

* * *

Após o percurso pela abordagem de Lênin ao *Manifesto Comunista*, passamos à análise que ele realiza sobre os estudos de Marx em relação às experiências de 1848-1851.

Inicia a reflexão com uma citação de um trecho do *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em que Marx vê a revolução como um processo histórico que se prepara para um grande momento, a revolução para Marx segue um “caminho” e “encontrava-se ainda no “purgatório”: desenvolvia o parlamento para dissolvê-lo; partia para o aperfeiçoamento do “poder executivo, reduzindo-o à expressão mais simples, fazendo dele o único culpado *para poder concentrar contra ele todas as suas forças de destruição*” :

Mas, a revolução vai ao fundo das coisas. Atualmente, o seu caminho passa ainda pelo purgatório. Faz a sua obra metodicamente. Até 2 de dezembro de 1851, só havia executado metade do seu trabalho preparatório; ocupa-se, agora, da outra metade. Começou por aperfeiçoar o poder parlamentar, para que fosse possível derrubá-lo. Atingindo esse objetivo, passa a aperfeiçoar o *poder executivo*, reduzindo-o à expressão mais simples, fazendo dele o único culpado *para poder concentrar contra ele todas as suas forças de destruição*. E, quando tiver concluído

a segunda metade da sua obra preparatória, a Europa se erguerá para gritar-lhe com entusiasmo: “Bem cavado, velha topeira!”

Esse poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com o seu mecanismo complicado e artificial, esse exército de mais de meio milhão de funcionários, esse espantoso parasita que, como uma rede, envolve o corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, nasceu na época da monarquia absoluta, no declínio do feudalismo que ele ajudou a precipitar. (MARX *apud* LÊNIN, 1978, p.34-5, grifos dele)

Lênin não faz considerações sobre essa citação, escrevendo logo depois: “A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização” (LÊNIN, 1978, p.35). E sem rodeios cita novamente Marx:

Mas, ao mesmo tempo, [o Estado moderno instaurado pela burguesia] precisou aumentar a extensão, as atribuições e o número de auxiliares do poder governamental. Napoleão completou esse mecanismo. A monarquia legítima e a monarquia de julho nada lhe acrescentaram de novo, salvo uma maior divisão do trabalho...

Por fim, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar, com suas medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. *Todas as subversões aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a despedaçarem.* Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no ato de posse desse enorme edifício a presa principal do vencedor. (MARX *apud* LÊNIN, 1978, p.35, grifos nosso)

Pelos extratos selecionados por Lênin, percebemos claramente que Marx considera a centralização do poder, na república parlamentar, como uma luta contra a revolução. A primeira revolução francesa “precisou aumentar a extensão, as atribuições e o número de auxiliares do poder governamental”, e a República “viu-se obrigada a reforçar, com suas medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental” contra o proletariado; os grupos que disputavam o poder aperfeiçoaram a máquina estatal “em vez de a despedaçarem”. Mas Lênin destaca no trecho o ponto que lhe interessa:

Nesse notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao *Manifesto Comunista*. **A questão do Estado era ainda posta, no *Manifesto*, de uma forma muito abstrata, nos termos e expressões gerais.** Aqui, a questão se põe **concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem redefinida**, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la (LÊNIN, 1978, p. 35, negrito nosso)

Lênin vê uma linha de continuidade, e progressiva, no tratamento da “questão do Estado” por Marx no *Manifesto* e no *18 Brumário*. No primeiro texto, Marx e Engels tratariam esta questão “de uma forma muito abstrata, nos termos e expressões gerais”. A “questão do Estado” atribuída ao

Manifesto por Lênin, continuaria no *18 Brumário*: seria possível construir um Estado em definhamento sem destruir previamente aquele que a burguesia criou para seu próprio uso? Mas no *18 Brumário*, ela seria posta concretamente e ganharia uma “dedução” que é “inteiramente precisa, bem redefinida, praticamente tangível(...)”. Esta dedução que Lênin enfatiza é: “todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la”. O significado posto por Lênin nas expressões “abatê-la” ou “quebrá-la” parece ter um sentido militar de destruir o Estado inimigo.

Entendemos que Lênin, neste ponto, marca uma posição dentro do movimento socialista russo e da Segunda Internacional, como também em relação a outros movimentos, mostrando apropriar-se desta fórmula como um alvo almejado pelo proletariado, diante da dinâmica política do Estado. Aqui, a adesão à ideia de quebrar a “máquina governamental” é que definiria o ser marxista e o agir conforme a “doutrina” marxista.

Lênin estabelece um critério, que define o que é ou não ser marxista, como uma arma política para a disputa interna do movimento internacional, atacando o “eminente teórico da II Internacional, Karl Kautsky” (LÊNIN, 1978, p.36). A partir desta fixação da “doutrina”, ou da tentativa de criar outra ortodoxia, são a ela contrapostos os “partidos social-democratas oficiais dominantes”, mas principalmente Kautsky, que realizaria uma distorção desta posição marxista quanto à destruição prévia do Estado. Assim é destacada por Lênin a ausência da destruição do Estado, como uma visão “*desnaturada*” do marxismo, pois Kautsky ao defender a ocupação do Estado por diversos meios, não toca na destruição do mesmo.

Depois de atacar Kautsky e os social-democratas, Lênin volta à sua dedução feita a partir do *Manifesto*. Prosseguindo, afirma:

“O *Manifesto Comunista* tira as lições gerais da história; essas lições nos fazem ver no Estado o órgão de dominação de uma classe e nos levam necessariamente à conclusão de que o proletariado não poderá derrubar a burguesia sem primeiro ter conquistado o poder político, sem primeiro ter assegurado sua própria dominação política e se ter “organizado em classe dominante” e erigido em Estado – e esse Estado proletário começará a definhar logo em seguida à sua vitória, porque, numa sociedade onde não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível.

A questão de saber em que consiste (do ponto de vista do desenvolvimento histórico) essa substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, não é levantada no *Manifesto*.

Essa questão, colocou-a e resolveu-a Marx em 1852. Fiel à sua doutrina na experiência histórica dos grandes anos revolucionários: 1848-1851. Como sempre, a doutrina de Marx é aqui um resumo das lições da experiência (...) (LÊNIN, 1978, p.36, Negrito nosso)

Se no primeiro momento Lênin afirma que a “questão” era posta de forma “abstrata” no *Manifesto* e aparece de forma concreta no *18 Brumário* (1852), para ele sua concretude consistiria em saber o que é essa substituição do Estado burguês por um proletário, do ponto de vista histórico. Mas, se perguntou Lênin, por que não estaria colocada a questão de erigir um Estado proletário na época em que foi escrito o *Manifesto*? Por que o líder bolchevique – perguntamos nós - nos conduz a esta “questão”, da necessidade de destruir e de construir/substituir um Estado por outro? Haveria no *Manifesto* elementos que sustentem a questão de Lênin, a respeito do Estado proletário? O *18 Brumário* conteria os elementos da solução “concreta” da “questão”, tal como afirma Lênin? Sobre isso, podemos destacar aquilo que o autor chamou de formas concretas da questão do Estado:

“Como nasceram, historicamente, o Estado burguês e a máquina governamental necessária à dominação da burguesia? Quais têm sido as suas transformações no curso das revoluções burguesas e em presença dos movimentos de independência das classes escravizadas? Qual é o papel do proletariado em relação a essa máquina governamental?”

O Poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente. Marx e Engels falam várias vezes, em suas obras, das inúmeras ligações dessas instituições com a burguesia (...) a ciência proclama a inevitabilidade desses laços (...)” (LÊNIN, 1978, p. 37)

Estas formas “concretas” da “questão” são vistas por Lênin como uma especificidade de 1852, em o *18 Brumário*, porém estas questões levantadas por ele podem ser encontradas também no *Manifesto*(1848). Como vimos acima, Marx expõe o desenvolvimento político e econômico da burguesia até conseguir sua supremacia política com o Estado moderno, isto é, demonstra a origem e a consolidação do Estado moderno. Podemos inferir que o esforço de Lênin está em situar os textos de Marx em um desenvolvimento que corrobore seu objetivo político: destruir o Estado. Por isso dá enorme destaque ao período de 1852, em que Marx afirma em seu *18 Brumário* que todas as revoluções não quebraram a máquina do estado, mas o aperfeiçoaram.

No primeiro capítulo deste trabalho, observamos que o objetivo de Lênin era conseguir a maioria nos sovietes, desacreditando os mencheviques e os socialistas revolucionários para que os sovietes exercessem o poder no lugar do governo provisório, destruindo-o. Esses dois partidos também compunham o Governo provisório, e como vimos, perderam-se na estratégia democrático-revolucionária burguesa e nela seu conteúdo socialista. Em Lênin, está clara a questão da tomada de poder pelos sovietes e da destruição do governo para implantar outro tipo de Estado-comuna já a partir

de abril de 1917, mas com uma maioria bolchevique criando uma oposição aos mencionados grupos e identificando-os ao Governo provisório. O partido seria o autor principal da revolução.

Continuando o desenvolvimento de sua argumentação, Lênin afirma que o marxismo é a ciência que proclama a “inevitabilidade” de várias “ligações” do Estado com a burguesia e suas consequências práticas. O Estado moderno com sua máquina, criada e desenvolvida pela burguesia na sua luta contra o feudalismo, possui a burocracia e o exército permanente como suas principais instituições, sendo estes os “parasitas” da sociedade burguesa, “engendrados pelos antagonismos internos” (LÊNIN, 1978, p. 37).

Essa teoria do “*Estado parasitário*” teria sido abandonada pelos social-democratas – especialmente pelo “oportunismo de Kautsky, que predomina, atualmente, na social-democracia oficial (...)” (LÊNIN, 1978, p. 37) -, que considerariam tal crítica como necessariamente anarquista. Vista pelo líder bolchevique como uma deformação do marxismo, a não compreensão dessa teoria seria uma deformação vantajosa para os social-democratas, que justificavam “a guerra imperialista com o nome de guerra de ‘defesa nacional’” (Idem). Kautsky, em seu *El camino del poder*, de 1909, não toca na questão da destruição ou definhamento do Estado; só fala sobre a tomada de poder (Kautsky, 1979). Essa é deformação e esquecimento que Lênin está sempre denunciando.

Após Lênin realizar a denúncia da mencionada justificação da “guerra imperialista” por Kautsky, tece uma argumentação contra a pequena burguesia, para criticar a situação da Rússia em 1917. Para o líder bolchevique, através das revoluções burguesas o Estado moderno se consolida e se aperfeiçoa, e a pequena burguesia é que seria atraída pelos empregos e títulos que a “elevam *acima* do povo”. Afirma o seguinte sobre esse quadro:

Veja-se o que se passou na Rússia, durante seis meses, depois de 27 de fevereiro de 1917: os empregos públicos, outrora reservados para os ultra-reacionários, tornaram-se presa dos cadetes, dos mencheviques e dos socialistas revolucionários. No fundo, não se pensava em nenhuma reforma séria; tudo se fazia por adiar as reformas “até à Assembléia Constituinte para depois da guerra!” Mas para repartir o despojo, para ocupar as sinecuras ministeriais, os subsecretariados de Estado, os postos de generais-governamentais, etc., etc., não se perdia tempo e não se espera nenhuma Assembléia Constituinte!... O jogo das combinações ministeriais não era senão a expressão desse “avanço” que se alastrava de alto para baixo, por todo o país, em toda a administração central ou local. O resultado objetivo de tudo isso, depois de seis meses - de 27 de fevereiro a 27 de agosto de 1917 - é incontestável: as reformas adiadas, a partilha dos empregos realizada e os 'erros' dessa partilha corrigidos por uma série de outras partilhas. (LÊNIN, 1978, p. 38)

Quanto ao resultado desses “seis meses” na Rússia, Lênin considera que tem significativos desdobramentos políticos:

Mas, quanto mais se reparte o aparelho administrativo entre os partidos da grande e da pequena burguesia (cadetes, socialistas-revolucionários e mencheviques, para tomar como exemplo a Rússia), **tanto mais evidente se torna para as classes oprimidas, proletariado à frente, a sua oposição inevitável a toda a sociedade burguesa. Daí a necessidade de todos os partidos burgueses**, mesmo os mais democráticos, inclusive os “revolucionários democratas”, **aumentarem a repressão contra o proletariado revolucionário, reforçarem o aparelho de coerção, ou seja, precisamente a máquina governamental.** O curso dos acontecimentos obriga, assim, a revolução a “*concentrar todas as forças de destruição*” contra o poder do Estado; impõe-lhe, não o melhoramento da máquina governamental, mas a tarefa de *demoli-la, de destruí-la* (LÊNIN, 1987, p. 38-9, negrito nosso)

A referência é ao “poder administrativo”³⁴ que seria repartido entre a burguesia e a pequena-burguesia, tendendo a aumentar o poder coercitivo contra o proletariado revolucionário, que ficaria fora da partilha. Assim, o proletariado se reconhece em sua oposição a “*toda*” a sociedade, situação que o obriga “*a 'concentrar todas as forças de destruição' contra o poder do Estado*”. Segundo Lênin:

Não são deduções lógicas, mas o curso real dos acontecimentos, a rude experiência de 1848-1851 que fazem colocar assim o problema. Até que ponto e com que rigor Marx se apoia na experiência histórica, vê-se bem no fato dele, ainda em 1852, não levantar concretamente a questão de saber *por quê* substituir esta máquina governamental que é preciso aniquilar. A experiência ainda não havia respondido a essa pergunta, que a história só mais tarde, em 1871, pôs na ordem do dia. (LÊNIN, 1978, p. 39)

Em resumo, para Lênin o aniquilamento do Estado era o que Marx, em 1852, “com a precisão da observação científica aplicada à história”, podia tirar da experiência francesa, mas “não levantando concretamente a questão de saber *por quê* substituir essa máquina governamental que é preciso aniquilar.” (Ibidem.). Vejamos que a resposta da “questão” concreta, que antes Lênin afirmou existir em Marx, neste momento do texto desaparece.

Antecipando-se a possíveis ataques às generalizações que a partir das análises de Marx sobre a experiência da França de 1848-1851, Lênin cita, em sua defesa, o prefácio ao *18 Brumário* escrito em 1885 por Engels:

A França - escrevia Engels no prefácio da terceira edição do *18 de Brumário* - é o país onde, mais do que em qualquer outro, as lutas históricas das classes têm sido combates decisivos. É o país onde as formas políticas sucessivas assumem o aspecto mais característico, formas essas em cujos limites se reproduzem aqueles combates e em que se resumem os resultados dos mesmos. Centro do feudalismo na

34 Este é o Governo Provisório, instaurado após a revolução de fevereiro de 1917.

Idade Média, país clássico da monarquia unitária, desde a época da Renascença, a França arruinou o feudalismo, desde a época de sua grande revolução, e deu ao predomínio da burguesia um caráter de pureza clássica que nenhum outro país atingiu na Europa. Do mesmo modo, a luta do proletariado, em seu despertar, contra a burguesia dominante, adquire uma acuidade desconhecida nos outros países. (ENGELS *apud* LÊNIN, 1978, p. 40)

Engels, ao explicar possíveis motivos do profundo conhecimento que Marx tinha e produzia sobre a luta de classes na França, afirma que nesse país a luta de classes assume “aspecto mais característico”, onde o predomínio da burguesia assumia “um caráter de pureza clássica que nenhum outro país atingiu na Europa”. Segundo Lênin, isso bastaria para justificar suas generalizações. Mas na edição que utilizamos do *18 Brumário*, nesse mesmo prefácio de Engels, em seu último parágrafo, é considerado outro aspecto da obra e da apreciação histórica que Marx realizou sobre a França:

Mas a isso soma-se ainda uma outra circunstância. Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção. Essa lei, que para a história tem a mesma importância que a lei da transformação da energia para a ciência natural – **essa lei lhe proporcionou, também nesse caso, a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa. E essa história lhe serviu para submeter a sua lei à prova, tanto é que, trinta e três anos depois, ainda temos de reconhecer que ela passou no teste com brilhantismo.** (MARX, 2011, p.22, negrito nosso.)

Se a luta de classes na França assume características clássicas para Lênin, percebemos essa mesma posição em Engels ao falar sobre a “grande lei do movimento da história”. Encontramos em *A Guerra Civil em França* de Marx, sobre a experiência 1871 na França, uma afirmação que parece contrariar, não só Lênin, mas também Engels, sobre essa visão geral do filósofo alemão acerca do processo francês. Nessa obra, Marx não considera a França como um clássico desenvolvimento burguês:

Circunstâncias históricas peculiares podem ter impedido, como na França, o desenvolvimento clássico da forma burguesa de governo e ter permitido, como na Inglaterra, completar os grandes órgãos centrais do Estado com conselhos paroquiais corrompidos, conselheiros de aluguel, ferozes promotores de assistência social nas cidades e magistrados virtualmente hereditários nos condados. O regime comunal teria restaurado ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo parasita estatal, que se alimenta da sociedade e obstrui seu livre movimento. (MARX, 2011, p.58-9)

Voltando nossa atenção para o escrito de 1852 de Marx, podemos afirmar que Lênin simplifica, nos dois momentos destacados, as concepções do pensador alemão sobre o Estado. Em seu *18 Brumário*, podemos ler estas linhas de Marx:

Mas ainda que a queda da república parlamentar contivesse o germe do triunfo da revolução proletária, o seu primeiro resultado palpável foi a vitória de Bonaparte sobre o Parlamento, a vitória do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, do poder sem fraseologia sobre o poder da fraseologia. No Parlamento, a nação conferiu força de lei à sua vontade geral, isto é, estatuiu a lei da classe dominante como vontade geral da nação. Diante do Poder Executivo, ela abdicou de toda e qualquer vontade própria e se submeteu ao ditame da vontade alheia, ou seja, ao poder da autoridade. **Diferentemente do Poder Legislativo, o Poder Executivo é expressão da heteronomia da nação em contraposição à sua autonomia. Portanto, tem-se a impressão de que a França apenas escapou do despotismo de uma classe para voltar a cair sob o despotismo de um indivíduo, mais precisamente sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece ter sido conciliada de tal modo que todas as classes se encontram de joelhos diante da culatra do fuzil, igualmente impotentes e caladas.** (MARX, 2011, p.139, Negrito nosso)

No movimento da luta de classes na França no período considerado, o primeiro resultado, “a queda da república parlamentar”, poderia ter sido início da revolução proletária, mas foi a vitória de Bonaparte sobre o poder legislativo. Este é suprimido pelo executivo, e vemos que na visão de Marx o executivo é a expressão da “heteronomia da nação em contraposição à sua autonomia”, que se expressaria no legislativo. A luta de classes na França de 1851 levou, na aparência, de um despotismo de classe a um despotismo de um único indivíduo.(Idem.) A burguesia no parlamento “estatuiu a lei da classe dominante como vontade geral da nação”, e diante do poder executivo “ela abdicou de toda e qualquer vontade própria e se submeteu ao ditame da vontade alheia, ou seja, ao poder da autoridade.” Abdicou de suas conquistas democráticas e do próprio parlamento, “abdicando de toda e qualquer vontade própria”, enquanto classe dominante diante do executivo, garantindo, assim, a reprodução da ordem capitalista, suprimindo a revolução proletária.

Marx considera o desenvolvimento do Estado moderno na França e nele enfatiza um movimento de centralização e fortalecimento do Poder executivo. Novamente, citaremos o *18 Brumário*:

“Esse Poder Executivo, com a sua monstruosa organização burocrática e militar, com a sua máquina estatal multifacetada e artificiosa, esse exército de funcionários de meio milhão de pessoas somado a um exército regular de mais meio milhão, essa terrível corporação de parasitas, que envolve o organismo da

sociedade francesa como uma membrana e entope todos os seus poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, na época da decadência do sistema feudal, para cuja aceleração contribuiu. Os privilégios senhoriais dos proprietários de terra e das cidades se transformam na mesma quantidade de atributos do poder estatal, os dignitários feudais passam à condição de funcionários remunerados e o catálogo multicolor dos potentados medievais conflitantes se converte em plano regulamentado de um poder estatal cujo trabalho é dividido e centralizado como numa fábrica. **A primeira revolução francesa, ao cumprir a tarefa de quebrar todos os poderes autônomos nos níveis local, territorial, citadino e provincial, visando criar a unidade nacional burguesa, necessariamente desenvolveu o que a monarquia absoluta havia começado: a centralização e, junto com ela, o raio de ação, os atributos e os servidores do poder governamental. Napoleão aperfeiçoou essa máquina do Estado.** Essa monarquia legítima e a Monarquia de Julho nada acrescentaram além de uma maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho no interior da sociedade burguesa criava novos grupos de interesse, ou seja, novo material para a administração estatal. **Todo e qualquer interesse comum foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, geral, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade governamental, desde a ponte, o prédio escolar e o patrimônio comunal de um povoado até as ferrovias, o patrimônio nacional e a universidade nacional da França. A república parlamentar, por fim, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar os meios e a centralização do poder do governo para implementar as medidas repressivas. Todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideraram a tomada de posse desse monstruoso edifício estatal como a parte do leão dos despojos do vencedor.”** (MARX, 2011, p. 140-1, negrito nosso)

Marx expressa aqui o movimento de centralização e fortalecimento, no Estado, do Poder executivo, que se inicia no período absolutista e que não teria cessado, nem mesmo no período da república parlamentar (1848-1851). As mudanças que ocorreram durante esse período de centralização do poder estão ligadas ao desenvolvimento da sociedade burguesa e à divisão entre o “interesse comum” e do privado. O Estado transforma em objeto da atividade governamental tudo o que é atividade social, desvinculando-a da própria sociedade. Durante a revolução, a luta contrarrevolucionária da república parlamentar se viu obrigada “a reforçar os meios” e centralizar o “poder do governo para implementar medidas repressivas” (Idem.). Marx demonstra que as transformações do poder do Estado, que fortaleciam o poder executivo, correspondem ao desenvolvimento da luta de classes e às medidas, reformas e revoluções de partidos diversos, que “tomar[am] posse desse monstruoso edifício esta tal”, “como o despojo de um vencedor”, e o aperfeiçoaram, em vez de quebrá-lo. Como resultado, segundo Marx, cria-se, na aparência, uma autonomia e uma independência do Estado, que se consolida diante da sociedade como um todo.

Retornemos ao 18 Brumário:

(...) sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, e sob Napoleão, a burocracia foi apenas o meio para preparar a dominação de classe por parte da burguesia. Sob a restauração, sob Luís Filipe e sob a república parlamentar, ela foi mero instrumento da classe dominante, por mais que ela também aspirasse a poder próprio.

Pelo visto, foi somente sob o segundo Bonaparte que o Estado se tornou completamente independente. A máquina estatal consolidou-se de tal forma face à sociedade civil que como líder lhe basta o chefe da Sociedade 10 de Dezembro, um aventureiro vindo do exterior, posto no comando pela soldadesca embriagada que ele subornara com cachaça e linguiça e a qual precisa continuar suprindo com linguiças. Daí o desespero envergonhado, a sensação da mais terrível humilhação e degradação que oprime o peito da França e entrecorta a sua respiração. Ela se sente como que desonrada.

E, no entanto, o poder estatal não paira no ar. Bonaparte representa uma classe, mais precisamente, a classe mais numerosa da sociedade francesa: os camponeses parceiros [Parzellenbauern].” (MARX, 2011, p. 141-2)

Como vemos, burocracia, para Marx, enquanto meio de luta que preparou a dominação de classe da burguesia durante a monarquia absoluta e na primeira revolução, foi, sob a restauração, sob Luís Felipe e na república parlamentar, “mero instrumento da classe dominante, por mais que ela também aspirasse a poder próprio”. No período de Luís Bonaparte, a burocracia parlamentar é tirada de cena e o Estado – na figura do poder executivo – se torna, na aparência, “completamente independente”. Entretanto, repousa o seu poder em uma determinada classe social - nesse trecho citado, nos camponeses. Marx neste momento enfatiza e desenvolve a ideia de que o poder de Luís Bonaparte se basearia na “classe e não classe dos camponeses”. Mas em outras partes do texto fica claro que frações da burguesia apoiaram Bonaparte. . A ligação do Estado com a classe burguesa só se desfaz na aparência. Quando Marx escreve sobre o partido da Ordem³⁵ e suas ações contra as conquistas democráticas da república e contra a revolução, diz que seus membros tachavam tudo que era liberal e democrático dentro da Assembleia Nacional como “socialista”; nesse momento, afirma o autor que o golpe de estado de Bonaparte foi a única forma da burguesia manter seu poder na sociedade, mesmo que isso custasse ceder o poder político.

Assim sendo, ao tachar de heresia “socialista” aquilo que antes enaltecera como “liberal”, a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de governar a si própria; que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; que, para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada da sua cabeça e a espada destinada a

³⁵ O partido da Ordem era constituído pela aristocracia francesa, com duas facções mais importantes: a legitimista e a orleanista. Por mais que se apresentem como representantes da nobreza, Marx afirma que as duas facções representam interesses da burguesia, uma industrial e a outra latifundiária.

protegê-la deveria ser pendurada sobre a sua própria cabeça como espada de Dâmocles. (MARX, 2011, p.81-2)

Se comparadas essas formulações com as deduções de Lênin sobre o *18 Brumário*, é nítido o empobrecimento e uma certa seletividade do autor russo ao expor a “questão do Estado”, já que ele ignora diversas considerações de análise das relações de poder que constam nesta obra, imputando a Marx questões estranhas às por ele tratadas no texto. Lênin utiliza-se de passagens de Marx referindo-se a um movimento “mais geral” do Estado, como se o autor alemão tivesse construído um modelo de desenvolvimento histórico sobre essa “questão”. Entretanto, nada é mais estranho do que este tipo de procedimento em uma obra onde o autor faz uma análise histórica de um golpe de estado específico dentro da história da França, sem extrapolar conclusões para outros contextos.

Lênin utiliza-se da referência ao *18 Brumário* para realizar um procedimento oposto ao de Marx, estendendo suas reflexões sobre a experiência da França para o desenvolvimento dos “países civilizados” do fim do século XIX ao começo do século XX. Segundo Lênin, desenrolam-se dois processos lado a lado: a elaboração do “poder parlamentar” e a correspondente luta por esse poder pelos partidos da burguesia que dividem os empregos públicos entre si e mantêm inalterados os fundamentos da sociedade burguesa. No fim desses processos, se aperfeiçoa e consolida o “‘poder executivo’ com seu aparato burocrático e militar”. Para Lênin, a França seria um exemplo desse desenvolvimento mais geral das etapas da consolidação do Estado moderno, que culminaria na etapa imperialista do capital.

Segundo Lênin, a fase imperialista do capitalismo- a transformação do “capital bancário” e dos monopólios em “capitalismo de monopólios de Estado” - teria impulsionado um crescimento do Estado - do “aparelho administrativo e militar”. Ao mesmo tempo, em vários países, independentemente da forma política do Estado, aumentaria a repressão contra o proletariado. Argumenta o líder bolchevique que a história universal nos levaria necessariamente à “‘concentração de todas as forças’ da revolução proletária, com o objetivo da ‘destruição’ da máquina do Estado” numa escala maior que em 1852.

O imperialismo, especialmente – época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios, se transforma, por via de crescimento, em capitalismo de monopólios de Estado – mostra a extraordinária consolidação da “máquina governamental”, o inaudito crescimento do aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos mais livres países republicanos.

A história universal leva-nos, indubitavelmente e numa escala incomparavelmente mais vasta que em 1852, à “concentração de todas as forças” da revolução proletária, com o objetivo da “destruição” da máquina do Estado.

Por que coisa a substituirá o proletariado? A Comuna de Paris forneceu-nos a esse respeito os elementos mais instrutivos. (LÊNIN, 1978, p.41)

Lênin ainda não dá resposta à sua “questão” da “substituição” do Estado existente por outro, da construção de um novo Estado, mas afirma que a Comuna de Paris dá elementos para a substituição do Estado burguês pelo Estado do proletariado. O que é fixado pelo autor, é a necessidade de destruir o Estado, posta pela concentração das forças político-militares quando em oposição direta com o proletariado. Mas em 1917 isso ocorreria numa escala maior, em termos geográficos e tecnológicos, do que em 1852.

O autor continua o seu texto citando uma carta de Marx a Weidermeyer, datada de 5 de março de 1852, onde ele afirma que não lhe cabe a descoberta da existência da luta das classes sociais, e destaca os resultados que seriam efetivamente originais trazidos por sua pesquisa:

“1º) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção; 2º) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes” (MARX *apud* LÊNIN, p.42)

Essas formulações são fundamentais para Lênin, já que seriam “o que distingue radicalmente” a “doutrina” de Marx e o que a torna fundamental na questão do Estado” (LÊNIN, 1978, p. 42). O autor argumenta que, como a luta de classes já havia sido concebida por pesquisadores burgueses e não por Marx, ela seria “aceitável” dentro da ordem capitalista. Portanto, o reconhecimento da luta de classes sem estendê-lo à aceitação da ditadura do proletariado não seria critério para definir o marxismo. Nas palavras do autor:

Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele quem *estende* o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da *ditadura do proletariado* (LÊNIN, 1978, p. 43)

Lênin ataca, assim, o “ex-marxista K. Kautsky”, que ficaria, segundo ele, dentro dos limites liberais, por negar a *ditadura do proletariado* (LÊNIN, 1978, p. 43-4). O autor passa então a uma defesa do Estado enquanto ditadura do proletariado, na transição do capitalismo para o comunismo:

“O oportunismo *não leva* ao reconhecimento da luta de classes até o essencial, até o período de *transição* do capitalismo ao comunismo, **até o período de subversão da burguesia e do seu completo aniquilamento**. Na realidade, esse período é, inevitavelmente, o de uma

luta de classes extremamente encarniçada, revestindo uma acuidade ainda desconhecida. **O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador.**

Ainda mais. O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que compreenderam que a ditadura de uma classe é necessária, não só ao proletariado vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo da “sociedade sem classes”, do comunismo. As formas de Estados burgueses são as mais variadas, mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado.” (LÊNIN, 1978, p. 44)

Esse é o caminho que Lênin faz para determinar o que chamou de a “verdadeira doutrina” do Estado de Marx: parte da ideia da necessidade do proletariado destruir a máquina governamental, para terminar na construção de um Estado que deve ter dois aspectos inovadores: o “democrático” e o “ditatorial”. Este Estado “inovador” perduraria “ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo do comunismo” (LÊNIN, 1978, p.44). Reclamando ao marxismo o reconhecimento do momento de “subversão” e “aniquilamento” da burguesia, Lênin associa a ideia de quebra da máquina do Estado à de construir outro Estado, o de “transição”, que duraria até o fim das classes sociais. Um Estado que teria uma face para os trabalhadores e outra para a burguesia, que poderia assumir diferentes formas políticas, durante o período de transição, mas cuja natureza fundamental seria a ditadura do proletariado.

Elaborando os argumentos nessa direção, Lênin utiliza-se das análises de Marx sobre a Comuna de Paris para caracterizar o que deveria ser a nova organização estatal, mas antes de abordá-las, ele se antecipa e faz uma caracterização daquilo que entende como deve ser o novo Estado do proletariado. Assinala que, de 1848 até 1872, haveria uma continuidade no pensamento de Marx, num movimento de amadurecimento da questão do Estado na mesma proporção em que amadureceria a luta do proletariado. Assim se prepara Lênin, para abordar a análise de Marx sobre a Comuna de Paris como o momento de maior maturidade das formulações do autor.

A Comuna de Paris é, na exposição de Lênin, um movimento interpretado como “prematureo” por Marx que, apesar de sua derrota, não a condenaria em nenhum momento. O filósofo alemão veria nela, segundo o líder bolchevique, “um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos” (LÊNIN, 1978, p.46), como também uma possibilidade de pôr à prova a sua teoria e tirar lições táticas.

Lênin, ao considerar a “única correção de Marx” ao Manifesto Comunista, cita o prefácio de 1872 assinado por Marx e Engels, onde é citada, por sua vez, a formulação existente em *A Guerra*

Civil em França: “A Comuna, especialmente, demonstrou que ‘não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins’” (MARX; ENGELS, apud LÊNIN, 1978, p.46). Para o líder russo:

Assim, Marx e Engels atribuíam tão grande importância a uma das lições fundamentais da Comuna, que a introduziram, como modificação essencial, no Manifesto Comunista.

É bastante característico que seja justamente essa modificação essencial o que os oportunistas deturpam, a tal ponto que sem dúvida os nove décimos, se não os noventa e nove centésimos dos leitores do Manifesto, não perceberam seu alcance. Desta deformação falaremos num dos capítulos seguintes, consagrado especialmente às deformações. Aqui bastará salientar a “interpretação” corrente, vulgar, da famosa fórmula de Marx por nós citada, segundo a qual a idéia acentuada por Marx seria a do desenvolvimento lento em oposição à conquista do poder, etc.

Na realidade, é justamente o contrário. A idéia de Marx é que a classe operária deve quebrar, destruir a “máquina do Estado”, não se limitando apenas a assenhorear-se dela. (LÊNIN, 1978, p.47)

Para Lênin, seria essa “modificação essencial” o resultado das “lições” que retirou Marx diante da Comuna de Paris, modificação que seria compreendida vulgarmente e deturpada pelos oportunistas, como se consistisse na ideia da revolução como um “desenvolvimento lento”, em oposição à “conquista de poder”; para Lênin, na verdade, tratar-se-ia de destruir o Estado. Mas uma leitura atenta apenas do trecho citado por ele já permite ver que existe outra possibilidade de entendimento da relação entre Estado e revolução em Marx: o “não basta”, na frase citada por Lênin, pode estar relacionado a uma proposta de se apoderar da máquina do Estado e se propor a ir além na ação revolucionária, não significando necessariamente a construção de outro Estado. Lênin dá ênfase à tomada de poder e à revolução violenta, em contraposição ao reformismo que negaria esses meios, e nesse passo termina por descartar também a possibilidade de entendimento da formulação de Marx como propondo algo mais profundo e mais amplo do que apenas a tomada do Estado pelo proletariado.

Lênin tece comentários no sentido de demonstrar como a revolução de 1905-1907 na Rússia foi “verdadeiramente popular”, em contraste com as revoluções turca (1908) e portuguesa (1910). Na Rússia as camadas inferiores “sublevaram-se espontaneamente e imprimiram a todo o curso da revolução o cunho das suas exigências, das suas tentativas para reconstruir à sua maneira uma nova sociedade no lugar da antiga em vias de destruição” (LÊNIN, 1978, p. 49). A “destruição da máquina do Estado”, condição prévia, conforme vimos, de toda revolução popular, na concepção do autor, seria tarefa a ser executada por uma aliança entre o proletariado e os camponeses (as duas classes que são esmagadas pelo Estado), condição sem a qual não existiria uma “democracia sólida e nem transformação social possível”. Para Lênin, essa aliança era para onde “tendia a Comuna de Paris, que

teria falhado por uma série de razões de ordem interna e externa” (Idem, p. 49-50), razões que o autor não aponta quais são.

Além do problema ser posto de maneira abstrata no *Manifesto*, como vimos anteriormente, também seria abstrata, agora, a forma da resposta a ela dada por Marx na mesma obra. Vejamos as sentenças de Lênin sobre o *Manifesto*:

“No *Manifesto Comunista*, em 1847, Marx ainda não dava a essa pergunta senão uma resposta completamente abstrata; ou melhor, limitava-se a enunciar o problema sem precisar os meios de o resolver. Substituir a máquina do Estado pela “organização do proletariado como classe dominante”, pela “conquista da democracia”, tal era a resposta. (LÊNIN, 1978, p. 50)

A “resposta completamente abstrata” de Marx e Engels no *Manifesto* seria a de que através da “conquista da democracia” o proletariado conseguiria centralizar os meios de produção social, atacando a propriedade privada por meios despóticos a fim de criar uma associação livre. Ora, Lênin afirma que os autores alemães não precisam quais são “os meios” de conseguir isso. Mas, como demonstramos anteriormente, existem sim no *Manifesto* “os meios” de o conseguir, os meios de se instaurar uma outra organização na sociedade: as ações despóticas contra a propriedade privada. Lênin volta ao ponto de que partiu, mas com uma ideia de “conquista da democracia”, que aliás acabou de julgar abstrata, ressignificando-a em uma questão que considera concreta: “a saber, que formas concretas tomaria essa organização do proletariado em classe dominante e de que modo essa organização se conciliaria com uma inteira e metódica 'conquista da democracia'”(Idem.).

Lênin concebe o que denomina como a “questão do Estado” na obra de Marx, em 1848, em 1852 e em 1872, como sendo sempre a mesma. Considera-a em períodos diferentes, mas num movimento progressivo que vai do “abstrato” ao “concreto”. Quando, como vimos, o que ocorreu no percurso de Marx e Engels foi o contrário: no prefácio de 1872 do *Manifesto*, os autores expõem a necessidade de reformulação das proposições de 1848, em que a Comuna de Paris demonstrou que não basta que a classe trabalhadora se apodere do Estado para servir aos seus próprios fins. Em Lênin, não só há uma imputação ao texto de questões que lhe são externas, mas uma complementação do *Manifesto* com elementos que o autor diz retirar da experiência da Comuna, como se esta última propiciasse apenas uma atualização do programa político ou das tarefas do proletariado em relação à “conquista da democracia”.

CAPÍTULO III - O NOVO ESTADO

1. A Comuna de Paris

Em sua argumentação sobre a “conquista da democracia”, passa Lênin aos “pontos principais” de *A Guerra Civil em França* de Marx, onde o autor trata da experiência da Comuna “malgrado a debilidade desta.” (LÊNIN, 1978, p.50-1)

Para Lênin, Marx traçaria de forma rápida o desenvolvimento do poder centralizado do Estado; citando-o, argumenta que o desenvolvimento da luta de classes faz com que o Estado se torne um instrumento nacional de guerra do Capital contra o Trabalho. Nos momentos revolucionários, esse caráter repressivo do poder parece cada vez maior, consolidando-se na França com o segundo Império. Para Lênin, utilizando-se das expressões de Marx,

“A Comuna foi o antípoda do Império”. Foi uma forma “positiva”, uma “República que devia suprimir não só a forma monárquica da dominação de uma classe, mas essa própria dominação.”

Em que consistia essa forma “positiva” de República proletária socialista? Que espécie de Estado começou a Comuna a criar? (LÊNIN, 1978, p. 51)

Lênin não esclarece o que significa ser “antípoda do Império”, mas afirma que a Comuna, como “forma positiva”, seria “uma república” que deveria acabar com a dominação de todas as classes. O autor vai direto à resposta para sua pergunta exposta no trecho citado acima, começando pelo exame dos decretos da Comuna, para saber que espécie de Estado estavam criando. Mas a Comuna é uma República? Vejamos um trecho de Marx:

A antítese direta do Império era a Comuna. O brado de “República Social” com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não expressava senão a vaga aspiração de uma república que viesse não para suprimir a forma monárquica da dominação de classe, mas a dominação de classe ela mesma. A Comuna era a forma positiva dessa república. (MARX, 2011, p. 56)

Em Marx, a Comuna seria a “forma positiva” da “República social” de 1848, que aspirava ao fim da dominação de classe. Lênin vê a Comuna nesse mesmo sentido de Marx, mas ao tratar do Estado Lênin dá ênfase aos decretos, aos aspectos formais e democráticos, para demonstrar o que seria, nessa república, a “conquista da democracia”.

O primeiro decreto da Comuna foi a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado. Argumenta Lênin que isso corresponde a uma reivindicação que está presente em todos os programas dos partidos socialistas, e que não foi atendida pelos mencheviques após a revolução de Fevereiro. Realizada pela Comuna, a supressão do exército, em Lênin, aparece como um problema de

poder que os mencheviques, na Rússia, não resolveram. Abstraindo as condições sociais de cada país e de cada momento revolucionário, o líder bolchevique vê no decreto que a Comuna emitiu, por si só, o ato da realização da revolução que os mencheviques não realizaram. Lênin vê a comuna como um Estado e também como o principal sujeito da revolução, não como resultado da luta revolucionária; não investiga as condições da Comuna de Paris e as próprias formulações de Marx, mas sim utiliza-as para atacar seus adversários políticos.

O autor cita uma passagem de Marx, em que este descreve as ações da constituição da Comuna, e faz esta avaliação:

Assim, a Comuna “contentava-se”, por assim dizer, **em substituir a máquina do Estado quebrada, por uma democracia mais completa:** supressão do exército permanente, elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários. Na realidade, ela “contentava-se”, assim, em substituir – obra gigantesca – certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse, justamente, um caso de “transformação de quantidade em qualidade”: a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado. (LÊNIN, 1978, p.52-3)

Nessa linha de argumentação, Lênin vê a realização da Comuna de Paris como uma “democracia mais completa”, que substitui a “máquina do Estado quebrada”. A realização metódica da democracia por “instituições essencialmente diferentes”, a democracia se tornando proletária, é expressa pelo autor como uma “transformação de quantidade em qualidade”, transformando-se o Estado numa coisa que não é o Estado - “(essa força destinada a oprimir uma classe)”, que Getler chama, corretamente, de Estado-comuna. A “ditadura do proletariado” é, neste momento, a democracia do proletariado. O que seriam, então, essas “instituições essencialmente diferentes”?

Para Lênin, apesar dessa “transformação de quantidade para qualidade”, no sentido de ampliar a democracia para os oprimidos, “derrotar a burguesia e quebrar a sua resistência” ainda seria uma necessidade (LÊNIN, 1978, p.53). Essa seria uma das causas da derrota da Comuna: não ter quebrado a resistência da burguesia, necessidade também não alcançada dentro do desenvolvimento da democracia proletária em 1917.

Mas, na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população e não mais a minoria, como foi sempre o caso ao tempo da escravidão, da servidão e do salariado. Ora, **uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma “força especial” de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a definhar.** Em lugar das instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), **a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político, e, quanto mais o**

próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder. (Idem.)

Nas novas instituições, além existirem as características democráticas em relação aos cargos e funções, “o órgão da repressão era a maioria da população e não mais a minoria, (...)”; esse é o salto de quantidade-qualidade no exercício do poder político, e diz respeito precisamente ao exercício da violência. Assim, o definhamento se inicia a partir do momento que não se sente mais a necessidade dessa “força especial” de repressão por parte da maioria, que agora oprime a minoria. Percebemos que o definhamento do Estado está ligado ao fim do exército permanente, cujas funções seriam agora exercidas pela maioria, mas na condição dela desempenhar “as funções do poder político”, sendo isso a própria condição do definhamento: a incorporação destas funções pelo “povo”, ao ponto do “povo” não “sentir” a necessidade desse poder.

Nesse sentido são interpretadas as medidas da Comuna de Paris que suspenderam as despesas de representação, que estabeleceram o fim dos supostos privilégios pecuniários do funcionalismo e a redução dos ordenados administrativos a um salário de operário. Tais medidas, salientadas por Marx, significam para Lênin a passagem da “democracia burguesa para a democracia proletária”:

É nisto que mais se faz sentir a *passagem brusca* da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos opressores para a democracia dos oprimidos, a passagem da dominação de uma “*força especial*” destinada à opressão de uma classe para o esmagamento dos opressores pelas *forças combinadas* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é precisamente nesse ponto, o mais importante, o mais indiscutível, talvez, da questão do Estado, que os ensinamentos de Marx foram mais esquecidos! (LÊNIN, 1978, p. 53-4; Grifos do autor)

A principal qualidade do novo Estado seria mudança de uma “democracia dos opressores” para uma “democracia dos oprimidos” seria uma questão política de dominação das “forças combinadas do povo” contra seus opressores; o povo aqui seriam os camponeses e o proletariado, que constituiriam essa “força especial”.

Lênin passa então à consideração do que ele vê como conquistas democráticas proletárias da Comuna de Paris. A redução dos custos das atividades do Estado é o ponto mais importante para o autor, seria onde se faria sentir a transição para a “democracia proletária”. Essa visão seria fiel à “doutrina” de Marx, em contraposição à deturpação realizada pelos oportunistas do movimento socialista. Desta vez o alvo é Bernstein, que critica essas medidas de redução, segundo Lênin,

afirmando que significam um “democratismo primitivo”³⁶ (LÊNIN, 1978, p.54). Esta posição é atribuída a Bernstein por Lênin, até agora ainda não encontramos tal expressão nos textos de Bernstein. O líder bolchevique argumenta que, diferentemente do “democratismo primitivo” nas sociedades pré-capitalistas, a sociedade moderna e capitalista, com seu desenvolvimento técnico-burocrático da produção cria a possibilidade do desenvolvimento da “democracia proletária”. Exaltando a simplificação das funções do poder no capitalismo, Lênin argumenta:

A civilização capitalista criou a grande produção, as fábricas, as estradas de ferro, o correio, o telefone, etc.; ora, *nessa base*, a grande maioria das funções do velho “poder do Estado” tem-se por tal forma simplificado e pode ser reduzida a operações tão simples de registro, de inscrição, de fiscalização, que essas simples funções se tornarão inteiramente acessíveis a todos os cidadãos de instrução primária, mediante o “salário habitual”, e podem e devem perder até o último vestígio de caráter privilegiado e “hierárquico” (LÊNIN, 1978, p.55)

Nisto consiste o “primitivismo democrático” defendido por Lênin, como passo necessário na mudança para a “democracia proletária”. E ele destaca que os recursos criados na “civilização capitalista” é que permitiriam realizar tais medidas na “grande maioria [não em todas] das funções do velho ‘poder de Estado’”. Levando-se em conta que a simplificação do trabalho significou um meio de dominação sobre os trabalhadores na sociedade capitalista, como pensar em emancipação do trabalhador sem que ela seja combatida? Ao invés disso, nesse momento do texto, Lênin a exalta.

O fim do caráter hierárquico e privilegiado das funções de Estado, para Lênin, seria dado pela elegibilidade absoluta e amovibilidade em todos os empregos, e pela redução dos honorários a um “salário habitual”, ligando-se os interesses do proletariado ao dos camponeses, e realizando-se, assim, a transição do capitalismo ao socialismo.

Essas medidas reformistas são de ordem puramente governamental e política, e, naturalmente, não atingem todo o seu significado e todo o seu alcance senão com a “expropriação dos exploradores” preparada ou realizada, isto é, com a socialização da propriedade privada capitalista dos meios de produção (LÊNIN, 1978, p. 55)

Agora Lênin considera o conteúdo social das novas instituições. Na sua visão, o proletariado, o único que poderia exercer um “governo barato” (esta uma grande reivindicação da luta dos camponeses contra o Estado), dá um grande passo “na transformação socialista do Estado”. Portanto, essas “medidas reformistas” ocupariam um espaço dentro da política e do Estado, que sofreriam uma transformação socialista. Diferente da forma posta por Lênin, anteriormente a relação das medidas

políticas realizadas pela Comuna de Paris aparecem como exemplo de quebra da máquina do Estado e a conquista da democracia, agora, aparecem como “medidas reformistas” de uma “transformação socialista do Estado”.

Outro ponto a ser observado, nas considerações de Lênin desenvolve em torno da experiência da Comuna de Paris, diz respeito à “*supressão do Parlamento*”. Para Lênin, Marx realizaria uma “observação crítica do parlamentarismo em 1871”. Com uma citação do filósofo alemão, o autor tece comentários sobre a organização política da Comuna de Paris, que seria ao mesmo tempo legislativa e executiva.

A Comuna, disse Marx, devia ser, não uma corporação parlamentar, mais sim uma corporação laboriosa, ao mesmo tempo legislativa e executiva...

Em lugar de resolver, de três em três ou de seis em seis anos, qual o membro da classe dominante que deverá “representar” o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas para recrutar, ao seu serviço, operários, contramestres, guarda-livros, da mesma forma que o sufrágio individual serve a qualquer industrial, na sua procura de operários e contramestres (MARX, *apud* LÊNIN, 1978, p.56)

Lênin deixa de lado, neste momento de sua argumentação, grande parte do conteúdo da reflexão de Marx sobre a Comuna de Paris, em que ele argumenta contra o “governo central” e a favor da reabsorção pela própria sociedade das funções exercidas pelo Estado. A Comuna, da forma exposta por Lênin, se limita mais à crítica ao “parlamentarismo”, vendo o autor o parlamento de forma negativa, como um lugar em que não há trabalho, mas embromação. Algumas das passagens de Marx que compõe essa citação, que foram descartadas por Lênin neste momento, não são contra o limite da democracia ou ditadura burguesa, mas sobre a transformação do voto universal como poder de decisão do povo, em que o parlamento seria substituído pelo povo constituído em comunas, que usufruiriam do voto universal para recrutar os trabalhadores. O uso que o líder bolchevique faz desta citação refere-se à “observação crítica do parlamentarismo” que atribui Marx, para atacar a social-democracia e a “hegemonia [do] social-patriotismo e [d]o oportunismo”, acusando-as de relegar essa crítica do “parlamentarismo” aos anarquistas. Ela estaria “entre as 'páginas esquecidas' do marxismo [pela social-democracia]”(LÊNIN, 1978, p.57). Segundo Lênin, diferentemente de Kautsky e Plekhanov, Marx soube criticar a impotência do movimento anarquista, o fato deste não saber “utilizar-se até mesmo da 'estribaria' do parlamento burguês” e de não realizar uma crítica revolucionária ao parlamentarismo. O autor russo também faz menção ao aumento do anarco-sindicalismo, nos países parlamentares, como

consequência da “hegemonia” da social-democracia, que negaria ou desconheceria essas críticas de Marx.

Devemos repeti-lo ainda uma vez: os ensinamentos de Marx baseados no estudo da Comuna acham-se tão bem esquecidos que o social-democrata contemporâneo (leia-se: o renegado contemporâneo do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reacionária.

O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de “trabalhar” verdadeiramente. A Comuna devia ser uma assembleia, “não parlamentar, mas trabalhadora”, ao mesmo tempo legislativa e executiva (LÊNIN, 1978, p. 57)

A proposta do autor, como vemos, não é anular as “instituições representativas e a elegibilidade” para sair do parlamentarismo, mas consiste em transforma-las em “assembleias capazes de “trabalhar” verdadeiramente. Verdadeiramente como? O que elas representam e onde? Estas se referem ao Governo Central ou aos Sovietes? Lênin oculta a resposta, e fala de forma indeterminada de assembleias “capazes de ‘trabalhar’”.

No parlamentarismo, segundo Lênin (1978, p.58) a atividade governamental é feita “nos bastidores, por ministérios, secretarias, estados-maiores. Nas assembleias, só se faz tagarelar, com o único intuito de enganar a ‘plebe’”; elas seriam, para o autor, um “moinho de palavras”, sem um trabalho verdadeiro. Em oposição a isso, a Comuna deveria ser uma assembleia trabalhadora, executiva e legislativa, e não parlamentar.

As palavras ácidas utilizadas por Lênin para referir-se à atividade parlamentar não se relacionam a uma posição tomada em abstrato, mas sim em oposição aos mencheviques e socialistas revolucionários, que ele acusa de “gangrenarem os soviets, à maneira do mais repugnante parlamentarismo burguês.” E argumenta:

(...) Reparem em qualquer país do parlamentarismo (...): a verdadeira tarefa “governamental” é feita por detrás dos bastidores, e são os ministérios, as secretárias, os estados-maiores que a fazem. (...) Tanto isso é verdade que, mesmo na república burguesa democrática, todos esses pecados do parlamentarismo já se fazem sentir, antes mesmo que a república tenha conseguido criar um verdadeiro parlamento. Os heróis da pequena burguesia apodrecida, os Skobelev e os Tseretelli, os Tchernov e os Avksentiev, conseguiram gangrenar até os Sovietes, à maneira do mais repugnante parlamentarismo burguês, fazendo deles moinhos de palavras. Nos Sovietes, os srs. ministros “socialistas” enganam os mujiques de boa fé com a sua fraseologia e as suas resoluções. É uma quadrilha governamental permanente, para reunir, por um lado, em volta do “bolo” dos empregos lucrativos e honoríficos, o maior número possível de socialistas-revolucionários e de mencheviques, e, por outro lado, para “distrair” o povo. Enquanto isso, a tarefa “governamental” vai se fazendo nas secretarias e nos estados-maiores.” (LÊNIN, 1978, p.58)

Este processo de “gangrenar” os soviets, de transformá-los em uma porta para empregos lucrativos, na visão do autor, é o mesmo que fez a pequena-burguesia diante do Estado: reunir-se em busca da divisão do “bolo” e “distrair o povo”. Os Soviets, o legislativo, as assembleias, os locais de debates aparecem como local de ludibrio e embromação: “todos esses pecados do parlamentarismo já se fazem sentir, antes mesmo que a república tenha conseguido criar um verdadeiro parlamento”. O parlamento serviria para esconder o que realmente está sendo feito pelo executivo.

A crítica de Lênin à atuação, nos soviets, de grupos políticos que não estão ligados à sua “doutrina” (os socialistas-revolucionários e os mencheviques) se liga à intenção de retirá-los do poder, com o argumento de que fariam nos soviets o mesmo que fazem os políticos no parlamento burguês: enganam o povo numa situação privilegiada. Essa concepção de Lênin sobre os soviets parece ser uma ideia política centralizadora que impediria pontos de vistas divergentes, ao mesmo tempo que nos remete à tática bolchevique no sentido de conseguir consenso para alijar do poder seus adversários políticos.

Lênin cita um caso da Rússia como exemplo da mencionada “gangrena”. Num periódico dos socialistas-revolucionários - “O *Dielo Naroda*, órgão do partido socialista-revolucionário” - , estes expressariam suas atividades dentro dos ministérios que ocupavam:

O *Dielo Naroda*, órgão do partido socialista-revolucionário, num artigo de fundo ultimamente publicado, confessa, com a incomparável franqueza da gente da “boa sociedade” caída na prostituição política, que, mesmo nos ministérios pertencentes aos “socialistas” (desculpem a expressão!), todo o aparelho administrativo funciona como antigamente, que nada ali mudou e que as reformas revolucionárias são sabotadas com plena “liberdade”. Mas, mesmo sem essa confissão, acaso a história da participação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques no governo não é a melhor prova disso? E ao lado dos cadetes, os srs. Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redatores do *Dielo Naroda* levam a imprudência ao ponto de contar publicamente e sem corar, como se fora uma coisa sem consequências, que nos seus ministérios nada mudou! Fraseologia revolucionária-democrática para enganar o Jeca e embromação burocrática para “engabelar” os capitalistas, eis o *fundo* da “leal” coligação ministerial (LÊNIN, 1978, p.58-9)

A impotência burocrática para as transformações socialistas é, segundo Lênin, expressa pelos editores do *Dielo Naroda*. Lênin vê nesse artigo dos socialista-revolucionários apenas uma fraseologia democrática revolucionária, um engodo. Assumir erros e problemas sobre a atividade política publicamente, dizer que no parlamento não existe margem para as reformas revolucionárias evidencia os resultados da tática política dos socialistas-revolucionários, mas demonstra também os problemas do “parlamentarismo”; Lênin se refere a esses partidos que eram a maioria nos soviets e não tomavam

uma posição de destruir o governo provisório. Criticando assim a composição ministerial realizada pelos socialistas-revolucionários que compunham o ministério no governo provisório, Lênin provoca-os por não assumirem a responsabilidade por essas consequências não revolucionárias. Para o líder bolchevique, “a fraseologia revolucionária-democrática” seria para enganar o povo “os capitalistas, eis o *fundo* da ‘leal’ coligação ministerial”. Como se os socialistas-revolucionários, através dos ministérios, promovessem uma dissimulação para as classes, para se conservarem em seus cargos.

Lênin, após tratar da situação da Rússia e dos soviets, expõe a experiência da Comuna de Paris, que teria acontecido no sentido de acabar com esses problemas do parlamentarismo:

Esse parlamentarismo venal e putrefato da sociedade burguesa, substituiu-o a Comuna por instituições onde a liberdade de discussão e de exame não degeneram em intrujice; os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmos fazer executar as suas leis, verificar os resultados obtidos e responder diretamente perante seus eleitores. As instituições representativas são mantidas, mas *já não há* parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados. Não podemos fazer ideia de uma democracia proletária sem instituições representativas, mas podemos e *devemos* realizá-la sem parlamentarismo, (...) se o nosso esforço para derrubar a dominação da burguesia é um esforço honesto e sincero e não uma expressão “eleitoral” (LÊNIN, 1978, p.59)

As instituições da Comuna de Paris “não degeneram em intrujice” pelas suas características, pois não permitiam a “situação privilegiada para os deputados”, prática ligada ao parlamentarismo devido às suas qualidades enquanto “sistema especial”, com uma divisão do trabalho legislativo e executivo. Lênin não utiliza em sua argumentação os conteúdos das instituições da Comuna, como a amovibilidade para qualquer função a qualquer momento e honorários iguais a um “salário habitual”. Não toca no modo de representação do “mandato imperativo”, descrito por Marx como conteúdo proletário dentro da democracia, como forma de controle do Estado pelo povo. O mandato imperativo foi uma forma de representação na qual aquele que era escolhido para assumir um cargo ou função realizaria suas atividades pelas instruções determinadas já previamente não só pelos votantes, mas de forma direta pela comuna em assembleia. Mas Lênin não desenvolve uma abordagem dessa modalidade de representação. Nas suas palavras, as “instituições representativas” são mantidas, “os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmos fazerem e executarem suas leis”, respondendo diretamente aos seus eleitores acerca dos resultados obtidos, mas ele não nos indica como.

Ora, Lênin ao falar sobre atividades dos parlamentares e dos grupos opositores à sua proposta aos soviets, contrapõe o Governo provisório (na figura do parlamento) às instituições da comuna ou dos soviets, mostrando a ineficiência daquele. Quando argumenta sobre as novas instituições, não

mostra a diferença entre as instituições parlamentares e a representação da comuna, mas afirma que o povo pode executar as tarefas técnico-burocráticas, embora não necessariamente aquelas que seriam realizadas num governo central. Para Lênin, a comuna legislaria e executaria, rompendo assim a “intrujice”, mas a impressão que fica é a de que não demonstra a relação que deveria existir entre o governo central e as comunas. A “democracia operária”, segundo o líder soviético, poderia se realizar sem parlamentarismo, mas não sem instituições representativas. Os mandatários seriam responsáveis por fazer leis e executá-las, em oposição ao posicionamento dos mencheviques e socialistas-revolucionários que não executariam as transformações revolucionárias no parlamento, por isso contrapõe “esforço honesto e sincero” a “expressão eleitoral”.

Segundo Lênin(1978, p.60), Marx, quando trata do “gênero de administração que é necessário à Comuna e à democracia operária”, “toma como termo de comparação o pessoal de 'qualquer patrão', isto é, uma empresa capitalista comum, com os seus ‘operários, contramestres e guarda-livros’”. Segundo o autor, não há “utopismo” em Marx, “ele estuda, como um processo de história natural, a *gênese* da nova sociedade *saída* da antiga, as formas intermediárias entre uma e outra” (LÊNIN, 1978, p.60), baseando-se na experiência do proletariado.

Não se trata de aniquilar o funcionalismo de um golpe, totalmente e por toda parte. Eis onde estaria a utopia. Mas **destruir sem demora a velha máquina administrativa, para começar imediatamente a construir uma nova, que permita suprimir gradualmente o funcionalismo**, *isso não é uma utopia*, é a experiência da Comuna, é a tarefa primordial e imediata do proletariado revolucionário (LÊNIN, 1978, p.60)

A concepção de Lênin tem traços de reforma dentro do Estado com características revolucionárias: o ato de destruição se associa ao ato de construir um Estado que suprimiria gradualmente “a velha máquina administrativa”. Mas o que seria construído depois, que garantiria a supressão gradual desse mesmo “funcionalismo”?

Com tal ideia elaborada, Lênin, no parágrafo seguinte ao citado acima, retoma o argumento de que a partir da simplificação das funções administrativas produzida pelo desenvolvimento técnico-burocrático da produção capitalista existiria a possibilidade do desenvolvimento da democracia proletária e do socialismo. Neste momento, em seu argumento, não seria mais com o capitalismo que apareceria a possibilidade de realizar a mudança de qualidade na democracia pela simplificação das tarefas, mas sim com o socialismo. Este implicaria a construção de outro Estado, que suprimiria o funcionalismo, dando o autor a entender que socialismo e capitalismo se confundem técnica e organizativamente na simplificação das tarefas e na possibilidade de sua execução por todos, pois o

modelo de administração socialista, segundo ele, será o mesmo modelo de administração da empresa capitalista.

É muito edificante ver que Marx, falando do gênero de administração que é necessário à Comuna e à democracia proletária, toma como termo de comparação o pessoal de “qualquer patrão”, isto é, uma empresa capitalista comum, com os seus “operários, contramestres e guarda-livros”.

(...)

O socialismo simplifica as funções da administração do “Estado”, permite que se suprima a “hierarquia”, reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante, que empregue, por conta da sociedade inteira, operários, contramestres e guarda-livros. (LÊNIN, 1978, p. 60-1).

Ora, Marx não faz essa comparação que Lênin lhe atribui. A comparação que ele faz entre a organização comunal e as práticas de uma empresa é para dar exemplo sobre o uso do sufrágio universal dentro da comuna e também pela racionalidade da substituição das pessoas que não atingem objetivos estabelecidos pela organização e não, como quer Lênin, como uma grande empresa social.

Como vemos, seria o socialismo que simplificaria a administração do “Estado” - Estado aparece entre aspas, como vemos na citação acima –, suprimindo a “hierarquia”, “reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante”, que empregue a sociedade inteira. Além de parecer centralizador, Lênin não fala sobre o alcance dessa organização ou das funções a que se refere, não mostra a relação do sufrágio universal com a Comuna na escolha das pessoas dentro da Comuna para determinadas atividades administrativas a serem realizadas; pensa a Comuna como uma única organização separada da sociedade, que execute e tome decisões sobre certas atividades que serão executadas pela sociedade.

A concepção de revolução dos anarquistas é expressa por Lênin com imagens que a denotam como uma ruptura brusca, utilizando o autor a expressão “de um dia para o outro” para expressá-la. Lênin, que defende uma concepção de revolução oposta a essa, afirma revelarem os anarquistas uma

incompreensão do papel da ditadura do proletariado, [em] sonhos que nada têm de comum com o marxismo e que na realidade não servem senão para adiar a revolução socialista até que os homens venham a ser de outra essência. **Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje, não podendo dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os “contramestres”, nem os “guarda-livros”.** (LÊNIN, 1978, p. 61, Negrilo nosso.)

Lênin argumenta que seria utopia dos anarquistas destruir a máquina do Estado de imediato ou esperar uma mudança na essência dos homens para fazer a revolução, e ataca-os em nome de um realismo. É essa concepção que reside o utopismo anarquista para Lênin. A “subordinação” e o

“controle”, que estariam ligados à ideia do Estado socialista, realizariam não só a opressão contra a classe burguesa, inimiga do proletariado revolucionário; mas permitiria suprimir gradualmente o “Estado em geral”, produzindo as transformações para que o povo as absorva até que se tornem um reflexo dessas mudanças ocorridas antes no Estado. Lênin fala da necessidade, nesse período de transição, de uma subordinação à vanguarda do proletariado:

Mas, é à vanguarda armada de todos os explorados e trabalhadores, é ao proletariado, **que eles devem** subordinar-se. Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para outro, a substituir a “hierarquia” específica dos funcionários por simples cargos de “contramestres” e “guarda-livros”, cargos já agora inteiramente acessíveis à população urbana, dado o grau do seu desenvolvimento geral, e fáceis de desempenhar “mediante um salário de operário (LÊNIN, 1978, p.60, **negrito nosso**)

É à “vanguarda armada” que devem os homens obediência. A partir daí, segundo Lênin, deve-se de “um dia para o outro” substituir a “hierarquia” antiga (“funções especiais”) por “simples cargos”. A substituição parece se referir aos cargos intermediários da “hierarquia”, mantendo-se uma divisão entre mandatários e executores de tarefas simples, como aquelas já referidas pelo autor: de inscrição, de registro e de supervisão. Em vez de uma organização da “maioria” contra a “minoría”, vemos uma minoria, na figura da “vanguarda” - ora identificada com o proletariado, ora com o marxismo - contra a “maioria”, que são os “homens tais como são hoje”, e não a burguesia apenas. Sem contar que não há nenhuma menção ao que seriam as atividades e os cargos do poder central.

Organizemos a grande indústria, segundo os modelos que o capitalismo oferece. Organizemo-la nós mesmos, operários, seguros de nossa experiência operária, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder político dos trabalhadores armados; reduzamos os funcionários ao papel de simples executores da nossa vontade, responsáveis e amovíveis, ao papel de “contramestres” e “guarda-livros” modestamente pagos (conservando, evidentemente, os técnicos e especialistas de toda espécie e categoria); tal é a nossa tarefa proletária. Esse programa, aplicado na base da grande produção, acarreta por si mesmo o “definhamento” progressivo de todo o funcionalismo, o estabelecimento gradual de um regime inteiramente diferente da escravidão do assalariado, um regime onde as funções, cada vez mais simplificadas, de fiscalização e contabilidade, serão desempenhadas por todos, cada qual por seu turno, tornando-se depois um reflexo para, finalmente, desaparecer, na qualidade de funções *especiais* de uma categoria especial de indivíduos. (LÊNIN, 1978, p. 62)

Ao se colocar como “nós”, junto com os “operários”, Lênin prepara o terreno simbólico para identificar sua posição de “vanguarda” com a da própria classe, impondo-se, enquanto bolchevique, como legítimo representante do movimento revolucionário. Esta “vanguarda”- ou “nós operários” - organizará a grande produção sobre as bases da grande indústria capitalista, com uma “disciplina de

ferro, mantida pelo poder político dos trabalhadores armados” (Idem.); reduzindo os funcionários “ao papel de simples executores da nossa vontade”, produzindo algo como uma subordinação da burocracia ao poder dos trabalhadores, “conservando” os técnicos e especialistas de vários ramos. Ora, não é essa posição de Lênin oposta ao que Marx e Engels indicavam no prefácio do Manifesto Comunista, que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins”?

Para Lênin, tal programa seria a “ditadura do proletariado” aplicada à “grande produção”, o que por si mesmo levaria ao “*definhamento progressivo de todo o funcionalismo*”. O Estado seria o principal sujeito do “estabelecimento gradual” do socialismo, este definiria progressivamente até desaparecer como “funções especiais” de certos indivíduos. .

Se a visão anarquista é a de postergar a revolução, no sentido de esperar os homens serem de outra essência para que ocorra o definhamento do Estado, para Lênin ao contrário, trata-se de mudar a “essência” dos homens, através da aplicação da “disciplina de ferro” do “modelo” capitalista da grande indústria, até a sociedade se tornar um “reflexo” da “ditadura do proletariado” para então o Estado definir. A condução da produção dessa essência se daria através da ditadura do proletariado. Fica claro que o definhamento do Estado se dará num futuro indeterminado, e que este novo Estado definiria por si, quer dizer, não precisaria ser destruído. O papel da classe seria o de executora de tarefas desse programa, até se condicionar ao ponto de não precisar de um Estado que conduza suas próprias atividades. Assim, o “autogoverno dos produtores” se tornaria um produto do Estado definido.

O autor continua argumentando em favor de um modelo de organização socialista, utilizando ideias que ele data em 1870 (portanto de antes da Comuna de Paris), e afirma o “*correio*” como analogia para o modelo de instituição socialista:

Mais ou menos em 1870, um espirituoso social-democrata alemão considerava o *correio*³⁷ como um modelo de instituição socialista. Nada mais justo. Atualmente, o **correio é uma administração organizada, segundo o tipo de monopólio de Estado capitalista. O imperialismo transforma, a pouco e pouco, todos os trustes em organizações do mesmo tipo.** Os “simples” trabalhadores, famintos e sobrecarregados de trabalho, **continuam submetidos à burocracia burguesa. Mas o mecanismo da empresa social está pronto.** (LÊNIN, 1978, p.60)

37. Não conseguimos identificar quem seria esse “espirituoso social-democrata alemão” mencionado por Lênin.

Como organização do “tipo de monopólio de Estado *capitalista*” na fase imperialista do capital, estaria pronto o “mecanismo da empresa social”, mas submetido ainda à burocracia burguesa, mecanismo que não existia na Rússia.

Uma vez derrubados os capitalistas, uma vez quebrada, pela mão de ferro dos operários armados, a resistência dos seus exploradores, uma vez demolida a máquina burocrática do Estado atual, estaremos diante de um mecanismo admiravelmente aperfeiçoado, livre do “parasita”, (...) (LÊNIN, 1978, p.60)

A ideia de livrar-se do parasita, derrubando-o e mantendo-se o mecanismo administrativo, nos dá a entender que Lênin propõe uma troca de dirigentes, sendo esta a tarefa do proletariado diante dos trustes. O líder bolchevique abandona o sentido da organização Comunal, e, conseqüentemente, dos Sovietes, para um mecanismo já desenvolvido pelo Estado capitalista, de tipo monopolista de Estado. Na continuação da citação passada, ele separa a ação dos “trabalhadores unidos” e a execução de tarefas, dada aos técnicos, expondo melhor em que consistiria o “mecanismo admiravelmente aperfeiçoado”:

(...) os próprios trabalhadores, unidos, podem muito bem pôr em funcionamento [este mecanismo estatal e burocrático], contratando técnicos, contramestres e guarda-livros e pagando-lhes, a *todos*, pelo seu trabalho, como a *todos* os funcionários “públicos” em geral, um salário de operário. (LÊNIN, 1978, p.60)

Nesta administração, como vemos, caberia aos “trabalhadores unidos” contratar os técnicos e outros funcionários. Isto seria uma burocracia proletária? Os trabalhadores nesse caso seriam trabalhadores ainda? E quanto à ideia da simplificação das funções do Estado, que seriam realizadas por todos, trata-se de contratar técnicos? Talvez seja uma ideia de que os trabalhadores não possuem formação ou experiência para ocuparem tais atividades burocráticas. Segundo Lênin, “esta tarefa já foi iniciada praticamente, no domínio governamental, pela Comuna de Paris. Devemos levar em conta essa experiência” (LÊNIN, 1978, p.63). Ora, até aqui essas transformações levantadas por Lênin estavam dadas no âmbito político, situadas dentro da organização “governamental”, que uniria executivo e legislativo, e não na administração das empresas. O líder bolchevique vai de uma organização mais ampla, para uma organização dentro da fábrica ou da burocracia – um movimento de cima para baixo. Se no Estado a organização central deve ser ocupada pela “vanguarda” do proletariado, que deveria “dirigir” o projeto da transformação socialista do Estado e da sociedade, apoiada pelos trabalhadores, nas fábricas as funções administrativas ficariam a cargo dos técnicos

contratados. Ficamos com a impressão de que aos trabalhadores só restaria trabalhar, depois de contratados os técnicos.

Interessante notar que Gruppi, por exemplo, ao indicar uma transposição do centralismo do partido para o Estado, deixa a questão em aberto:

Assim, Lênin transfere ao Estado a noção de centralismo democrático, que se formou nele a partir de uma reflexão sobre o partido. Porém, passando para o Estado, a noção de centralismo se converte em outra coisa, diversa do que é no caso do partido, já que o Estado - na concepção de Lênin - deve ser fundado sobre um sistema de autonomias locais, mesmo sendo centralizado; deve ser algo que realiza sua unidade na medida em que torna efetiva e respeita a autodeterminação dos povos e das autonomias locais. De qualquer modo, é preciso refletir sobre as consequências que derivaram historicamente dessa transposição do critério do centralismo do partido para o Estado (GRUPPI, 1979, p.175-6)

Concordamos em parte com Gruppi, já que podemos constatar essa transposição do centralismo como já vimos, mas sobre a questão das autonomias locais já não podemos afirmar o mesmo. Lênin é centralista e vê como uma posição pequena-burguesa toda posição que refira-se as localidades.

Ao concluir sua crítica ao parlamentarismo, Lênin proclama a forma “monopólio de Estado capitalista” como base econômica. Se ele analisava as transformações realizadas pela Comuna de Paris no âmbito governamental, afirmando que se dava levar estas transformações para a economia, importante notar que o autor não leva mais em consideração as transformações da Comuna já que busca uma forma econômica estranha à experiência analisada :

Toda a vida econômica organizada à maneira do correio, na qual os técnicos, os fiscais e os guarda-livros, todos os funcionários, receberão um vencimento que não exceda o salário de um operário, sob a direção e o controle do proletariado armado – eis o nosso objetivo imediato. Eis o Estado, eis a base econômica de que necessitamos. Eis o que aniquilará o parlamentarismo, mantendo, no entanto, instituições representativas; eis o que fará dessas instituições, atualmente prostituídas à burguesia, instituições a serviço das classes laboriosas (LÊNIN, 1978, p. 63, negrito nosso)

Aqui, o sentido dado por Lênin ao fim do parlamento se apresenta de forma obscura, pois não diz quais “instituições representativas” são essas que serão “mantidas”. Observamos, ainda, concluindo seu pensamento ele afirma que tais instituições representativas estão “atualmente prostituídas pela burguesia”, o que dá a entender que se manteriam as mesmas “instituições representativas”, mas “a serviço das classes laboriosas”.

O correio é a forma política e produtiva do novo “Estado socialista”? Por quê? Quais instituições representativas se manteriam? Lênin direciona seu argumento ao “governo barato”,

destacado por Marx em *A Guerra Civil em França* como de interesse do campesinato, mas exclui de seu projeto os elementos inovadores que a experiência francesa dessa forma política criou: a constituição, o regime e a organização comunal - o poder direto e livre dos produtores.

Apesar de Lênin querer se identificar com Marx em suas teses gerais sobre o Estado e a Comuna, é importante levarmos em conta que os sentidos presentes na análise do próprio Marx são bem distantes dos expostos pelo autor em *O Estado e a Revolução*. .

Primeiro, em Marx a comuna aparece como uma “forma positiva” da república que aspirava ao fim da dominação de classe, e que foi proclamada pelos trabalhadores em 1848: a “república social”. Vejamos que Marx coloca essa aspiração da “república social” como vaga e a Comuna como forma política positiva dessa aspiração, não como a forma positiva de república em geral:

A antítese direta do Império era a Comuna. O brado de “República Social” com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não expressava senão a vaga aspiração de uma república que viesse não para suprimir a forma monárquica da dominação de classe, mas a dominação de classe ela mesma. A Comuna era a forma positiva dessa república. (MARX, 2011, p.56)

Neste momento, Marx expressa em outras palavras a concepção a que nos referimos no início deste texto, presente no prefácio 1872 do *Manifesto*, e que estaria contida na fórmula de que, na revolução, “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” . Encontramos também, já nessa citação acima, a diferença em relação à proposta de “conquista de democracia” contida no *Manifesto*, em que a república ou o Estado seria utilizado como arma contra a propriedade privada e na construção da nova organização sem classe. São duas concepções que Lênin confunde, pois afirma que o novo Estado seria uma sistemática conquista da democracia, concebendo o Estado como o principal instrumento e sujeito na revolução.

Se para Marx, como vimos, a Comuna é a “forma positiva” da “república social”, em que ela consiste, mais precisamente? Recordemos as características da Comuna, levantadas pelo autor . Livrando-se do “governo central”, foi formada por delegados municipais do próprio povo, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. Unindo o executivo e o legislativo, a “Comuna devia ser não um corpo parlamentar”, “mas um órgão de trabalho”. A Comuna, sendo a forma de organização do governo central e dos postos inferiores, deveria ser um órgão de trabalho subordinado aos trabalhadores. Muito diferente de Lênin, Marx continua seu argumento, mostrando o fundamento do governo central comunal, as funções públicas deixaram de ser propriedade privada do governo central. Não só a

administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado seria exercida pela Comuna, formada pelos conselhos municipais.

Marx completa, indicando que o “regime comunal”, como modelo, deveria ser expandido por toda a França, com a mudança do “governo centralizado” para o “autogoverno dos produtores” nas províncias.

A Comuna de Paris, é claro, devia servir como modelo para todos os grandes centros industriais da França. Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao autogoverno dos produtores. No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que a Comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente deveria ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. (...) (MARX, 2011, p. 57)

Além de ser o “autogoverno dos produtores”, a Comuna de Paris iniciou uma “organização nacional” de que as comunas seriam a “forma política” : “a Comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias do país”. Portanto, a “organização nacional” se daria pelo “autogoverno dos produtores”, ao qual “o antigo governo centralizado” deveria “ceder lugar”.

Marx continua a descrever este esboço de “organização nacional”:

Às comunidades rurais de cada distrito caberia administrar seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados com assento na cidade central do distrito, e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, sendo cada um desses delegados substituível a qualquer momento e vinculado por *mandat impératif* (instruções formais) de seus eleitores. (MARX, 2011, p. 57)

O mais importante a notar é que os agentes comunais, que realizam as atividades do governo central, são dependentes de seus eleitores ou da comuna que representam. Através do mandato imperativo, recebem “instruções formais” de sua assembleia. Esse tipo de informação acerca do domínio da comuna sobre a ação dos agentes comunais não vemos em Lênin.

As poucas, porém importantes, funções que ainda restariam para um governo central não seriam suprimidas, como se divulgou caluniosamente, mas desempenhadas por agentes comunais e, portanto, responsáveis. **A unidade da nação não seria quebrada, mas, ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, da qual ele não passava de uma excrescência parasitária.** (MARX, 2011, p. 57)

Lênin não fala sobre a organização da unidade da nação por meio da “constituição comunal”.

Continua Marx contra o poder estatal:

Ao passo que os órgãos meramente repressivos do velho poder estatal deveriam ser amputados, suas funções legítimas seriam arrancadas a uma autoridade que usurpava à sociedade uma posição preeminente e restituídas aos agentes responsáveis dessa sociedade. (MARX, 2011, p. 57)

Assim, a Comuna transforma por completo o sentido do sufrágio universal:

Em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante que irão atrair o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio. (MARX, 2011, p. 57)

Diferentemente de Lênin, a crítica de Marx ao “parlamentarismo” é uma crítica das instituições e da representação livre, e não simplesmente de uma forma de atuação dentro e diante do parlamento. Não se trata de mudança de atuação em relação ao parlamento ou do poder central, mas de sua dissolução e da constituição do povo em comunas; nessa forma de organização, o voto serviria ao povo para escolher os melhores indivíduos para realizar as funções de agentes comunais. Para expressar essa ideia, Marx utiliza-se da imagem do empregador que com seu interesse e poder realiza a escolha do melhor trabalhador para a função específica, como ao mesmo tempo sabe a hora de trocá-lo. A associação metafórica de Marx, entre a escolha dos agentes comunais pelo povo e a situação do empregador que escolhe um trabalhador, em Lênin se torna algo concreto. A sociedade, para ele, deve se organizar como uma empresa, com disciplina rígida. Para Marx, trata-se da escolha das melhores pessoas por elas mesmas para realizarem as atividades públicas, que seriam determinadas previamente em assembleia. O mandato imperativo, apenas citado por Lênin, é aqui um aspecto central não descolado do sentido do sufrágio universal da Comuna. Continua Marx sobre o sufrágio:

E é um fato bem conhecido que empresas, como se fossem indivíduos, em se tratando de negócios reais geralmente sabem colocar o homem certo no lugar certo, e se nessa escolha alguma vez cometem um erro, sabem repará-lo com presteza. Por outro lado, nada podia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica. (MARX, 2011, p.58)

O sufrágio seria utilizado pelos indivíduos para escolherem, dentro de cada comuna, os responsáveis pelas suas “funções legítimas”. Marx, por diversas vezes ressalta a origem dos representantes comunais e, com estes, de sua organização central, e afirma categoricamente que esse

tipo de organização é o oposto de uma “investidura hierárquica”. Portanto, a organização comunal, sendo ao mesmo tempo executivo e legislativo, se daria nas diversas instâncias que formariam os delegados de mandato imperativo, os quais, comporiam os órgãos intercomunais. O poder central existiria apenas para atividades formais de delegados dessas mesmas organizações.

Em Lênin, percebemos uma exaltação do poder executivo, em contraposição ao parlamento, ao mesmo tempo em que o autor não demonstra a forma de constituição do poder central e não considera seu controle pela Comuna. Parte para a defesa de outro tipo de organização, como o correio ou uma empresa, formas capitalistas de organização social que não se encontram nos soviets, na Comuna ou em projetos de Marx. O comunista alemão concordava com a destruição do Estado e isso como uma condição de qualquer revolução; mas diferentemente de Marx, Lênin afirma a destruição só do Estado existente, defendendo, ao mesmo tempo, a constituição de um outro Estado, que não se assemelha às formas comunais, assume formas preponderantes no capitalismo e que teria como dirigente a vanguarda do proletariado.

Prosseguindo em sua argumentação, Lênin usa a experiência de 1871 também para fundamentar o seu tratamento da questão da unidade nacional. É com uma citação de Marx que o autor inicia a exposição dos seus argumentos em torno dessa questão :

Num esboço de organização nacional que a Assembleia parisiense, toda entregue às necessidades da luta, não teve tempo de desenvolver, determinou-se que a Comuna deveria ser a forma política de todas as aldeias, mesmo as menores... (MARX apud LÊNIN, 1978, p. 63)

A Comuna possuiria uma delegação nacional que teria a “forma política” de todas as organizações, delegação que realizaria as poucas funções que caberiam a um poder central. Como tratamos acima, Marx deixa claro que a organização nacional se estruturaria pela constituição comunal, que se realizaria com o fim do poder central. Importante perceber que, na citação que faz, Lênin exclui justamente o início do parágrafo, em que Marx diz:

A Comuna de Paris, é claro, devia servir como modelo para todos os grandes centros industriais da França. Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao autogoverno dos produtores. (...) (MARX, 2011, p.57)

Não somente há no texto de Marx uma exposição clara contra o “antigo governo centralizado”, como também nele existe uma afirmação de que este cederia lugar ao “autogoverno dos produtores”

nas províncias. Lênin, dando ênfase ao “governo central”, exclui de seu projeto o conteúdo referente ao “autogoverno” e a suas qualidades reais.

O líder soviético, mesmo afirmando que a “delegação nacional” seria eleita pelas “comunas”, não desenvolve mais nada sobre as considerações de Marx referentes à Comuna de Paris. Utiliza esta citação de Marx para defendê-lo e para fundamentar sua crítica a posição dos sociais-democratas:

As funções, pouco numerosas, mas muito importantes, que ainda restariam para um governo central, não seriam suprimidas, como se disse erroneamente, mas, sim, preenchidas por agentes comunais e, por conseguinte, rigorosamente responsáveis.

A unidade da nação não devia ser destruída, mas, ao contrário, organizada, segundo a constituição comunal, e tornar-se uma realidade pela destruição do poder central, que pretendia ser a encarnação mesma dessa unidade, independente da nação – da qual é apenas uma excrescência parasitária – e a ela superior. Ao mesmo tempo que se amputavam os órgãos puramente repressivos do velho poder governamental, arrancavam-se a uma autoridade que usurpava a preeminência e se colocava acima da sociedade as suas funções úteis, para as entregar aos agentes responsáveis da própria sociedade. (MARX apud LÊNIN, p. 64)

Lênin, sem deduzir nada sobre tais considerações de Marx sobre o governo central, passa logo a criticar a interpretação que delas faz Bernstein,, como se ele próprio se identificasse com a posição de Marx, como se este estivesse endossando sua argumentação. A forma pela qual se dá efetivamente a constituição do “poder central”, tal como é descrita por Marx, não é de interesse de Lênin, que se permite a não defini-la .

A forma com que Lênin critica Bernstein mostra o entendimento que tem o líder russo da análise de Marx acerca da representação política. Vejamos essa crítica.

Para o líder bolchevique, os “oportunistas” seus contemporâneos, principalmente Bernstein, com a obra *Socialismo Teórico e Social-Democracia Prática*, confundem as propostas políticas de Marx com o Federalismo de Proudhon. A dissolução dos Estados modernos e sua transformação completa, enquanto objetivos da social-democracia, tornar-se-iam uma dúvida para Bernstein. A forma pela qual Lênin se refere a Bernstein, destacando a realização dessa equivalência entre os pensamentos de Marx e de Proudhon, pretende situar o posicionamento do alemão dentro da oposição entre “centralismo” e “federalismo”. Escreve Lênin contra Bernstein, apresentando-o como um defensor do ponto de vista pequeno-burguês, que só dá importância às municipalidades, em contraposição ao governo central, na revolução:

Sem dúvida, continua Bernstein, a importância das municipalidades aumenta, mas “parece-me duvidoso que o primeiro objetivo da democracia seja a dissolução (auflösung) dos Estados modernos e uma metamorfose (Umwandlung) tão completa de sua estrutura como a imaginam Marx e Proudhon: formação de uma assembleia nacional de delegados das assembleias estaduais ou municipais, que, por sua vez, se comporiam de delegados das comunas, de sorte que as representações nacionais, na sua forma atual, desapareceriam por completo” (BERNSTEIN *apud* LENIN, p. 64-5)

Se Marx é semelhante a Proudhon, ou se a transformação levada a cabo pela Comuna de Paris pode ser semelhante ao federalismo, não é o que deve ser tratado neste momento, e sim a avaliação de Bernstein sobre o Estado no processo revolucionário. Independentemente do fato de que Bernstein não concordava com Marx, não encontramos a oposição entre “centralismo” e federalismo apontada por Lênin, como veremos à frente. A demonstração de Bernstein das relações Marx-Proudhon sobre as mudanças no interior do Estado são, de forma geral, muito parecida mesmo. Lênin vocifera contra a mera associação de Marx com Proudhon, juntamente com o ponto de vista por ele considerado pequeno-burguês:

É simplesmente monstruoso! Assimilar ideias de Marx sobre o aniquilamento do poder do Estado “parasita” com o federalismo de Proudhon! Mas, isso não se dá por inadvertência, pois nem mesmo ocorre à ideia do oportunista que Marx trata aqui, não do federalismo em oposição ao centralismo, mas sim da demolição da velha máquina do Estado burguesa existente em todos os países burgueses.

O oportunista não pode fazer ideia senão do que vê em torno de si, no seu meio burguês de estagnação “reformista”, como sejam as “municipalidades”! Quanto à revolução do proletariado, ele já nem pensa nisso. (LÊNIN, 1978, p. 65)

Avaliamos como equivocado este ataque de Lênin, quando afirma que Bernstein só enxerga a municipalidade. Na verdade é Lênin que só quer ver o governo central. Se observarmos os argumentos de Bernstein por nós mesmos, veremos que ele enxerga bem mais que as “municipalidades”, afirmando até a necessidade de um governo central diante da descentralização do poder que caracterizou a revolução de 1871 na França.

Bernstein, em seu livro *Socialismo Evolucionário* (1997), faz realmente uma comparação de Marx com Proudhon. Em sua visão, o *Manifesto* já estava fora de moda. A proposta política do *Manifesto Comunista* seria expressão do “terror” e da revolução de 1789, assim como o blanquismo, com sua concepção da tomada do poder por um grupo de militantes organizados para implantar a democracia dos trabalhadores e oprimidos. Afirma Bernstein que há duas formas de se conceber a tomada do poder: “pela via da luta parlamentar, mudando o direito de voto no sentido que se pretende,

ou pela via da força, ou seja, por meio da revolução”, embora Marx e Engels concebesse a última como inevitável (BERNSTEIN, 1997, p. 90).

Bernstein faz uma comparação do “conteúdo político” de um trecho de *A Guerra Civil em França* de Marx com um trecho de “*Capacidades políticas das classes operárias*” de Proudhon, e vemos que realmente são muitos parecidos, mas o autor não expõe o motivo da comparação. Reforça a semelhança pela autonomia das localidades, o “princípio municipal do liberalismo burguês”, ressaltando que os deveres e as funções que as municipalidades passariam a ocupar na emancipação social aumentariam com o desenvolvimento da “sociedade moderna”.

Parece-me duvidoso que fosse necessário à democracia ter como sua primeira tarefa provocar tal dissolução do sistema do Estado moderno e a completa transformação da sua organização, como Marx e Proudhon a descreveram (a formação da assembleia nacional à base de delegados das assembleias provinciais e distritais, que por seu turno eram compostas de delegados das municipalidades), de maneira que a forma que as assembleias nacionais tomaram anteriormente tenha de ser abolida. A evolução deu vida a imensos organismos e instituições corporativas, cuja esfera de ação ultrapassou em importância o controle das municipalidades, e até dos distritos e províncias, e cuja atividade seria impossível acompanhar sem o controle de um governo central, a menos que a sua organização fosse previamente transformada. A soberania absoluta do município etc. não é aliás um ideal para mim. (...) Daí resulta que uma assembleia em que o interesse nacional, não provincial ou local, esteja acima de tudo ou seja o primeiro dever dos representantes, me parece indispensável, especialmente numa época de transição. Mas, além disso, essas outras assembleias e órgãos representativos atingirão uma importância ainda maior, que se refletirá, com revolução ou sem ela, numa limitação constante dos poderes das assembleias centrais e, daí, ficará também limitado o perigo que essas assembleias ou autoridades centrais pudessem representar para a democracia. Nos países avançados, tal perigo já é diminuto (BERNSTEIN, 1997, p.123)

Segundo Bernstein, Marx e Proudhon se assemelham em seu “conteúdo político” no liberalismo³⁸, e essa seria a principal bandeira dos trabalhadores: o “princípio de municipalidade do liberalismo”, que é sempre baseado na autonomia. De fato, é possível constatar esse peso da municipalidade no processo revolucionário nas formulações Marx e Proudhon. Por mais equivocado que esteja Bernstein em sua concepção socialista sobre a democracia ou até mesmo em sua leitura crítica de Marx, ele tem razão, quando afirma que Marx e Proudhon descreveram uma “transformação” do Estado moderno que acabaria com a forma de representação conhecida hoje. Entretanto, diferentemente do que afirma o autor, Marx não defendia esse princípio da municipalidade do liberalismo como a primeira tarefa a ser realizada “pela democracia”. O discurso de Bernstein, recai sobre o debate da divisão de poderes e também sobre a transformação da forma da assembleia nacional, que para ele seria indispensável que estivesse acima das municipalidades.

38 Como nos referimos anteriormente, Bernstein concebia o socialismo como herdeiro do liberalismo.

Portanto, tal “oportunista” não via só as “municipalidades”, como acusa Lênin. Na citação que ele faz, Bernstein realmente não concorda com Marx, mas parece que compreendeu e não negligenciou a proposta desenvolvida e descrita por ele quando afirma: “as representações nacionais, na sua forma atual, desapareceriam por completo” (BERNSTEIN *apud* LENIN, p. 64-5).

Prosseguindo com a exposição da teoria do definhamento do Estado de Marx e a do federalismo proudhoniano, Lênin escreve: “Marx trata aqui, não do federalismo em oposição ao centralismo, mas sim da demolição da velha máquina de Estado burguesa existente em todos os países burgueses”. E continua: “não há uma sombra de federalismo” na análise de Marx sobre a Comuna. “Marx afasta-se de Proudhon justamente ali onde Bernstein os vê em acordo. Marx está de acordo com Proudhon no fato de ambos serem pela ‘demolição’ da máquina **contemporânea** do Estado.” (LÊNIN, 1978, p.66). Contrariando a própria afirmação, contra Bernstein, sua argumentação não vai além da oposição entre o centralismo e o federalismo, ao mostrar Marx oposto a Proudhon. Mas segundo Lênin: “Bernstein não concebe um centralismo voluntário, uma união voluntária das comunas em nação, (...) com o fito de destruir a dominação burguesa e máquina de Estado burguesa.”(LÊNIN, 1987, p. 66-7). Realmente, Bernstein não vê os dois autores dessa forma, mas também não nega o poder central. Vejamos o argumento de Lênin contra a dualidade centralismo/federalismo:

Marx afasta-se, ao mesmo tempo, de Proudhon e Bakunine precisamente na questão do federalismo (**não falando na ditadura do proletariado**). O federalismo deriva, em princípio, do ponto de vista pequeno-burguês do anarquismo. Marx é centralista, e, em todas as passagens dele citadas, não se pode encontrar infidelidade ao centralismo. Só as pessoas imbuídas de uma “fé supersticiosa” no Estado é que podem tomar a destruição da máquina burguesa como destruição do centralismo.

Ora, se o proletariado e os camponeses mais pobres se apossam do poder político, organizando-se livremente em comum e coordenando a ação de todas as comunas para ferir o Capital, destruir a resistência dos capitalistas, restituir a toda a nação, à sociedade inteira, a propriedade privada das estradas de ferro, das fábricas, das terras, etc., não será isso centralismo? Não será isso o centralismo democrático mais lógico e, ainda melhor, um centralismo proletário? (LÊNIN, 1987, p. 67)

A afirmação de que Marx era centralista é um grande problema, pois, como vimos anteriormente, em Marx a “organização nacional” se realizaria com o fim do “antigo poder central”. Lênin vê “precisamente na questão do federalismo” a oposição de Marx a Bakunin e Proudhon. Segundo Lênin, os oportunistas é que tomariam a destruição do Estado como a destruição do centralismo, e por isso o líder bolchevique fala de um “centralismo proletário” ou de um “centralismo democrático”, para opor ao “centralismo burguês” e ao federalismo anarquista. Ao afirmar que o proletariado se apossaria do poder político “organizando-se livremente em comum e coordenando a

ação de todas as comunas para ferir o Capital, destruir a resistência dos capitalistas, restituir toda a nação”, Lênin enviesa as teorizações sobre o Estado expostas por Marx em *A guerra civil em França* e cria um “centralismo proletário”. Lênin vê um “centralismo proletário” na organização central da Comuna, tal como descrita por Marx, mas esse poder central, na exposição feita pelo filósofo alemão, como já demonstramos, está totalmente dependente das comunas, de onde emergem os seus agentes; está portanto, sob o “regime comunal”, forma política constituída de baixo para cima.

Lênin continua, como que tentando forçar uma interpretação sobre a experiência da Comuna de Paris, dizendo que Marx

acentua que é cometer conscientemente uma fraude acusar a Comuna de ter querido destruir a unidade da nação e suprimir o poder central. Marx emprega intencionalmente esta expressão: “organizar a unidade da nação”, para opor o centralismo proletário, consciente, democrático, ao centralismo burguês, militar, burocrático. (LÊNIN, 1978, p. 67)

É real esta acusação de Marx à “hipercentralização” – expressão de Marx – mas essa é enviesada por Lênin quando a associa à defesa de um “centralismo proletário”. Não há um “centralismo proletário” em Marx, há uma necessidade de uma organização nacional, que é feita sob o “regime comunal”.

Marx especifica o sentido da forma política da Comuna historicamente:

Assim, essa nova Comuna, que destrói o poder estatal moderno, foi erroneamente tomada por uma reprodução das comunas medievais, que precederam esse poder estatal e depois converteram-se em seu substrato. O **regime comunal** foi confundido com uma tentativa de fragmentar em uma federação de pequenos Estados, como sonhavam Montesquieu* e os girondinos**, aquela unidade das grandes nações que, se originalmente fora instaurada pela violência, tornava-se agora um poderoso coeficiente da produção social. **O antagonismo da Comuna com o poder do Estado foi erroneamente considerado uma forma exagerada da velha luta contra a hipercentralização. (...) O regime comunal teria restaurado ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo parasita estatal, que se alimenta da sociedade e obstrui seu livre movimento.** Esse único ato bastaria para iniciar a regeneração da França. (...) **A própria existência da Comuna implicava, como algo patente, a autonomia municipal, porém não mais como contrapeso a um agora supérfluo poder estatal. (...)**A Comuna tornou realidade o lema das revoluções burguesas – o governo barato – ao destruir as duas maiores fontes de gastos: o exército permanente e o funcionalismo estatal. Sua própria existência pressupunha a inexistência da monarquia, que, ao menos na Europa, é o suporte normal e o véu indispensável da dominação de classe. **A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. Mas nem o governo barato nem a “verdadeira República” constituíam sua finalidade última. Eles eram apenas suas conseqüências.** (MARX, 2011, p.58-9)

Marx é claro ao falar sobre o “regime comunal”; não era “a verdadeira república” o fim da Comuna; ela foi, antes, uma de suas “suas consequências”. Observemos o adjetivo “supérfluo” que Marx utiliza para se referir ao Estado, quando menciona a “autonomia das municipalidades”, mas não mais como um contrapeso existente diante de um governo central, como quer a visão liberal sobre a divisão dos poderes. O “livre movimento”, a reincorporação pelo “corpo social” das suas próprias forças sociais usurpadas pelo Estado e a “autonomia” das municipalidades, estas eram as consequências da Comuna, segundo Marx.

Lênin não debate a afirmação de Marx acerca da supressão do poder central, dando um outro sentido para a ideia de destruição do Estado. Observa o autor, ao citar vários termos que Marx emprega em seu tratamento negativo sobre o Estado, e sua posição frente à experiência da Comuna de Paris,

“Destruição do poder central”, essa “excrecência parasitária”, “amputação”, “demolição” desse poder central, “tornado agora supérfluo” - eis em que termos Marx fala do Estado, julgando e analisando a experiência da Comuna.

Há cerca de cinquenta anos que tudo isso foi escrito, e agora é quase necessário proceder a escavações para redescobrir e apresentar à consciência das massas esse marxismo genuíno. As conclusões tiradas por Marx da última grande revolução de seu tempo foram esquecidas justamente no momento das grandes revoluções modernas do proletariado. (LÊNIN, 1978, p. 68).

Neste momento, Lênin traz as expressões de Marx contra o poder central e estatal, depois de já desenvolvido um grande percurso em que, como vimos, enviesa as elaborações deste autor. As expressões negativas destacadas como termos com que Marx se refere ao Estado se ligam a variados momentos de reflexão nos textos, os quais Lênin não parece diferenciar, pois lhe interessa defender apenas a tese da destruição prévia do Estado.

Afirma o autor que os ensinamentos de Marx foram esquecidos justamente no momento das “grandes revoluções modernas do proletariado”, e prossegue citando o comunista alemão:

A multiplicidade de interesses que nela [na Comuna] encontraram expressão provam que foi uma forma política expansiva quando as formas anteriores eram expressamente repressivas; era ela, acima de tudo, um *governo da classe operária*; o resultado da luta entre a classe que produz e a classe que açambarca o produto desta; a forma política, enfim encontrada, sob a qual era possível realizar-se a emancipação do trabalho.

Sem essa última condição, a constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. (MARX apud LÊNIN, 1978, p. 68)

Os termos de Marx são claros. Mas “uma forma política expansiva” contra “as formas anteriores” que eram “expressamente repressivas”, não aparece na apreciação de Lênin para um governo da classe operária. Prossegue o autor, dizendo que enquanto os utópicos pesquisam as formas políticas para a transformação socialista, os oportunistas contemporâneos aceitam as formas democráticas do Estado burguês e taxam como anarquismo toda tentativa de destruir o Estado; quanto aos anarquistas, estes se afastariam da “questão das formas políticas em geral” (LÊNIN, p.69). Esta afirmação sobre os anarquistas causa estranheza, pois Lênin mesmo relaciona Proudhon com o anarquismo e o federalismo, que ele considera como um ponto de vista de pequeno burguês, o que significaria que o anarquismo conteria sim uma preocupação quanto à questão das “formas políticas em geral”. O que se percebe é que Lênin utiliza essa citação para atacar as diversas correntes do movimento revolucionário e comunista, e não para explorar o sentido de “uma forma política expansiva” nos termos de Marx.

Lênin, concluindo o capítulo de *O Estado e a revolução* dedicado à Comuna de Paris, e propondo uma síntese do seu percurso pelas obras de Marx, afirma que:

De toda a história do socialismo e da luta política, Marx concluiu que o Estado está condenado a desaparecer, e que a forma transitória do Estado em vias de desaparecimento, a forma de transição do Estado para a ausência de Estado, será o “proletariado organizado como classe dominante. Quanto às *formas políticas* do futuro, Marx não se aventurou a *descobri-las*. Limitou-se à observação exata, à análise da história francesa e à conclusão que sobressaía do ano de 1851, isto é, que caminhamos para a destruição da máquina de Estado burguesa.

Quando o movimento revolucionário do proletariado surgiu em grande escala, apesar do seu insucesso, de sua efêmera existência e de sua espantosa fraqueza, Marx pôs-se a estudar as formas políticas que se tinham *revelado*.

A Comuna, tal é a forma, “enfim encontrada” pela revolução proletária, sob a qual se efetuará a emancipação econômica do trabalho.

A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária para *demolir* a máquina de Estado burguesa; é a forma política, “enfim encontrada”, que pode e deve *substituir* o que foi demolido.

Mais adiante, veremos que as revoluções russas de 1905 e 1917, num quadro diferente e em outras condições, não fazem senão continuar a obra da Comuna, confirmando a genial análise histórica de Marx. (LÊNIN, 1978, p. 69)

Lênin expõe como conclusão o que é projeto dele, defendendo, com o recurso a enviesamentos dos textos de Marx sobre o Estado as seguintes ideias: 1) O Estado está condenado a desaparecer; 2) a “forma de transição do Estado” é o proletariado organizado como classe dominante. 3) As “formas políticas do futuro, Marx não se aventurou a *descobri-las*” este ponto é o mais conflitante com Marx, já que Lênin desenvolve um grande argumento sobre as formas políticas, a democracia, a Comuna, mas não sobre o “regime comunal”.

Conclusão

A análise das polêmicas da social-democracia e da Segunda Internacional, demonstrou que havia duas propostas inconciliáveis de socialismo entre reforma e revolução. *O Estado e a revolução* surge num momento de radicalização da revolução russa e de falência da Segunda Internacional. Nessa obra, Lênin apresenta uma crítica aos revisionistas e reformistas, como também à ortodoxia marxista e ao próprio partido bolchevique, principalmente às suas concepções de Estado e de revolução. Afirma, em contraposição a essas concepções, a necessidade de destruição do Estado, com a tomada do poder por meio da violência revolucionária, e o estabelecimento da “ditadura do proletariado”.

O Estado e a revolução marca o rompimento de Lênin, no que tange ao nosso tema, com a ortodoxia marxista representada por Kaustky, da qual foi adepto até 1914. A análise demonstrou que a obra é fruto da radicalização teórica do nosso autor também dentro do cenário russo, sendo possível pela incorporação das ideias de Bukhárin, inicialmente por ele julgadas semianárquicas. Os dois bolcheviques almejavam realizar uma crítica política radical à segunda internacional e à social-democracia, resgatando as concepções de Marx sobre o Estado, sendo que essa inflexão no pensamento de Lênin demonstrou a sua vinculação à ortodoxia marxista social-democrata.

Como observamos no primeiro capítulo, há vários sentidos atribuídos ao livro *O Estado e a revolução*. Entre os autores que trabalhamos, todos concordam com as afirmações do parágrafo acima. Reiman afirma que o livro aparece como “ponto de chegada” do desenvolvimento coerente da radicalização representada pelas *Teses de Abril*, e como justificativa para a necessidade da revolução “violenta” (tomada do poder e destruição do governo provisório). Getzler já observa uma continuação da posição política de Lênin segundo a qual o partido bolchevique deveria se isolar em relação aos oportunistas, tomar o poder e conduzir o país à Comuna. Ao contrário, Bertelli sustenta que Lênin defende posições diferentes nas *Teses* em relação às encontradas no livro; não vê uma continuidade entre as duas obras, argumentando que as posições de Lênin sobre a destruição do Estado não se encontram nas *Teses de Abril* e nem em seus escritos posteriores, em que assumiria, segundo Bertelli, a teoria da transição do capitalismo de Estado sob o poder soviético. Uma posição diferente encontramos em Gruppi, em que afirma que o líder soviético não enfrenta as questões relacionadas ao capitalismo de Estado ou à fase imperialista, ficando em aberto a questão da transposição do centralismo partidário para sua concepção de Estado.

Concordamos com os trabalhos apresentados, exceto, em parte, com as considerações de Bertelli. A análise de Anweiler(1975) em seu trabalho sobre os Sovietes nos permite ultrapassar um

aspecto problemático que encontramos em Bertelli, na sua forma de análise que tenta deslocar a obra do pensamento e da prática do autor, ao afirmar que Lênin abandona as teses de *O Estado e a revolução* e de que não há nela os princípios do capitalismo de Estado. Com Anweiler, podemos até situar a obra de Lênin no desenvolvimento histórico da revolução russa, relacioná-la ao protagonismo dos bolcheviques e do autor em relação aos soviets, tanto no momento da escrita quanto no da publicação de *O Estado e a revolução*. Anweiler considera essa obra como “utópica”. Nela, Lênin teria motivações táticas, avaliando os soviets como a única mediação para a destruição do governo provisório e também como o caminho possível para os bolcheviques tomarem o poder. Haveria, na obra, uma antinomia insuperável entre o monopólio estatal e o princípio comunal de autogestão. Lênin incorporaria os soviets em um plano de ação, e não num plano estrutural da nova sociedade (ANWEILER, 1975, p169-170).

Observamos em nossa análise que há problemas na crítica apresentada em *O Estado e a revolução*, e principalmente na forma pela qual Lênin expõe a questão central de seu livro: a formulação de Marx de que não basta que a classe trabalhadora se apodere do Estado para servir aos seus próprios fins.

Em sua exposição, o autor faz enviesamentos das reflexões de Marx sobre a Comuna de Paris e sobre a questão do Estado em passagem importante do prefácio de 1872 do *Manifesto Comunista*. O líder bolchevique organiza os textos de Marx que tratam a questão do Estado apenas com elementos de uma linha de continuidade, projetando suas ideias como se fossem do próprio Marx, ligando as referências e citações de modo a dar respaldo teórico marxista ao seu principal objetivo político, isto é, a destruição do governo provisório por meio dos soviets.

Lênin insere a questão da destruição do Estado como parte do encadeamento lógico no *Manifesto Comunista*. Para ele, o Estado burguês é que deveria ser destruído, para ser substituído por outro, a ser construído imediatamente. O novo Estado supostamente definiria, o que mostra a influência do evolucionismo de Kautsky. Tal referência à construção de um outro Estado não encontramos em Marx.

Lênin faz uma leitura que considera como insuficiências da própria realidade ou da experiência do proletariado enquanto classe a circunstância de Marx não deduzir, de suas reflexões, certas concepções, como a ideia de destruir o Estado, em 1848. Para nosso autor, em Marx a questão do Estado na revolução passaria por uma transformação de “abstrata”, no *Manifesto*, para “concreta” n’*O 18 Brumário*. Da mesma forma, as “respostas” formuladas por Marx para essa questão, de 1848 para 1852, também passariam de abstratas para concretas. Afirmamos, em oposição a Lênin, que os meios

da revolução social eram bem definidos em 1848 no *Manifesto*: ações despóticas contra a propriedade privada dos meios de produção. Demonstramos que esse autor lê equivocadamente *O 18 Brumário* como um texto em que Marx apresentaria os meios concretos para a realização da organização do proletariado como classe dominante com a destruição do Estado.

Observamos que Lênin considera a Comuna de Paris, ligando-a às concepções expressas por Marx em 1848. Ele não aprecia a forma política criada pelo próprio proletariado, a Comuna, como a própria destruição do Estado, mas como um meio para tomar o poder. Seu antiestatismo se limita ao Estado burguês, e indiretamente abandona o ideal comunal, defendendo o “correio”, ou a organização do capitalismo de Estado, como a forma política para a ditadura do proletariado.

Na Comuna como expressão política da revolução social dos trabalhadores, suas reformas ou decretos só poderiam ser realizados com a decisão dos trabalhadores, empenhados em mudar as relações sociais no sentido do “autogoverno”. Em formulações dissonantes em relação a essa experiência, Lênin propõe o “correio” como uma forma socialista de empresa social, e defende uma concepção vanguardista de partido para o Estado-Comuna. Isso é algo totalmente estranho à forma política encontrada pela comuna e à própria interpretação de Marx a respeito dela. Para Marx, a Comuna acabaria com o governo centralizado, criando o “autogoverno dos produtores”, organizando a nação pelo regime comunal; o governo central existiria, não mais como um contrapeso do governo municipal, mas para atividades formais. Vários elementos da democracia comunal expostos por Marx são mencionados por Lênin, mas, como observamos, além de defender uma organização centralizada, ele afirma que Marx é centralista. O mandato imperativo seria a modalidade de representação comunal, em que os agentes comunais, que realizam as atividades do governo central, são dependentes de seus eleitores ou da comuna que representam. Através do mandato imperativo, os agentes recebem “instruções formais” de sua assembleia. Esse tipo de informação acerca do domínio da comuna sobre a ação dos seus agentes não vemos em Lênin. Em sua leitura, o líder soviético exalta mais o executivo do que o legislativo, realiza sua crítica ao parlamentarismo. Afirmando ainda que os trabalhadores em conjunto poderiam contratar técnicos e colocar em funcionamento a administração estatal, estendendo as transformações políticas da Comuna para a economia; o que faz parecer que, além da escolha dos técnicos, caberiam aos trabalhadores apenas o trabalho.

A reflexão de Lênin é politicamente direcionada para as disputas e polêmicas no interior do movimento revolucionário internacional, o que marca sua argumentação em muitos aspectos, por exemplo, quando expõe argumentos com formulações às vezes injustas, no sentido de degradar a imagem de outros líderes e partidos políticos, na tentativa de estabelecer outra ortodoxia marxista. As

necessárias críticas de Lênin aos social-democratas e ao marxismo dominante de sua época, e a sua retomada da “questão” do Estado, tanto diante da realidade russa e da Segunda Internacional, quanto das chamadas “lições” do marxismo que foram desenvolvidas na social-democracia, foram importantes e ousadas para a época, e fundamentais para a revolução bolchevique. Não constituíram uma reflexão sobre o que foi a Comuna de Paris de fato ou, ainda, sobre essa experiência aos olhos de Marx.

Reconhecida a importância das críticas de Lênin e da sua retomada da questão do Estado, somente poderemos ver o que elas realmente significam, com suas consequências políticas, através da experiência histórica da URSS e do movimento revolucionário na Alemanha. Percebemos a necessidade de um aprofundamento do estudo do contexto histórico russo, principalmente a relação de Lênin com os soviets. Encontramos apenas uma fonte que trabalha realmente a questão dos soviets. Essa obra nos levanta questionamentos e dúvidas a respeito da real relação do soviets com o bolchevismo, como do objetivo político de sua publicação em 1918 e até mesmo sobre a construção do Estado-soviético. Tais problemas abrem portas para trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

ARATO, A. A antinomia do marxismo clássico: marxismo e filosofia. Org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 4; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Ed. Afrontamento. 1976.

ANDREUCCI, F, A difusão e a vulgarização do marxismo. In Org. Hobsbawm, E.. *História do Marxismo*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANWEILER, O. *Los Sovietes en Rusia 1905-1917*; Madri: Ed. Zero, 1975.

BERTELLI, A. R. Lênin e a transição para o socialismo; *Rev. Novos Rumos*, n.44, São Paulo: UNESP, 2005.

BERNSTEIN, E. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.

BIANCHI, Álvaro. *Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a04n70.pdf>> Acesso em 2 de outubro de 2014.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

CLAUDIN, F; A crise do movimento comunista. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política 1888-1938*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

COUTINHO, C.N.; *MARXISMO E POLÍTICA*. A atualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

- DIAS, R.B.; As esquerdas e as ortodoxias marxistas. Maringá: EDUEM, 2008.
- DEO, A; MAZZEO, A.C.; DEL ROIO, M.; Lenin: teoria e prática revolucionária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada de do estado*. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.
- _____. *Anti-During*. São Paulo: Paz e terra, 1990.
- FERNANDES, Florestan (org.) *Lenin*. Trad. Carlos Rizzi. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- FETSCHER, I. Bernstein e o desafio a ortodoxia. In *História do Marxismo*, Vol. Org. Hobsbwam1; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo e Revisionismo - la crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. México: Ed. Grijalbo. 1975.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- HOBSBAWM, E.; A cultura e o marxismo entre o século XIX e o Séc. XX. In *História do Marxismo*, Vol. Org. Hobsbwam1; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GETZLER, I.; Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. org. Hobsbawm E.; *História do Marxismo*, Vol. 5; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____.; Martov e os mencheviques antes e depois da revolução. Org Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 5; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- _____.; Gueorgui V. Plekhânov: a danação da ortodoxia. Org. Hobsbwam, E.; *História do Marxismo*, Vol. 3; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JOHNSTONE, M.; Lênin e a revolução. Org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 5; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KAUTSKY, Karl; *El camino del poder*; Barcelona: Ed. Fontamara, 1979.
- KOLAKOWSKI, L.; Las principales corrientes del marxismo: II La edad de oro. Madri: Ed. Alianza, 1982.
- KRIEGEL, A. *Las internacionales obreras (1864-1943)*. Ed. Orbis, 1986.
- LÊNIN, V.I.; *O Estado e a Revolução – O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*; São Paulo: Ed. Hucitec, 1978.
- LENIN, V.I.; *El Marxismo y el Estado*. Barcelona: Júcar, 1978..
- MARX, K. : *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo:Boitempo, 2005.

- _____. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélío Schneider / Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012
- MARX, K, ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seu diferentes profetas (1835-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MAZZEO, A. C.; *Estado e Democracia no pensamento de Marx e Lênin*, in *Sociologia política marxista*; São paulo: Cortez Editora, 1995.
- PINHEIRO, Milton. *140 anos da Comuna de Paris*. Org. Milton Pinheiro. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Ed. UNESP, (Coleção Revoluções do século XX), 2003.
- REIMAN, M.; *Os Bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro*. org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 5; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, Cleusa dos. *Reforma/Revolução: polos de tensão na constituição do movimento socialista*. 1998. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Serviço Social, Puc, São Paulo, 1998.
- Silva, A. O.; *Atualidade de Lênin sobre o livro de Lênin “O Imperialismo, fase superior do capitalismo”*: < http://www.espacoacademico.com.br/080/80res_ozai.htm > (Acesso 07/01/2017)
- Steimberg, H. *O partido e a formação da ortodoxia marxista*. In org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 2; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- STRADA, V.; *O “marxismo legal” na Rússia*. Org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 3; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____; *A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a Revolução de 1905*. Org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 3; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma social ou revolução?* S. Paulo: Global, 1986.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Trad. Diego de Siqueira. São Paulo: ed. Sundermann, 2007 (tomo dois).

NETTO, José P.; *Lênin e a instrumentalidade do Estado*, in *Marxismo Impenitente*, São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WALICKI, A.; Socialismo russo e populismo. Org. Hobsbawm, E.; *História do Marxismo*, Vol. 3; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

WOOD, Alan. *As origens da revolução russa de 1861 a 1917*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.